



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Hava Mariana de Oliveira Santana

**Entre Manuais e Objetos: gênero e cultura material no espaço doméstico (Cajazeiras,
Segunda Metade do Século XIX)**

Campina Grande

2025

Hava Mariana de Oliveira Santana

**Entre Manuais e Objetos: gênero e cultura material no espaço doméstico (Cajazeiras,
Segunda Metade do Século XIX)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Campina
Grande como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestra em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack

Campina Grande

2025

S232e Santana, Hava Mariana de Oliveira.
Entre manuais e objetos : gênero e cultura material no espaço doméstico (Cajazeiras, segunda metade do Século XIX) / Hava Mariana de Oliveira Santana. – Campina Grande, 2025.
114 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.
"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack".
Referências.

1. História Cultural – Cajazeiras (PB). 2. Cultura Material - Cajazeiras (PB). 3. Cajazeiras (PB) – Século XIX. 4. Manuais de Civilidade. I. Knack, Eduardo Roberto Jordão. II. Título.

CDU 930.85(813.3)(043)

Hava Mariana de Oliveira Santana

Entre Manuais e Objetos: gênero e cultura material no espaço doméstico (Cajazeiras,
Segunda Metade do Século XIX)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 31 de Março
2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack
Orientador(a)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)



Prof. Dra. Ana Maria Sosa González
Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL)

Prof. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão
Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)

Campina Grande, 2025.

AGRADECIMENTOS

Deus é comigo em todos os momentos, nunca estive sozinha, sempre o tive ao meu lado.

Aos meus pais, Paulo e Sandra, pelo incentivo aos estudos e à busca de conhecimento, seja ele qual for. Tenho absoluta consciência da sorte e do privilégio de tê-los como pais, amigos e principais torcedores das minhas conquistas.

Às minhas irmãs, Paula, Érica e Camila, que foram fonte de consolo em muitos momentos de incertezas, em vocês tenho o necessário pra ser feliz.

Ao meu grande amor, Gabriel, você é o maior e melhor presente que Campina Grande e a vida me deu. Você me ilumina e me fortalece com o seu amor diariamente, agradeço por todos os momentos partilhados, não apenas de alegria e euforia, mas de incertezas e de angústias, você me fez forte. Obrigada pela “pitoquinha”, Dandara é luz.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Knack, que acreditou na minha pesquisa desde antes de nos conhecermos pessoalmente, quem diria que pagar um curso de extensão na pandemia nos traria até aqui. Obrigada por me “empurrar” sempre adiante, é uma grande satisfação trabalhar em conjunto.

Às minhas amigas, Alanna, Ayrle, Andréa, Alice, Renally, Joyce, Milena e Letícia, vocês tornaram os meus dias nebulosos em dias bons de se viver e de estar viva. Como dito por Carla Braga outrora: “Sozinho a gente só sobrevive; junto, vive. E gargalha, chora de rir, chora de tristeza, oferece colo, recebe abraço e não só sangra como também consegue ver o vermelho escorrendo do corpo do outro”.

À Davi França, que não polpou esforços para conseguir documentações no núcleo de documentação histórica Deusdedit Leitão, na UFCG/CFP, em momento em que não podia me deslocar de cidade. De igual maneira agradeço a Prof. Dr. Janaína Pinto pela atenção e disponibilidade.

A todos os meus professores, se ainda estou aqui, com força para pesquisar é porquê em algum momento vocês plantaram uma semente de esperança no meu coração.

Aos meus animais, principalmente, Maria Bonita, Gigi e Charlie, que nos deixou durante esse processo. Me apropriando de Milan Kundera, “Nenhum ser humano pode oferecer a outro o idílio. Só o animal pode fazê-lo, porque não foi expulso do Paraíso. O amor entre o homem e o cão é idílico”.

À Philomena Couras e Raimundo Lacerda, sem Deus e a ajuda de vocês, não sei se conseguiria ter seguido em frente.

A mim, por não ter desistido, por ter sonhado tanto com esse momento. Nós chegamos até aqui, mas ainda estou longe de viver a vida que tanto desejo, temos muito a conquistar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por isso, agradeço.

RESUMO

Esmiuçando a cultura material encontrada nos inventários *post-mortem* do século XIX, da cidade de Cajazeiras, PB se têm como objetivo analisar a relação estabelecida entre os sujeitos, os objetos e o espaço, receptor das práticas irradiadas em conjunto pelos sujeitos históricos e os artefatos possuídos por eles, tentando compreender de qual modo e até que ponto os artefatos moldam os sujeitos e vice-versa. Buscando problematizar a relação existentes entre a cultura material e o comportamento dos indivíduos dentro do espaço doméstico, analisando de qual maneira esta cultura materializada impactava a funcionalidade dos espaços da casa e o comportamento dos habitantes desta. O presente estudo objetiva articular contexto histórico do Brasil império, da província da Parahyba do Norte e o sertão paraibano, na construção de novos hábitos, no consumo de bens de consumo, na educação influenciada pelo saber estrangeiro, e na prática de bons costumes, pautados em manuais de civilidade. Para isto, a pesquisa foi pautada no cruzamento de diversas fontes históricas como o Almanak do Estado da Parahyba (1899), os recenseamentos realizados no ano de 1872 e 1890, nas Coleções de Leis Provinciais (1835-1899) que versavam sobre a educação e a instrução primária na província, bem como tratava de assuntos relacionados aos códigos de conduta, legislando sobre a higiene e a saúde pública na província. Por fim, a partir da articulação entre as documentações busca-se observar os papéis de gênero e o uso sexuado da cultura material pertencente à elite cajazeirense oitocentista.

Palavras-chave: Cultura Material; Sertão; Manuais de Civilidade.

ABSTRACT

Pursuing taking in pieces the material culture founded in inventories from the 19th century in Cajazeiras, PB this essay intend to study the relation between individuals, objects and space, perceiving the space such as place which receives manners irradiated by historical individuals and the artefacts possessed by them, trying to understand how this artefacts molds individuals and vice versa. Intending to look into the relation between material culture and the behaviour from the components of the household, pursuing to comprehend the way a materialiazed culture could impact the funcionality and the behaviour of this family components. This research attempt as well to articulate the historical context of the Imperial Brazil, the province of Parahyba do Norte and the Parahyba backwoods, seeking new habits, consuming goods, plans of a education based on the foreign knowledge and in the practice of good habits based on civility manuals. To it this research resorted to some historical sources such as the Almanak do Estado da Paraíba (1889), census between 1872-1890 and Coleção de Leis Provinciais (1835-1899), they brought insights about education and primary instruction, codes of conduct speaking about higiene and public health in the province of Parahyba as well. Lastly this essay seeks to observe gender roles and the sexual use of the material culture belonging to the local elite by articulating historical documentations.

Passwords: Material Culture; Backwoods; Civility Manuals.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Profissões liberais, manuais e/ou mecânicas (1872)	27
Gráfico 2 – Instrução em Cajazeiras, PB (Recenseamento de 1872)	94

LISTA DE FIGURAS/IMAGENS

Figura 1 – Mapa das ruas inventariadas da cidade (1876-1900)	36
Figura 2 – Estrada real da Parahyba do Norte entre século XVIII-XIX.....	47
Figura 3 – Capa do livro “ <i>A alegria da casa</i> ” por Sarah Kalley.....	75
Figura 4 – Correspondentes do jornal Gazeta do Sertão (1888-1891)	81
Figura 5 – “ <i>Thesouro das meninas</i> ” (1846)	89
Figura 6 – Contracapa “ <i>Thesouro das meninas</i> ” (1846)	89
Figura 7 – Simão de Nântua (1875)	90
Figura 8 – Anúncio de venda de livros e manuais de civilidade no jornal O Publicador.....	91

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Fontes primárias usadas.....	17
Quadro 2 – Profissões liberais (1872)	25
Quadro 3 – Profissões manuais ou mecânicas (1872)	26
Quadro 4 – Casas e quartos de comércio (1876-1890)	40
Quadro 5 – Casas de vivenda (1884)	58
Quadro 6 – Bens de raiz (1876-1890)	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	SE TUDO PRECISA DE UM COMEÇO, QUE SEJA POR AQUI: A RUA. CAJAZEIRAS, A CIDADE QUE ENSINOU A PARAÍBA A LER?	21
2.1	UMA VISÃO CALEIDOSCÓPICA: CAJAZEIRAS POR DIVERSOS OLHARES.....	22
2.2	A CIDADE PELAS LENTES OFICIAIS: UMA VISÃO MAIS NÍTIDA?	30
3	A CASA ESTÁ EM NÓS E NÓS ESTAMOS NELA	44
3.1	O PRIMEIRO PASSO: DESVELANDO ESTUDOS SOBRE A CIDADE E O COTIDIANO IMPERIAL.....	44
3.2	O ESPAÇO HABITADO TRANSCENDE O ESPAÇO DOMÉSTICO.....	49
3.3	A CASA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.....	52
3.3.1	<i>Cultura material e papéis sociais</i>	<i>61</i>
4	A TRADIÇÃO DA CIVILIDADE.....	70
4.1	O CONCEITO DE CIVILIDADE.....	70
4.2	O BRASIL E OS MANUAIS DO SÉCULO XIX	73
4.3	A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PARAHYBA DO NORTE	81
4.4	OS COMPÊNDIOS ESCOLARES.....	87
4.4.1	<i>Coleção de Leis Provinciais (1887-1888): Código de Posturas na cidade de Cajazeiras</i>	<i>96</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS.....	105
	ANEXO A – Coluna sobre Salubridade Pública no jornal Gazeta do Sertão (1890)	109
	ANEXO B – Quadro geral da população da Parochia N.S. da Piedade de Cajazeiras	113
	ANEXO C – Quadro geral da população livre da Província da Parahyba do Norte	114
	ANEXO D – Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890.....	115

1 INTRODUÇÃO

Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixa-las morrer uma segunda vez (Farge, 1989, p.117).

Essa pesquisa foi construída de acordo com os moldes científicos que regem a disciplina da História, o atual estado dessa dissertação concretiza um processo de muito tempo, e para isso, se pede licença da formalidade acadêmica para relatar um pouco da trajetória desta pesquisadora. Tenho dificuldade em compreender e delimitar em qual momento começa a minha pesquisa de fato: pois poderia ser no meu primeiro dia de aula da graduação, quando em uma segunda-feira às 7:10 da manhã a professora da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos nos recebeu com um plano de curso denso e pesado (literalmente, com diversas páginas) com autores que nunca tínhamos ouvido falar; ou quando entrei para o projeto de iniciação científica em que me colocou frente a frente com os inventários *post-mortem*, documentação inédita para todas nós que fazíamos parte do grupo até então; será que começou quando observava cada passo da minha professora de história do sexto ano do ensino fundamental, porque queria ser exatamente igual a ela; pode ser, então. que se iniciou no meu primeiro dia de aula, não me recordo, mas tenho fotografias que me mostram com fardamento e tênis grandes demais para uma criança tão minúscula, mostrando um sorriso faceiro de quem nem sequer poderia imaginar o que estava por vir. São muitas possibilidades, e nenhuma delas me afastam do meu ofício por serem pessoais demais, não acredito em distanciamento do nosso objeto de pesquisa, deixo isso para a ciência do século XIX.

Todos os momentos colocados acima se misturam e constroem a pesquisadora que vos escreve, não há começo, meio ou final, embora esteja introduzindo a pesquisa da minha dissertação acadêmica, ainda sou a criança com roupas grandes demais, feliz pelo o que está por vir, sou a discente que não consegue despregar os olhos dos professores que capturam minha atenção e provocam sede de conhecer, crescer e desenvolver, sou a professora que introduz uma fonte histórica aos alunos que ainda não escolheram qual caminho acadêmico percorrer. Enfim, mais uma vez são muitas possibilidades. Preciso começar por algum lugar: escolho a casa¹ dos compadres dos meus pais, Beta e Eliomar. Adoravam fazer festa em sua casa, uma fazenda enorme, um terreno fértil para uma criança curiosa. Havia a casa principal,

¹ Fazenda localizada no município de Cajazeiras, longe do centro, às margens da Rodovia Transamazônica, BR 230.

rodeada por um alpendre que acomodava os convidados em dia de festa, a casa era linda e grande, com muitos móveis rústicos que me faziam me sentir em uma novela. Dona Beta tinha baús que, até então, eu só tinha visto em desenhos animados; armários grandes e pequenos que, além de guardar caixas de chocolate (ela fazia questão de distribuir para as crianças), guardavam louças para os dias de festa. A parte posterior da casa guardava os bastidores, não apenas das festas, mas do rito cotidiano, uma parte do espaço era uma espécie de galpão, a outra parte era a cozinha onde se preparavam os alimentos. A casa era rodeada por grandes árvores, lembro de mamoeiros e coqueiros, alguns animais (gados) apareciam de vez em quando.

Não sei se era apenas a curiosidade de criança, mas eu sentia vontade de ver mais, não apenas naquele momento, o depois também me interessava. Eu queria correr para dentro dos matos e ir ver os bichos, ver se tinha alguma coisa pra ser descoberta, algo que ia ser meu, só eu iria descobrir e levar para casa, uma figura folclórica (pensava no saci ou na cuca), assistia muito Sítio do Pica Pau Amarelo, pensava se havia alguém trabalhando escondido – agora faz sentido pensar que estabeleci uma relação entre fazenda e trabalho escravo, embora não soubesse nomear, estava procurando algo errado. A outra maior curiosidade era saber se eles faziam todos aqueles ritos em dias “normais”, as refeições eram sempre grandiosas, será que os netos sempre recebiam caixas de chocolate?

Acontece que nunca descobri uma figura folclórica, os trabalhadores eram remunerados e bem assistidos, nunca estive lá em outros momentos a não ser de festa, mas consegui algo somente meu e que, ao colocar todas essas palavras aqui, estarão prontas pra ganhar o mundo, a minha pesquisa. As festas do início do século XXI jamais serão as do século XIX, mas quantas continuidades e discontinuidades podemos analisar entre estes períodos históricos, é uma das diversas perguntas que correm na mente ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Os almoços de Dona Beta possuíam traços dos ritos domésticos popularizados lá nos oitocentos, com as suas regras, as louças bonitas para dias especiais, a demonstração de que o sucesso de um ambiente doméstico estava intrinsecamente interligado com a capacidade feminina de execução de determinadas atividades. O espaço da casa ainda se assemelha às encontradas nas fontes as quais utilizo, basicamente com o mesmo desenho, casas grandes com alpendres na parte frontal, duas salas grandes, vários quartos, duas cozinhas – uma para a realização das refeições, outra para o preparo dos alimentos, galpões ou oficinas, entre outros elementos que podemos observar.

Como dito, o primeiro contato com os arquivos se deu no segundo ano de graduação em licenciatura em História, as primeiras etapas de coleta de material já haviam acontecido, o trabalho era ler a documentação, fazer transcrição paleográfica, extrair as informações dos inventários *post-mortem* e acomodá-las em fichas produzidas pelos componentes do grupo de iniciação científica. Como parte de qualquer nova atividade, primeiro veio o estranhamento, com a documentação, com a leitura, com a letra manuscrita, a gramática e ortografia das palavras. À medida que se ia educando o olhar, extraindo as informações e as tornando mais palpáveis, a curiosidade ia sendo aguçada – quem eram aquelas pessoas, o que faziam, como era o estilo de vida, e porquê a cidade ia aparentando ser mais diversa do que aquela aprendida na escola, próximo ao mês de aniversário da cidade.

Os meses se passavam, a sensação que se tinha (compartilhada por todos os componentes do grupo) é que quanto mais se acumulava informações sobre os indivíduos, os seus familiares, os servidores judiciais e os bens partilhados, a cidade ia paulatinamente se distanciando da historiografia a qual tínhamos acesso. E tudo bem, pois a historiografia local consistia em vários livros que retratavam sempre as mesmas famílias, sem referências – requisito importantíssimo para a escrita científica, havia também alguns trabalhos científicos que discutiam a cidade, mas não se referiam à mesma temporalidade dos inventários estudados, os oitocentos. Era unânime, o montante de informações confundia os jovens pesquisadores, mas era preciso começar por algum lugar.

Esta pesquisadora resolveu começar a estudar os bens de raiz encontrados, mais especificamente pedaços de terra, sítios e fazendas, casas de vivenda, casas de comércio e casas de morada. A partir da descrição desses imóveis era possível perceber a configuração desses espaços, a quantidade de vãos, a quantidade de janelas e portas, os materiais utilizados na construção, sótãos. A problemática residia em compreender o processo cultural que ocasionou a construção das casas, como e em qual momento se decidiu que a casa seria construída de determinada forma e com determinada configuração, nesse processo, não havia intenção – ainda – de compreender os indivíduos que habitavam a casa. Ou melhor, muito mais do que habitar, eles existiam dentro daquele espaço, que, por sua vez era permeado de subjetividade, conflitos, afetos, permissibilidade, trabalho, etc.

Esse foi caminho percorrido até a presente pesquisa que, por sua vez, busca compreender a vida doméstica a partir da relação estabelecida entre os componentes de um grupo familiar com o espaço reprodutor das práticas privadas – a casa. De igual maneira que

se buscou compreender a construção de uma morada, aqui se busca compreender como se determinou os usos do e no espaço doméstico, pois já se tinha entendido que existiam espaços dentro da casa que eram destinados às mulheres e aos homens, havendo, inclusive, proibições de circulação entre os ambientes para as primeiras. Portanto, um dos objetivos desta pesquisa reside na tentativa de conhecer como se instaurou normas, diretas ou indiretas, dentro do espaço doméstico. Haveria sido através da oralidade? Mas para isso, era preciso ir além, haveria de ter algo escrito? Algo tinha a ver com os manuais de civilidade que instauravam regras para uma boa convivência? Seria a confirmação da naturalização de uma boa educação?

Para se compreender as práticas a partir do espaço doméstico, se fazia necessário conhecer contexto geral em que a cidade de Cajazeiras estava inserida, além do Brasil naquele determinado período, para tanto, também se apresenta como um dos objetivos contextualizar e compreender a cidade (espaço) no século XIX, a partir da historiografia local e das fontes oficiais. Por fim, objetiva-se problematizar a funcionalidade dos cômodos, a atribuição de atividades e a permissibilidade das figuras sociais (homens e mulheres) dentro da casa.

Como dito, esta pesquisa se encaminhou de outra pesquisa que tinha por seu objeto de estudo as casas de morada encontradas nos inventários *post-mortem* do século XIX na cidade de Cajazeiras, PB. Essa fonte histórica foi localizada na 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior na cidade de Cajazeiras. O inventário é uma documentação judicial elaborada, como trazido no seu nome, após a morte de um indivíduo que, na documentação passa a ser nomeado de inventariado. A documentação era aberta geralmente por partes familiares, como viúvas e/ou viúvos, conhecidos também como cabeça de casal ou meeiros, filhos, tios ou outros parentes mais distantes, e eles passavam a ser chamados de inventariantes. O inventário poderia ser feito a partir de um testamento ou carta testamentária, que contavam com a os últimos desejos do falecido, como a partilha deveria ser executada, além de contar com os ritos fúnebres a serem realizados após a morte, doações, entre outros desejos.

Essa documentação é extremamente rica em informações, trazendo não apenas os dados do inventariado e seus familiares, como também dos indivíduos envolvidos e partícipes do aparato judicial daquele momento histórico, como escrivães, juiz de órfãos, tutores legais, além dos louvados, que eram pessoas nomeadas para avaliarem os bens deixados. Contava ainda com todos o patrimônio construído em vida, prova concreta de um bem viver, e eram divididos entre mobiliário, utensílios domésticos, joias, dinheiro que poderia ter sido deixado, bens

semoventes (animais e escravizados), bens de raiz (casas de vivenda, casas de morada, casas de comércio, fazendas e sítios, partes de terra) e dívidas ativas ou passivas.

Os inventários era uma documentação bastante dispendiosa, não apenas com a sua elaboração de fato, mas por possuir em si o pagamento dos funcionários públicos, dos selos, dos transportes utilizados para levar a documentação a outra parte da província, de modo que a soma de todos bens deveriam ultrapassar esses altos custos, e se configurar, assim, como um bom negócio. Logo, trabalhar com essa fonte histórica implica, por muitas vezes, estar lidando com famílias abastadas, como é o caso desta pesquisa, trabalha-se com a elite local da cidade de Cajazeiras, entre os anos de 1876 a 1890.

A partir dessa documentação, utiliza-se a cultura material nela encontrada, isto é, os objetos, artefatos, mercadorias, coisas e substâncias manipuladas em uma sociedade e que possuem significado. Para Klaus Hilbert (2020), não se trata de medir o valor desses objetos na sociedade, mas o relacionamento estabelecido entre o mundo vivido das pessoas, ou seja, entre o espaço, os indivíduos e o objeto. A cultural material é uma cultura transformada em matéria, e é uma forma de compreender também o comportamento das pessoas a partir de artefatos. É preciso deixar claro que, embora se aproxime de textos da área da Arqueologia, aqui não se configura como uma pesquisa arqueológica, os bens encontrados nessa fonte histórica não foram encontrados em sua forma física, portanto, não tangível. No entanto, foi um caminho encontrado para o estudo das práticas existentes dentro do espaço doméstico.

A historiadora Vânia Carneiro de Carvalho (2011) também observou que além da distinção provocada pela posse dos artefatos, era uma materialização das estruturas mentais e psíquicas de uma sociedade. O sujeito e o objeto deveriam ser entendidos como uma síntese de corpo, objeto e espaço, sendo o sujeito um corpo indissociável do seu meio ambiente, logo a apropriação do objeto aconteceria a partir da interiorização deste pelo sujeito, de modo que essa interação se estabeleceria automaticamente e cotidianamente.

A análise da cultura material é tanto um produto resultante da utilização dos inventários *post-mortem* quanto um fator, pois é utilizada como fonte de investigação para as dinâmicas existentes no espaço doméstico por seus habitantes, observando quem o possuía, qual a sua função e o que representava, analisando até mesmo a sua composição. Objetos que tendiam a serem possuídos por homens ou por mulheres e como isso circulava dentro daquele espaço, a dimensão material propõe novas abordagens para as questões de gênero, demonstrando acima de tudo, como os artefatos nos constitui e nos molda, não apenas nos expressa.

Por trás dos objetos e das relações estabelecidas com estes haviam discursos que moldavam não apenas a utilização e a circulação destes na sociedade, como também dos indivíduos, para isso se recorreu aos manuais existentes e que circulavam não apenas no Brasil, mas também na Europa, que contribuíram para a popularização dos modos de agir de acordo com a civilidade imposta. É nesse sentido que os inventários proporcionam uma ampliação da temática que já vinha sendo desenvolvida, foi preciso recorrer à outras fontes históricas para se compreender mais do contexto história, da cidade de Cajazeiras, e dos seus habitantes.

Foi necessário recorrer ao Almanak do Estado da Paraíba de 1899 para se conhecer mais da cidade e do estado naquele período, o Recenseamento do Brasil de 1872 e Synopse do recenseamento de 1890 para conhecer a população brasileira, o estado civil, a instrução pública, as profissões, as crenças, etc. A Coleção de Leis Provinciais da Parahyba do Norte de 1888 e as Leis e Regulamentos da Instrução Pública na Paraíba, para se compreender os aspectos da instrução pública tanto na província como na cidade de Cajazeiras, a quantidade de disciplinas estudadas e quais eram, a implementação de escolas, etc. Essas duas últimas fontes históricas permitem analisar o conjunto de código de condutas sancionado pela Assembleia Legislativa Provincial sob proposta da Câmara Municipal de Cajazeiras, que estabelecia novos modos de viver na cidade, nos espaços públicas e privados.

Quadro 1 – Fontes Primárias utilizadas

Fontes	Período	Localização	Estado
Inventários <i>post-mortem</i>	1876-1890	2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior	Digitalizado e Manuscrito
Almanak do Estado da Parahyba	1899	Hemeroteca Digital	Digitalizado
Recenseamento do Brasil	1872	Biblioteca do IBGE	Digitalizado
Synopse do Recenseamento	1890	Senado Federal	Digitalizado
Coleção de leis provinciais da Parahyba do Norte	1888	Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão – UFCG/CFP	Digitalizado e Manuscrito
Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba – período imperial	1835-1889	Compilado em livro de mesmo nome	Redigido

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Afim de facilitar a visualização das fontes primárias utilizadas nesta pesquisa, que se elaborou um quadro informativo contendo o recorte temporal, a localização destas e o estado em que foi encontrada. Os inventários, por já estarem lidos e fichados, a metodologia empregada submetida a eles é a de análise das informações encontradas nas fichas, separando-as de acordo com as necessidades apresentadas pela pesquisa, isto é, nem tudo aquilo que foi encontrado na documentação foi utilizado, mas se retirou aquilo que se aplicaria melhor para as questões colocadas pelo trabalho. De igual maneira fez com as outras documentações, a única diferença foi o estado em que foram encontradas, enquanto os inventários precisaram ser transcritos, as outras fontes já estavam transcritas e digitalizadas, por assim dizer, prontas para o uso do historiador.

A leitura das documentações segue o método do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990), busca-se por indícios, rastros e pistas para a construção de uma narrativa histórica científica, o cruzamento das documentações têm por objetivo a supressão de lacunas na escrita da história, embora as lacunas também façam parte do processo historiográfico.

A combinação dessas fontes permite uma visão ampla das questões econômicas, políticas e sociais da cidade de Cajazeiras, e da Província/Estado da Paraíba. Sabendo que a partir da década de 40 do século XIX, o Brasil Império colocou em curso o plano de construção da nação, como apresentado por Mary Del Priore (2017) o país recebeu viajantes estrangeiros, imigrantes, falou outras línguas além do português, importou livros e professores de dança e boas maneiras, importou objetos de consumo, utensílios, modas e hábitos que mudaram o cotidiano, olhou-se no espelho da Europa e quis ser como ela. Se olhou para fora do país para modificar o que se tinha dentro, principalmente, para os conflitos e os problemas. É nesse sentido, que surge questões higienistas, o cuidado com doenças antigas, o aparecimento de novos remédios e a profilaxia para se extinguir os antigos “miasmas”.

Mudou-se as ruas, as calçadas, a forma de comprar e vender, o jeito de comer e se portar, de tal modo que se mudou as casas também, e a forma de se portar no ambiente doméstico, se construía aos poucos a vida burguesa, que se estendeu como modelo, graças à imprensa, às camadas médias e altas da sociedade. No entanto, esse novo ritmo de viver não era recebido de forma homogênea em todo o território brasileiro, a velocidade com que se recebia as novas modas ocorria de forma distinta no litoral e no sertão, com as linhas férreas esse fluxo se intensifica.

Esta pesquisa se constrói através da necessidade de continuar esmiuçando a cidade de Cajazeiras a partir de uma história que se pretende científica, buscando romper laços com a historiografia local fortemente marcada por escritos produzidos a partir de moldes de cunho positivista, tradicional e memorialista. Têm como contribuição o estudo do cotidiano de homens e mulheres, principalmente, o feminino, dentro do espaço doméstico, escrevendo a história a partir das inter-relação de vários tipos de fontes históricas, como acima fora mencionada.

Se a cidade de Cajazeiras estava localizada no sertão paraibano, seria possível, então, constatar o movimento dessas novas modas e hábitos? Seria tão distinta, assim, de todo o interior brasileiro? É o que se tentará desenvolver ao longo desta pesquisa. O primeiro capítulo de desenvolvimento é intitulado “Se tudo precisa de um começo, que seja por aqui: a rua. Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler”, nele se busca compreender a cidade a partir do contexto histórico, social, econômico e político da cidade, utilizando-se da historiografia local, tradicional e científica, assim como de fontes oficiais, como é o caso do Almanak (1899) e do Recenseamento, buscando olhar também para os indivíduos que compunham a cidade no recorte temporal trabalho. Enquanto o inventário é uma fonte que lança luz para as riquezas existentes nas famílias mais abastadas, essa outra fonte permite a visualização das outras camadas sociais.

O segundo capítulo é “A casa está em nós e nós estamos nela” em que se busca analisar a casa do ponto de vista subjetivo e dotada de significados, não apenas como uma construção feita em taipa ou em alvenaria. Utilizando autores como Gaston Bachelard, Juhani Pallasmaa, Roberto DaMatta, Tania Andrade Lima, Vânia Carneiro de Carvalho. A casa, para alguns sujeitos históricos, é o espaço em que mais se existia, nele se comia, amava, chorava, morria, dava à luz, se configurando como uma fortaleza, um ninho, como uma concha neles mesmos. Ela também obedecia a ritos e regras, ela era povoada, era decorada com artigos e artefatos, que nem sempre eram utilizados na simplicidade do cotidiano, mas guardados para ocasiões especiais, para momentos de ostentação. A partir da análise da cultura material encontrada nessas casas, busca-se compreender a relação estabelecida entre os sujeitos e os objetos, percorrendo a ideia da cultura material revelando a psique dos seus possuidores, os objetos influenciavam o jeito ser e a forma de agir, de igual maneira os sujeitos atribuíam significados para os objetos, se relacionando mutuamente.

O terceiro capítulo, A tradição da civilidade, foi construído a partir do conceito de civilidade de Norbert Elias (1994), buscando compreender como este conceito comumente fazia parte do planejamento de construção de uma nação e de qual forma isso afetava os indivíduos. Compreendendo, também, o movimento do Brasil Império de se construir como tal, lançando mão do artifício de formação educacional de sua população, com as leis e os regulamentos da instrução pública no país e na província/estado, a implementação de escolas de ensino primário, a determinação de compêndios didáticos específicos pelos Presidentes de Província, a circulação cultural de manuais e livros de civilidade, e como tudo isso foi incorporado pela população a tal ponto que influenciou e determinou a forma de se portar nos espaços público e privado.

2 SE TUDO PRECISA DE UM COMEÇO, QUE SEJA POR AQUI: A RUA. CAJAZEIRAS, A CIDADE QUE ENSINOU A PARAÍBA A LER?

A fim de reunir modos de pensar a história urbana a partir de contribuições teórico-metodológicas, Paola Berenstein Jacques (2018)² elucida uma metodologia outrora pensada também por Walter Benjamin (1892-1940), o pensar por montagens. Nomeado por este enquanto uma montagem literária, Benjamin buscava utilizar os restos, os resíduos para a construção de uma narrativa, não tinha desta forma, objetivo em inventariar as experiências para transformá-las em uma construção literária. Sendo assim, o processo de montagem era uma forma de narrar e escrever a história, propondo uma teoria para própria história, inclusive, para a história urbana ou das cidades. Esta prática era uma forma de utilização daquilo que sobrou, do que parece obsoleto, do que não salta aos olhos a priori. Poderia ser assim, uma remontagem, uma mistura de temporalidades, narrativas e narradores heterogêneos, formando uma série de polifonias (Jacques, 2018, p. 217).

As montagens formadas por Benjamin é uma maneira de elencar experiências e lembranças da cidade, como é possível perceber através dos textos *Rua de Mão Única* (1987) e *Imagens do Pensamento* (1987), coletadas através da convivência ou de viagens, a exemplo dos relatos sobre Moscou, Nápoles e Paris. Em primeiro texto, a sensação que permeia o leitor é de que se está caminhando junto ao autor pela rua da cidade, o primeiro ponto do texto/rua é o posto de gasolina, se passa por um canteiro de obras, observa-se a sala de desjejum, os subterrâneos, o vestibulo, a sala de refeições, uma casa mobiliada, relógios, porcelanas da China, passa por canteiros, etc. Fazendo valer uma teoria mencionada por ele, não se pensa sobre a sensação de árvores ou janelas, do contrário, formam no cérebro a imagem do lugar onde estes objetos estão.

Em *Porcelanas da China*, Benjamin compara a força de uma escrita com a força da estrada do campo, são experiências distintas para indivíduos que caminham pela estrada e para aqueles que o sobrevoam; é diferente a experiência para quem ler um texto e quem o transcreve, quem o lê se entrega para devaneios do próprio eu, enquanto o copiadador o faz de forma comandada, automática, rígida.

Quem voa vê apenas como a estrada se insinua através da paisagem, e, para ele, ela se desenrola segundo as mesmas leis que o terreno em torno. Somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio e de como, daquela mesma região que,

² Ver Jacques, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: Jacques, Paola Berenstein. Pereira, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018, 335 p.

para o que voa, é apenas a planície desenrolada, ela faz sair, a seu comando, a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas, assim como o chamado do comandante faz sair soldados de uma fila. (Benjamin, 1987, p. 16)

Utilizando-se desta metodologia, no quadro de montagens aqui presente encontra-se a figura central deste trabalho, o que se considera o ponto de partida para o desenvolvimento de uma pesquisa: a problemática. Problemática esta que, gira em torno dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres no século XIX dentro do ambiente doméstico. No entanto, para compreender o conjunto de práticas existentes, se torna necessário elucidar o mundo que engloba não apenas os personagens históricos, mas as suas vivências e os modos de se relacionar.

A historiadora Maria Stella Bresciani (1991) propõe sete portas de entrada para os estudos da cidade e do espaço urbano, fazendo uma analogia, todas as cidades possuiriam setes portas de entrada assim como a cidade de Tebas. A sétima e última porta estabelece os territórios para a subjetividade, em uma digressão para discuti-la, Bresciani (1991) incentiva a necessidade de aguçar os sentidos para a simultaneidade de diversas redes simbólicas existentes no espaço, atadas a discursos díspares que fazem a cidade um lugar onde se possa viver. Nesse sentido, os bairros existentes vão além de suas barreiras geográficas e das divisões administrativas, a cidade é uma construção textual dos romancistas, das casas, das avenidas, dos lugares de trabalho e de lazer; sendo assim, o espaço urbano pode ser um suporte de memórias distintas, cenários contrastados, múltiplos.

A territorialização da subjetividade, inspirado no conceito de anamorfose de Anne Coquelin, servirá como primeira porta de entrada, utilizando algumas fontes históricas como a própria histografia local, exemplo prático da pluralidade olhares voltados para a urbe, o recenseamento do ano de 1872, um ponto de vista mais “técnico” da cidade, levando em consideração a sua população, livre e não livre, o estado civil, a escolaridade e alfabetização dos civis, etc; e o Almanak do Estado da Parahyba de 1899 que, pelo seu próprio contexto de produção, elenca diversos aspectos e características importantes da cidade.

2.1 UMA VISÃO CALEIDOSCÓPICA: CAJAZEIRAS POR DIVERSOS OLHARES

Se o historiador possui a habilidade de catar e montar novas montagens a partir dos fragmentos existentes, pode-se tanto desmontar uma história hegemônica e oficial, quanto remontar tempos heterogêneos. Buscando propor uma polifonia textual, têm-se por objetivo fazer montagens a partir de diversos tipos textuais, recorrendo à escrita acadêmica, trabalhos resultantes de pesquisas empreendidas no ambiente acadêmico, contendo o rigor científico que

faz jus à produção, assim como textos escritos com base na ideia remontar o passado, buscar pelas origens da cidade, e traçar o perfil dos principais envolvidos, geralmente, indivíduos históricos pertencentes às famílias tradicionais e abastadas.

Um dos autores mais reconhecidos pela historiografia local da cidade de Cajazeiras é o historiador e escritor Deusdedit Leitão (1921-2010), os seus escritos acabam servindo, principalmente, como uma fonte histórica para o estudo da cidade que, embora seja uma escrita pautada nos grandes acontecimentos, nas famílias participantes neste processo, logo, permeada pelo memorialismo e tradicionalismo, fornecem elementos suficientes mesmo que seja para problematização e questionamento de algumas questões. Seu livro intitulado “O educador dos sertões - Vida e obra de Padre Inácio de Sousa Rolim” (1990) foi relançado pela Comissão Especial do Bicentenário de Padre Rolim (2000), nesta obra pode ser observado todo o processo de origem da cidade de Cajazeiras, além de possuir um teor biográfico acerca do sacerdote que, vem a ser uma espécie de herói cajazeirense. De tal modo, em seu prefácio é destacado que o livro em questão é um documento fundamental e pode ser entendido também como o livro de Cajazeiras, pois os dois nomes – Cajazeiras e Padre Rolim – se conjugam associados, pois foi como expansão do colégio fundado pelo sacerdote “que a fazenda primitiva de seu pai em pouco mais de meio século ganhou autonomia municipal e veio a celebrar-se como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”” (Senado Federal, 2000).

De acordo com o livro supracitado, Vital de Sousa Rolim (1761-1837) casado em matrimônio com Ana Francisca de Albuquerque (1774/1775-1854)³, respectivamente, mãe e pai de Padre Rolim (1800-1899), fundou a sua fazenda das Cajazeiras em setembro de 1800, após ganhar o lote de terras como dote matrimonial. A casa construída ali deu origem à povoação que começou a se formar nas vizinhanças, os filhos e parentes iam se aproximando e construindo um pequeno aglomerado urbano, sendo quase todos estes envolvidos com atividades agropastoris (Senado Federal, 2000).

Em seu trabalho de monografia, Francisco Álisson de Oliveira (2015) busca estabelecer uma relação entre os discursos produzidos pela elite cajazeirense e como estes interferem na proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade. Ao analisar as possíveis hipóteses de desenvolvimento da cidade, Oliveira (2015) destaca o discurso oficial da cidade de que Inácio de Sousa Rolim seria o fundador da cidade, essa narrativa histórica se justificaria pela presença do educandário, supostamente, ter propulsionado o desenvolvimento do, até então, pequeno

³ Filha do sesmeiro Luís Gomes de Albuquerque (1746-1836) e Luísa Maria do Espírito Santo (1750-?).

pedaço de terras em uma cidade a partir do ano de 1829, ano de sua instalação. De acordo com o que fora escrito por Deusdedit Leitão, o crescimento no número de matriculados foi tão expressivo que houve a preocupação por parte do Padre Rolim em instalar a escola da Serraria em um prédio mais adequado à sua finalidade no ano de 1836, ocorrendo a transferência para uma casa construída nas proximidades do local que a capela de Nossa Senhora da Piedade foi edificada (Senado Federal, 2000).

A ideia de pensar o “nascimento” e o desenvolvimento da cidade em consonância com a figura de quem foi o Padre Inácio de Sousa Rolim foi fortemente sustentada pela historiografia tradicional que, pelos próprios requisitos de escrita, não precisava comprovar a sua afirmação, apenas trazer o fato e construir sua veracidade a partir da quantidade de elementos que pudessem florear a história. De fato, a célebre frase de que Cajazeiras ensinou a Paraíba a ler é ainda fortemente repetida entre os cajazeirenses, principalmente, nos dias de celebração, mas que para os historiadores não é o suficiente para comprovar de que apenas esse elemento ocasionou o crescimento do município e à sua emancipação política no ano de 1876.

Dessa forma, Cajazeiras passa a ser analisada também através do filtro de desenvolvimento e crescimento comercial, tendo a inauguração da sua primeira feira pública no de 1859. Segundo o *Almanak do Estado da Parahyba* (1899)⁴, a cidade de Cajazeiras era uma das principais do Estado pela sua riqueza e atividade comercial, mantendo relações com as principais praças do Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e da própria cidade da Parahyba, capital do estado. Como apresentado por Maria Larisse Elias da Silva (2021)⁵ em sua dissertação, a autora demonstra que ainda enquanto vila a cidade já se colocava como um espaço de passagem para diversas personalidades – “por ela passavam os caixeiros viajantes indo de Pernambuco ao Ceará, os vaqueiros que se acostavam debaixo dos pés de cajazeiras enquanto descansavam do trajeto com as boiadas (...)” (Silva, 2022, p. 40).

Em introdução a sua tese, Osmar Luiz da Silva Filho (1999) a partir de relatos orais reunidos através de entrevistas concedidas ao pesquisador que estudava sobre a trama do moderno na província da Parahyba entre 1892 e 1928, relata que existiam duas visões da cidade de Cajazeiras, uma visão mais moderna, ligada às novas modas, geralmente vindas de relatos da população mais abastada; e relatos de uma urbe permeada pelos hábitos sertanejos, com ar

⁴ Os almanaques foram fruto de uma cultura impressa celebrativa, marcando novos tempos históricos, contendo diversos conteúdos relacionados a Província, datas comemorativas, feriados nacionais e estaduais, etc.

⁵ Ver SILVA, Maria Larisse Elias da. Para além dos “fatos”: o morticínio eleitoral em Cajazeiras-PB (1872-1877). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

pacato, principalmente, quando se observava os hábitos e as feições dos indivíduos que vendem e transitam por ela. Um dos relatos orais diz que: “Cajazeiras era uma cidade que parecia muito que tinha uma gente vaidosa. Era uma cidade que imitava muito a capital. Era um povo que sabia se vestir e a orientação era mais de Fortaleza (...) Até José Américo dizia que Cajazeiras era uma cidade que tinha ares de capital (Dona Maria Sobreira, 382-A)⁶” (Silva Filho, 1999, p. 10).

Ao analisar a primeira década do século XX em Cajazeiras, Silva Filho (1999) fez a seguinte constatação, o município arrecadara oito contos, cento e vinte e quatro mil e quinhentos e sessenta réis (8:124\$560), desta soma fora reduzido 20% recolhidos ao Tesouro do Estado, restando aos cofres municipais seis contos, quatrocentos e noventa e nove mil e seiscentos e quarenta e oito réis (6:499\$648). Para o ano de 1910, o município não possuía dívidas ativas ou passivas, os serviços de limpeza e iluminação pública eram mantidos, o grande desenvolvimento no comércio e na população eram notados, além do crescimento na agricultura. Além de contar com a construção dos prédios da cadeia pública e do quartel de polícia, Silva Filho (1999) afirma que a cidade “adquiria feições, nomes, símbolos, desejos, trocas, olhos, continuidade, vida, imagem de uma cidade.” (Silva Filho, 1999, p. 288).

Para o historiador, o estímulo de desenvolvimento da área urbana deu-se, principalmente, pelo cultivo e comércio do algodão e do investimento dos recursos provenientes, resultando na melhoria das condições materiais da cidade. O algodão era considerado a flor da cidade, não à toa recebeu a alcunha de “ouro branco”. Somado ao cultivo, existia também o trato com o gado nas fazendas ou sítios, havendo a comercialização desde de seus derivados, como o leite, o queijo e a manteiga, havia também o transporte dos couros para outras localidades, a exemplo de Mossoró e Juazeiro do Norte.

No livro *Noções de Corographia do Brasil (Segunda Parte)* de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), publicado em 1873, ele elenca que as principais fontes de riqueza agrícola da província da Parahyba do Norte são o algodão e o açúcar que se exportam em quantidade relativamente considerável, sobres os cereais e a farinha, pouco ou nada sobra do consumo da própria população, já a criação de gado vaccum e de outros não tem o desenvolvimento que deveria, mas ainda havia a exportação de couros salgados, embora

⁶ Identificação feita por Osmar Luiz da Silva Filho (1999) para os lados das fitas utilizadas para gravar os entrevistados.

“diminutíssima”. O comércio ainda era limitado devido ao número dos gêneros de produção agrícola e da falta de braços para lavoura (Macedo, 1873, p. 95).

De acordo com o Recenseamento do Brasil em 1872, nas disposições referentes ao perfil profissional dos habitantes da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, as profissões foram divididas entre liberais e manuais ou mecânicas, subdivididas em religiosos, juristas, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiros, professores, empregados públicos, artistas, manufatureiros e comerciantes, costureiras, operários, lavradores, criadores, criados e jornaleiros, servidores domésticos, e por fim, sem nenhuma profissão. Observe as profissões dos habitantes na tabela abaixo, em números.

Quadro 2 - Profissões Liberais (1872)

Religiosos	
Seculares	4
Juristas	
Juízes	-
Advogados	3
Notários e escrivães	-
Procuradores	-
Oficiais de justiça	-
Médicos	-
Cirurgiões	-
Farmacêuticos	-
Parteiros	-
Professores e homens de letras	-
Empregados públicos	16
Artistas	95

Fonte: Recenseamento 1872 – Parochia N. S. da Piedade de Cajazeiras. Elaborado pela autora (2024)

Quadro 3 - Profissões manuais ou mecânicas (1872)

Profissões industriais e comerciais		Livres: 36
		Escravizados: -
Manufatureiros e fabricantes	-	
Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	36	
Costureiras	60	Livres: 60
		Escravizados: -
Canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros	-	-
Operários		Livres: 74
Em metais	8	Escravizados: -

Em madeiras	16	
Em tecidos	-	
De edificações	9	
Em couros e peles	-	
Em tinturaria	-	
De vestuários	34	
De chapéus	-	
De calçados	7	
Profissões agrícolas		
Lavradores	1.548	Livres: 1.584
Criadores	-	Escravizados: 102
Pessoas assalariadas		
Criados e Jornaleiros	42	Livres: 41 Escravizados: 1
Serviço doméstico		
	835	Livres: 789 Escravizados: 46
Sem profissão		
	4.271	Livres: 4.137 Escravizados: 134

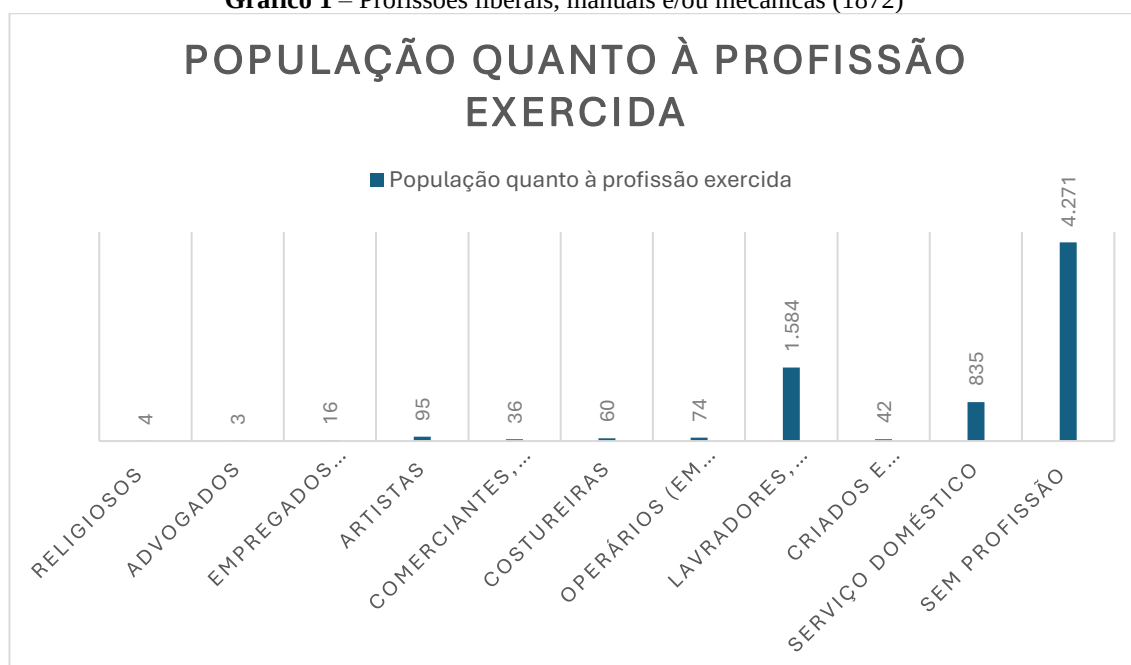
Fonte: Recenseamento 1872 – Paróchia N. S. da Piedade de Cajazeiras. Elaborado pela autora (2024)

Na categoria de profissões liberais não foi registrada a presença de pessoas escravizadas, deste modo, a contabilização de pessoas livres e escravizadas só foi registrada pela autora no segundo quadro de informações. De acordo com o recenseamento, a quantidade de pessoas escravizadas na cidade de Cajazeiras no ano de 1872 é de duzentos e oitenta e três (283), sendo cento e trinta e nove homens (139) e cento e quarenta e quatro mulheres (144), no universo de sete mil e vinte (7.020) indivíduos residentes no município. É um número inferior quando comparado às paróquias próximas, como o caso de Nossa Senhora dos Remédios de Sousa, com 1.066 escravizados e com Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, com 1.182 escravizados, podendo essa diferença ser justificada pelas mudanças abolicionistas através da Lei do Ventre Livre (1871) (Silva, 2022).

Ao observar a presença de escravizados sendo partilhados nos inventários *post-mortem*, fonte histórica a qual pavimentou a estrada principal até esta pesquisa que, nesta analogia, se configura enquanto uma artéria, no escopo documental de trinta e quatro inventários entre os anos de 1876 e 1890, encontra-se um número relativamente pequeno de onze escravizados entre seis inventários. Sendo quatro desses localizados em dois inventários de 1876, dois em um inventário de 1879, quatro em um inventário de 1880, um em 1881 e, por fim, um em 1883, último ano de aparecimento de escravizados sendo partilhados como bens semoventes neste recorte temporal no município de Cajazeiras.

Observando o quadro profissional da população do município de Cajazeiras é possível constatar de que do seu total de 7.020 indivíduos, havia cerca de mil e quinhentos e oitenta e quatro (1.584) declarados como lavradores, representando cerca de 22,56% da população. Se levar em consideração de que a agricultura e o criação de gado era de extrema importância para o comércio da cidade, é uma quantidade baixa de pessoas trabalhando diretamente com a terra. Silva (2022) chama atenção para esse elemento quando diz que para uma sociedade cuja economia tinha por principal espaço de produção desde o período colonial o cultivo agrícola, com ênfase na criação de gado no período imperial, podia ser até considerado um ponto de transformação nas profissões possuir tantas outros ofícios que não os ligados ao trabalho “braçal” (Silva, 2022, p. 56).

Gráfico 1 – Profissões liberais, manuais e/ou mecânicas (1872)



Fonte: Recenseamento 1872 – Parochia N. S. da Piedade de Cajazeiras. Elaborado pela autora (2024)

Comparando a profissão de lavradores e criadores com os outros presentes no gráfico acima, é possível perceber que mesmo parecendo uma pequena porcentagem, a de 22,56%, quando apresentada em números ela perde lugar apenas para os que não possui profissão definida, e é acompanhada também, pelo serviço doméstico. Isso significa dizer que, ao diminuir a escala de comparação, o perfil profissional da cidade não se distancia de forma tão significativa do modelo de economia do Brasil imperial.

Em capítulo endereçado “Las ciudades burguesas”, José Luis Romero (2011) analisa o desenvolvimento das cidades burguesas da América Latina, o autor discute que a partir de 1880

as cidades latino-americanas começaram a conhecer e experimentar novas transformações, não apenas na sua estrutura social, mas na fisionomia. Com o aumento da população, multiplicou-se as atividades, a paisagem urbana foi modificada, bem como os costumes e as maneiras de pensar, principalmente, no que se refere aos grupos mais distintos. A partir de um olhar atento, percebia-se que as mudanças não aconteciam de forma homogênea em todas as localidades, sendo percebidas com maior profundidade nas grandes cidades, buscando constantemente a ruptura com o passado colonial e a tecitura com as novas formas de viver que caracterizavam e marcavam a vida moderna. Em uma dinâmica global em que os países industrializados alcançavam o seu apogeu e todas as consequências disso, como aumento populacional, maior necessidade de produção de alimentos, os países que tangenciavam os industrializados eram incumbidos com a produção de matéria prima.

(...) en las zonas rurales de Latinoamérica se estimuló el trabajo con un criterio empresarial, para que un país produjera más café, otro más caña de azúcar, otro más metales, otro más cereales, lanas o carne para consumo, otro más caucho, otro más salitre. Las empresas eran casi siempre de capital extranjero, y extranjeros fueron sus gerentes, sus ingenieros, sus mayordomos y, a veces, hasta sus capataces; la mano de obra, en cambio, era nacional; y nacional fue también todo el mundillo de intermediarios que la producción y su comercialización engendraron (Romero, 2011, p. 249).

O incentivo ao trabalho empresarial de produtos manufaturados, como colocado por Romero (2011), pode ser observado na cidade de Cajazeiras com o cultivo e a exportação do algodão, das carnes e peles dos animais, tanto do gado quanto do bode, assim como no perfil profissional relatado pela população, contando com a presença de operários em metais, madeiras, vestuário e chapéus. Já em texto de Élisée Reclus (1830-1905)⁷, analisando o perfil industrial e comercial do Brasil aos fins do século XIX e início do século XX, o autor declara que no Brasil está representada quase todas as indústrias manufatureiras: a matéria prima, os metais, madeiras, gomas, essências tintoriais, fibras e couros, sendo explorados por engenheiros, destiladores e operários (Reclus, 1900, p. 440-442).

Voltando a historiografia local, Silva Filho (1999) elabora que com a instalação da Usina Santa Cecília para o beneficiamento do algodão trouxe para a cidade ares de progresso, estimulando alterações nas feições urbana. Com o algodão, a riqueza chegava definitivamente

⁷ Ver RECLUS, Élisée. Estados Unidos do Brasil, geographia, ethnographia, estatística. H. Garnier: livreiro editor – Rio de Janeiro, 1900.

aos anos 20 do século XX, decorrendo então a transição na cidade onde o velho passa a conviver com o novo, o tradicional passa a conviver com o moderno. A ideia de que a riqueza chega de forma definitiva nos anos 20, leva a conjecturar que anteriormente a cidade já conhecia um pouco do que era riqueza e de que, mesmo minimamente, já havia a circulação de bens materiais pela elite, ainda que de forma desigual entre grupos sociais.

2.2 A CIDADE PELAS LENTES OFICIAIS: UMA VISÃO MAIS NÍTIDA?

O uso dos censos demográficos, em caso específico, do século XIX auxilia o historiador na elaboração tanto do cenário histórico quanto do socioeconômico, oferecendo elementos que versam sobre os habitantes de uma determinada localidade sem levar em consideração o aspecto econômico deste. Característica essa que se distancia de outras documentações históricas, como é o caso dos inventários *post-mortem* que abarcam um determinado setor da sociedade, os mais abastados. A utilização do recenseamento do ano de 1872 possibilitou enxergar a quantidade de habitantes existentes na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da cidade de Cajazeiras, suas condições (livres e escravizados), religião, a instrução pública, as suas profissões, a cor, o estado civil, a nacionalidade e naturalidade, a mortandade, os defeitos físicos, entre outros elementos.

A necessidade de se produzir um recenseamento geral para o Brasil vinha sendo gestado entre os parlamentares há algum tempo, em algumas províncias já existia a elaboração de relatórios que faziam a quantificação da população, estabelecendo também a sua cor, como por exemplo em Minas Gerais, São Paulo, Sergipe, Paraná, etc. No entanto, urgia-se pela unidade dos dados gerais de cada província, como dialogado por Tarcísio R. Botelho (2005) o censo demográfico poderia ser considerado como uma categoria de construção da nação e articulando-se, também, com a construção do Estado. Isso pode ser justificado através do objetivo por trás desta categoria, fazia-se mister conhecer a população do Brasil, sua nacionalidade, a cor, e principalmente, a sua condição (livre ou escravizado). Este último era um elemento de grande importância para a política do país após o Segundo Reinado.

As categorias censitárias que esses burocratas adotaram refletiam o momento específico que se vivia, articulado com a experiência colonial de que falei anteriormente. Definir a condição social (livre ou escrava) era uma necessidade ante a divisão básica da sociedade imperial. Conhecer essas categorias era importante para subsidiar as políticas públicas que se implantavam: a Lei do Ventre Livre, a distribuição de eleitores pelas paróquias, o debate sobre a instrução pública, os desafios do saneamento nas grandes cidades. Outra preocupação era a divisão dos habitantes segundo a cor. Como disse anteriormente, a presença do critério de cor nos diversos levantamentos populacionais do século XIX exprimem uma continuidade em face da herança ibérica, desdobrando-se em outras formas de descrição e análise da população brasileira (Botelho, 2005, p. 335).

Sendo o recenseamento de 1872 o segundo censo oficial, houve a preocupação por parte da autora de fazer a comparação com o de 1890 e 1900, no entanto, isso não foi possível, as categorias de análise da população não foram semelhantes, ao menos não no Estado da Paraíba. Ao observar a *Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890* é possível analisar apenas o número da população, a quantidade de cidades e suas paróquias, e a quantidade de homens e mulheres. A utilização desta fonte, inclusive, deve ser feita com devida cautela, isso se deve pela dificuldade de sua produção e divulgação que, deveria ter sido feita dez anos antes, em 1880, mas que não foi possível. O censo demográfico embora represente certa importância para a história do país, assim como para o ofício do historiador, não deve ser utilizado como um instrumento infalível, por exemplo, quando se compara as informações coletadas por estes com as informações contidas nos almanaques do estado, é possível entrever uma certa diferença de dados.

De acordo com o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro de 19 de agosto de 1889, o almanaque de *grosso volume* composto de seiscentos e cinquenta e duas (652) páginas vem, na verdade da palavra, preencher uma lacuna, é um repositório completo de tudo o que diz respeito a vida política e econômica do Estado, desde os primeiros administradores coloniais. Sendo constituído também das datas cronológicas da fundação de todos os municípios, as leis fundamentais do Estado, até o quadro de divisão territorial, política, administrativa e eclesiásticas; as distâncias entre as cidades, vilas e municípios, dos professores públicos, do movimento do porto, quadros estatísticos de importação e exportação do Estado, etc (Imprensa Oficial do Estado da Parahyba, 1899, p. 6).

Publicado no ano de 1899, na seção que diz respeito a cidade de Cajazeiras, o almanaque afirma que a cidade de Cajazeiras tem a população composta de dois mil, oitocentos e cinquenta e oito (2.858) almas, enquanto o Recenseamento de 1872 relata a existência de sete mil e vinte (7.020) indivíduos, enquanto no censo de 1890, a população é de cinco mil, cento e quarenta e três (5.143) indivíduos. Ainda que se considere a possibilidade de morte ao longo deste período devido à grande seca entre 1877-1879, é uma considerável discrepância existente entre estas três fontes. Reiterando a ideia de que o uso desta documentação pode ser feito, desde que, realizando as devidas ressalvas.

Não existe uma fonte histórica sequer que se constitua enquanto absoluta, isso significa dizer que, embora o almanaque se configurasse enquanto um grosso volume, possuindo quase sete centenas de páginas, não é possível dar conta de trazer todos os elementos de um espaço,

da sua política, etc. O desejo de se pretender como tal, por si só, já apresenta uma problemática diante dos historiadores. No entanto, esse fato não impossibilita a sua utilização tampouco, a escrita da história é feita a partir de recortes, montagens, e principalmente, de lacunas. O almanaque é também uma possibilidade de leitura da cidade de Cajazeiras, ainda que feita sob a lente do Estado, como é o caso, feita pela imprensa oficial do Estado da Paraíba, observe:

A cidade é illuminada, tem 296 casas, 10 estabelecimentos de fazendas, 15 de seccos e molhados, 1 pharmacia, 1 loja de barbeiro, 1 alfaiataria, diversas tendas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, carpinteiro, funileiro, pedreiros e louceiros de barro vermelho. Tem tambem 4 fornos, onde é preparada a excelente cal branca para o consumo da cidade e de grande parte dos municipios vizinhos. Possui uma grande casa de mercado pertencente ao município edificada no centro da cidade, formando um quadrilatero. Tem mais uma casa de açougue edificada no mesmo sentido da do mercado publico. Tem ainda outro próprio do município – a casa da câmara, bello e vasto edificio, onde podem ao mesmo tempo funcionar o jury e o conselho municipal. Possui 4 templos, entre os quaes merece distinguir-se: a igreja matriz, templo vasto e formado sobre arcadas, sendo o altar-mor obra de talha dourada de tempos remotos; três capellas que tem a invocação do Coração de Jesus, Coração de Maria e de Nossa Senhora da Piedade, 2 cemiterios, um fechado por estar já muito no centro da cidade e uma casa de caridade edificada pelo inolvidavel Padre Ibiapina, muito bem situado no morro do mesmo nome, onde existem muitas recolhidas mantidas pela cooperação de almas bemfazejas. Suas ruas são espaçosas e direitas, formadas por casas de bôa apparencia e construcção (Imprensa Oficial do Estado da Parahyba, 1899, p. 372).

Os dados mostrados acima são, em sua grande maioria, uma novidade para a escritora. Mesmo que haja alguns trabalhos que trabalhem com a cidade de Cajazeiras, como visto acima, outros até já consagrados pela historiografia local, eles não contam com as informações mostradas neste trecho retirado do almanaque. Mesmo com as problematizações colocadas acima, essa fonte se mostra importante para compor o espaço da cidade de Cajazeiras, demonstrando inclusive, os seus elementos modernos, ainda que de maneira embrionária – ruas espaçosas e direitas, com iluminação a gás, etc. Se percebe a religiosidade católica bem presente no município, com a existência dos quatro templos, fruto de uma origem interligada com o catolicismo com a “Mãe Aninha” e o seu filho, o Padre Rolim.

Como se falou na possibilidade de seca afetando o tamanho da população da cidade, o almanaque traz a informação de que a cidade é abastecida de água pelo grande açude do Padre Rolim que, constitui um patrimônio aos munícipes e a grande parte do povo dos municípios vizinhos, que mesmo nos tempos de seca afluem para suas imediações sem que o proprietário ou o procurador a isso se oponho. Levando a crer que, inevitavelmente, o município, o estado e a região nordestina sofreram com a grande seca, mas que, talvez não tenha sido tão impactante

assim na cidade, a ponto de ter uma queda drástica na sua população fixa, o que leva a crer que a discrepância na população só pode ter sido um erro técnico de contagem em alguma das fontes.

O almanaque traz ainda que o solo da cidade era apto para o plantio e cultura de todos os cereais, do fumo e especialmente, do algodão. A indústria local cifrava-se no fabrico de rapadura, aguardente, tijolo e telha. Existem no município, inclusive no distrito de Nazareth, 41 engenhos – 7 de ferro e 34 de madeira, 3 alambiques, 9 máquinas de preparar o algodão (2 a vapor e 7 movidas a animal). Por fim, a instrução primária era representada por cinco escolas primárias, sendo duas estaduais; como professores públicos tinha-se Serafim Waldemiro de Albuquerque (interino), cadeira do sexo masculino e Dona Victorina Bezerra de Mello (efetiva), cadeira de sexo feminino (Imprensa Oficial do Estado da Parahyba, 1899, p. 373). Informação importante a ser registrada, principalmente, para a discussão acerca da instrução feminina.

Outra fonte histórica utilizada e, a qual se atribui certo destaque, são os inventários *post-mortem*, como dito anteriormente, foram eles que subsidiaram grande parte da pesquisa a partir das informações encontradas nestes. Referentes aos anos de 1876 e 1890, os inventários novecentistas estão localizados sob salvaguarda da 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior na cidade de Cajazeiras, sertão paraibano. Trata-se de uma documentação judicial elaborada após a morte de um indivíduo, por isso o nome *post-mortem*, podendo ser acompanhada ou não de testamentos ou cartas testamentárias, caso fosse acompanhada, a partilha seria feita a partir dos ensejos do falecido. Caso contrário, a partilha era feita conforme as Ordenação Filipinas⁸ em que ficava assegurado a destinação do patrimônio para os herdeiros de direito ou legítimos, através de vias judiciais. As ordenações previam, ainda, que os bens deixados seriam partilhados de forma igualitária independentemente de sexo ou idade para os casos de ausência de uma carta testamentária ou testamento.

Os herdeiros legítimos se configuravam, a priori, em cabeça de casal ou parte meeira – esposa ou esposo –, em segundo lugar os descendentes – filhos e filhas; nos casos em que o falecido não era casado em matrimônio ou a inexistência de descendentes, os bens ascendiam, indo para os pais, tios e primos legítimos, etc. Existem alguns termos utilizados na

⁸ As Ordenações Filipinas são fruto de uma reforma elaborada por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal) ao código manuelino, durante o período de União Ibérica. Ficou em vigor no Brasil até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro em 1916.

documentação e que aparece ao longo do texto comumente, logo, torna-se necessária a explicação, como é o exemplo de inventariado, inventariante, arrolamento e louvados. O inventariado era a pessoa falecida; o inventariante era quem pedia pela abertura do processo; o arrolamento era o processo de listagem de todos os bens deixados para posterior avaliação feita pelos louvados, que por sua vez, eram pessoas nomeadas pelo Juiz de Órfãos para a avaliação dos bens, atribuindo valores monetários de acordo com as suas características – velho, novo, quebrado, desgastado, etc.

Admitindo-se o que outrora dissera a historiadora Beatriz Ricardina de Magalhães (1989), existem algumas restrições que concernem aos inventários, como por exemplo o público sobre quem se fala, geralmente pessoas abastadas, mas as suas vantagens as superam. É uma documentação seriada, embora pouco numerosa é diversificada e não se repete, cada inventário é único. “É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e sobretudo a mão-de-obra.” (Magalhães, 1989, p. 31). É bem verdade que, a partir desta documentação se torna possível a observação da vida íntima das famílias, dos possíveis conflitos existentes pela herança, as dívidas deixadas (passivas ou ativas), os tipos e quantidades de animais, ferramentas de trabalho, objetos referentes ao uso doméstico e individual, etc. São múltiplas as possibilidades de análise a partir do momento em que se adentra este universo, da documentação em si, da materialidade e dos arquivos.

Questionando o que esperar dos arquivos depois que tudo, ou quase tudo, já foi lido e dito por outros sobre a beleza do gesto, o diálogo com os mortos, a consideração pelos anônimos e esquecidos da história, Arlette Farge (2009) afirma que aquilo que permanece é a atração pelo arquivo, a inclinação por ele não deve ser confundida com algo efêmero, contendo em si um prazo de validade, ele é composto pela convicção de que o espaço ocupado pela conservação dos arquivos judiciários é um local de falas captadas. Portanto, não se trata de descobrir algo nele, encontrar um tesouro enterrado por quem é mais esperto ou mais curioso, mas tomá-lo como um suporte que permita ao historiador buscar outras formas do saber. O arquivo, dessa forma, não é uma reserva, mas uma permanentemente falta (Farge, 2009, p. 58).

Ao historiador se apresenta diversas faltas, a falta primeira é a impossibilidade de uma documentação, seja ela qual for capturar o absoluto, do momento, dos personagens e dos fatos. A segunda falta é colocada pelo tempo cronológico e suas intempéries – páginas corroídas, manchadas, rasgadas, dobradas – além de condições outras que podem afetar o estado da

documentação, como o devido cuidado, o bom manutenção que ocasionam na falta de páginas de um mesmo bloco de processos, a mistura de diversos documentos, etc. A escrita de Farge (2009) possui uma sensibilidade tamanha permeada em si, capaz de transportar esta pesquisadora aos momentos iniciais de coleta de arquivos para este trabalho, e ainda, a autora dispõe dos gestos da coleta, o despojar da documentação e tudo o que é exigido do historiador no momento de pesquisa, paciência, silêncio e atenção.

Realizam-se sem pressa, obrigatoriamente sem pressa; não será demais dizer a que ponto o trabalho em arquivos é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa. (...) Paciência de leitura; em silêncio, o manuscrito é percorrido pelos olhos através de numerosos obstáculos. Pode-se tropeçar no defeito material do documento: os cantos corroídos e as bordas danificadas pelo tempo engolem as palavras; o que está escrito na margem geralmente fica ilegível, uma palavra que falta o deixa o sentido suspenso; às vezes, as partes de cima e de baixo do documento sofreram danos e as frases desapareceram, isto quando não é na dobra que se constata rasgos, portanto ausências (Farge, 2009, p. 59).

No ato de paciência e de treinamento do olhar, é possível localizar informações que passam despercebidas em um primeiro momento, e que posteriormente revelam elementos importantes para a tecitura de uma história, neste caso, a história urbana da cidade de Cajazeiras. Em outros momentos, aparecem outros elementos que contribuem para a história social da cultura de Cajazeiras, como veremos. No ato de arrolamento dos bens deixados, na seção de bens de raiz⁹, encontra-se casas, terrenos, prédios, quartos de comércio, em que além de descrito o estado do bem, as suas características constituintes como se feita em tijolos ou taipa, contendo telhas ou não, quantidade de portas e janelas, se possui reboco, encontra-se também a data do bem de raiz, que significa o local em que ela está, se em outra freguesia, em sítio ou rua da cidade.

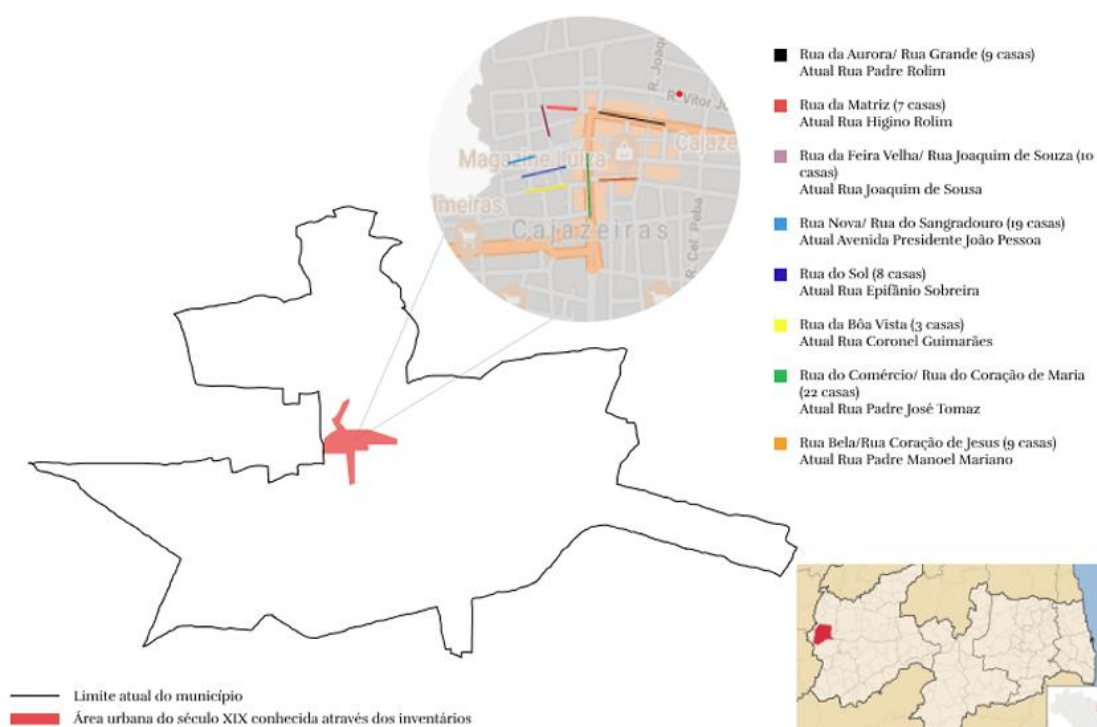
A fim de apresentar a cidade de Cajazeiras a partir dos bens de raiz encontrados para o perímetro urbano, a pesquisadora Ayrle Figueiredo (2022) propõe caminhadas pela cidade, seguindo o percurso teórico-metodológico proposto por Michel de Certeau (1925-1986), convida o leitor a se colocar como um caminhante que se move pelas ruas da cidade, notando cada possível buraco ao longo da estrada, que observa atentamente as casas, e não apenas um viajante que observa tudo pelo alto. Sendo assim, os inventários se transformam em uma espécie de guia, apresentando e permitindo o conhecimento da cidade. A fim de complementar o convite feito, a historiadora produziu um mapa a partir das ruas mencionadas na

⁹ São bens imóveis por natureza, que não possibilitam de movimentação ou transposição, a exemplo de terrenos, açudes, prédios, casas, fazendas e/ou sítios.

documentação e das ruas existentes no presente, sendo possível observar, inclusive, a transformação em seus nomes.

O mapa permite observar o atual perímetro urbano do município de Cajazeiras, assim como a pequena urbe existente no século XIX, e a consequente comparação entre o tamanho do município entre essas duas temporalidades. É possível observar também, que as ruas existentes na figura abaixo estão exatamente onde se inicia a povoação da cidade, próximas ao açude, popularmente conhecido como Açude Grande, e que foi construído para abastecer a Escolinha da Serraria do Padre Inácio de Sousa Rolim, a priori era apenas um pequeno reservatório de água, mas que no ano de 1916 foi ampliado às proporções que se encontra atualmente.

Figura 1 – Mapa das ruas inventariadas da cidade (1876-1900)



Fonte: FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Beserra de Sousa (1876-1900).

Com o monte mor¹⁰ avaliado em 1:898\$000 (um conto, oitocentos e noventa e oito mil réis), o inventariado Salvador de Luna Ramalho¹¹ possuía uma casa localizada na Rua da Matriz com as seguintes características: *tendo a frente um oitão e o muro de tijolo, calçada de*

¹⁰ Valor total atribuído à soma dos bens, sem dele ser retirado o valor de possíveis dívidas e das custas despendidas ao longo da produção do inventário.

¹¹ Localizado na pasta: _1876_(CaixaAzul_1867)_.

*pedra e o mais de taipa, com uma cozinha atrás coberta de telhas, tem duas portas na frente, a sala de “seante” ladrilhada avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis). Na mesma rua da Matriz, sob o número 04, a inventariada Josefa Candida de Beserra¹², possuía uma casa com duas portas e uma janela em frente com trinta palmos, em branco¹³ avaliada no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis), possuía também uma casa na rua Nova – *um sobrado em começo estando os paredões até altura de receber o assoalho, tendo duas portas com 27 palmos de frente* avaliada em 400\$000 (quatrocentos mil réis), por fim, possuía os alicerces de um terreno junto a casa da câmara na rua da Aurora avaliada em 40\$000 (quarenta mil réis), seu monte mor foi totalizado em 1:021\$174 (um conto, vinte e um mil e cento e setenta e quatro réis).*

No inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo¹⁴, em 1883, encontra-se diversos bens de raiz, entre eles duas casas na rua da Aurora, uma na rua da Boa Vista e outra na rua da Matriz. As primeiras são edificadas de tijolos, uma delas ainda em construção, a primeira avaliada em 800\$000 (oitocentos mil réis) e a que estava em construção em 1:000\$000 (um conto de réis); uma casa com a frente em branco avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis) na rua da Boa Vista, e por fim, uma casa com a frente de tijolo e o corpo de taipa na rua da Matriz, avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis). Os outros bens de raiz pertencentes a Dona Josefa Dina, estavam localizados na zona rural de Cajazeiras ou em outras freguesias, além de se configurarem como partes de terras e casas de taipa, o seu monte mor foi avaliado em 10:498\$000 (dez contos, quatrocentos e noventa e oito mil réis).

É valioso mencionar que, a diferenciação entre os bens de raiz é um interessante ponto de análise para a pesquisa, isso se deve porque foi possível constatar a diferença de valores atribuídos entre casas de morada ou de vivenda localizadas na zona rural e as casas edificadas na zona urbana da cidade. Por exemplo, ainda no inventário de D. Josefa Dina encontra-se *uma parte na Casa do Angelim, contendo telhas e feitas de taipa*, avaliada em 45\$454 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro réis), uma casa de taipa no Angelim avaliada em 10\$000 (dez mil réis), e ainda, *uma parte de terras cada duas partes em duas casas de taipa e açude na terra*, avaliado em 49\$999 (quarenta e nove mil e novecentos e noventa e nove réis).

¹² Localizado na pasta: 1876_DOC 2(CaixaAzul_1867)_.

¹³ O termo “em branco” encontrado para caracterizar casas nas seções de Bens de Raiz em inventários *post-mortem* podiam significar que a casa era pintada em cal branca ou que possuía reboco em branco.

¹⁴ Processo #:1883_19processo(CaixaCinza_1851.1883).

Ainda no ano de 1883, no inventário de Lucina Maria de Jesus¹⁵ encontra-se *uma casa grande de taipa com três vãos no sítio Penha, Mata Fresca* por 30\$000 (trinta mil réis).

A existência ou não de valores elementos poderiam aumentar ou diminuir o valor atribuído a um bem pelos louvados, a exemplo do local onde estava a construção, os materiais constituintes – se a casa era feita inteiramente de taipa ou tijolos, se uma parte estava em taipa e o restante em tijolos, se a frente era de tijolos, os tipos de telha, o seu acabamento, a quantidade de janelas e portas, se estava em bom estado ou arruinada. Havia casas existentes na zona rural que recebiam valores semelhantes às casas existentes na zona urbana, pois tinham em si outros elementos que compensavam a sua localização, é o caso de uma casa de tijolos com três vãos, oito portas e seis janelas, localizada no Sítio Baixa Grande avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis) e que pertenceu ao inventariado Manoel de Sousa Teixeira¹⁶ (1883). Chama-se atenção para o fato de que o mesmo elemento que, possivelmente, contribuiu para o aumento no valor desta casa, também consegue impactar ao fazer a relação entre a quantidade de vãos, janelas e portas. Uma casa pequena, provavelmente contendo uma sala, um quarto e uma cozinha, com tamanha quantidade de janelas e portas, no entanto, esse era um importante elemento de diferenciação entre famílias pertencentes ao mesmo grupo social e grupos sociais distintos, não à toa é um elemento que mereceu ser mencionado na avaliação dos bens.

Ao discorrer sobre as mudanças no morar dos brasileiros no período imperial, com a mudança das casas grandes para sobrados, Mary Del Priore (2016) afirmou que a partir da segunda metade do século XIX a casa seria cada vez mais o oposto da rua, dentro dela aos poucos se colocou uma nova ordem para os comportamentos, os valores e a família. Além das mudanças subjetivas, ou seja, no que se refere ao comportamento e aos valores, aconteceram mudanças físicas, práticas, principalmente, na edificação das novas casas – “Na decoração das fachadas, no número de janelas e portas envidraçadas se exibiam a riqueza e a mobilidade social. A alvenaria substituiu o uso da pedra e cal misturada à graxa de baleia” (Del Priore, 2016, p. 154).

No inventário do comerciante Francisco Beserra de Sousa¹⁷ falecido em 1884, na seção de bens de raiz, é possível encontrar cerca de 61 casas apenas no perímetro urbano de Cajazeiras em sua posse, além de outros na zona rural e em outras freguesias, esse número

¹⁵ Processo #: 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883).

¹⁶ 1883_19processo(CaixaCinza_1851.1883).

¹⁷ 1884_Francisco Beserra de Sousa.

equivale a 21% do número total de casas existentes na segunda metade do século XIX na cidade de acordo com o arrolamento de casas na cidade de Cajazeiras realizado no ano de 1890 para efeito da cobrança do imposto predial¹⁸ que, previa a existência de 290 prédios. Enquanto isso, no Almanaque do Estado da Parahyba de 1899, alerta que a cidade possuía 296 casas, mas para efeitos de comparação entre duas temporalidades mais próximas, a pesquisadora comparou com os números encontrados para o ano de 1890.

A maior parte das casas possui basicamente a mesma configuração e estão avaliadas na média de 100\$000 e 150\$000, continham as seguintes características – *de tijolo, toda em preto com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas localizada na rua do Coração de Maria*, a partir de análises acredita-se que eram casas de aluguéis que serviam como fonte de renda para o comerciante, que também trabalhava com empréstimos. Encontra-se casas que destoam no valor monetário atribuído, por exemplo *uma casa de tijolo, tendo a frente para a rua do Coração de Maria, com duas portas e quatro janelas, três salas, cinco quartos, sótão com duas janelas e varanda, cozinha, muro, parte em branco e parte em preto, tendo mais em sua compreensão um quarto apropriado à loja, com frente para a rua do Coração de Maria, situada em terreno de seis e meia braças de frente e dezoito de fundo localizada na Rua da Boa Vista e avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis).*

Na rua do Sol encontra-se *uma casa de tijolo devendo ter o número vinte e oito, com duas frentes, sendo uma voltada para o Poente comportando esta duas portas e duas janelas, outra olhando para o Norte, comportando três portas e duas janelas, tendo uma porta e uma janela de fundo, quatro quartos, duas salas, cozinha, muro em branco por dentro avaliada em 1:200\$000 (um conto, duzentos mil réis).* Na rua Nova, encontra-se *uma casa de tijolo sob o número quarenta e três, com três portas e três janelas de frente, três portas e duas janelas de fundo, quatro salas, quatro quartos, cozinha, muro e toda em branco, tendo seis braças de frente e dezessete de fundo e mais um telheiro ao lado do poente avaliada em 1:400\$000 (um conto, quatrocentos mil réis).*

E ainda, uma casa na rua da Aurora avaliada em 2:700\$000 *feita de tijolos com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janelas e na outra duas portas e cinco janelas, em portas e em gradil, repartida em duas salas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a rua Formosa, ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e três de fundo, pertencente ao Patrimônio da Padroeira.* A partir do arrolamento de

¹⁸ Ver LEITÃO, Deusdedit. Ruas de Cajazeiras. João Pessoa, 2005.

toda a mobília e utensílios juntos a ela, acredita-se que esta era a casa em que o Francisco Beserra de Sousa fazia morada, sendo também a melhor avaliada, isto é, a mais cara de todos os bens de raiz. Sendo importante frisar, que ao fim da citação de todos as características, se afirma que a casa foi edificada pelo próprio.

É possível inferir a partir das informações trazidas nos inventários que a cidade de Cajazeiras possuía um relevante movimento em sua zona urbana, como visto a partir do mapa as principais ruas existentes, além das casas de morada encontradas também havia os quartos de comércio, um dos pilares que ocasionou o desenvolvimento da cidade, tanto na sua malha urbana, quanto no trânsito de influências para os seus habitantes, revelando um alto consumo de produtos. Observando os quartos de comércio encontrados para os anos de 1876 e 1890 têm-se:

Quadro 4 – Casas e quartos de comércio (1876-1890)

Descrição	Localização / Ano	Valor
Três quartos de comércio com a armação e a cabeçada de pedras	Cajazeiras - 1883	1:050\$000
De tijolo, sob o número quatro, com duas portas de frente e uma de fundo, dois compartimentos com prateleiras para exposição e depósito de fazendas, balcão, vitrine e mais acessórios de casa de comércio	Rua do Comércio - 1884	700\$000
De tijolo e taipa, parte em preto e parte em branco, sob o número seis, com três portas de frente, uma porta e uma janela de fundo, dois quartos e duas salas, um telheiro servindo como cozinha, com alicerces para muro, com prateleiras, um caixão grande para depósito de fazendas e mais acessórios de loja	Rua do Comércio - 1884	120\$000
De tijolo, sob o número dez, com duas portas de frente e uma de fundo, duas salas e muro compreendendo as prateleiras e acessórios de loja, toda em branco	Rua do Comércio - 1884	300\$000

Quarto de tijolo sob o número quarenta e nove, com prateleiras e balcão, em branco	Mercado Público - 1884	230\$000
--	------------------------	----------

Quarto de tijolo, sob o número vinte e um, com duas portas de frente para a rua Bela e frente para o quarto anterior, em preto e sem armação	Mercado Público - 1884	200\$000
--	------------------------	----------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ainda depreendendo as informações do mapa, a atual rua Padre José Tomaz era, inicialmente, conhecida como rua do Comércio e mais a frente, após a Praça do Coração de Jesus, era conhecida como rua do Coração de Maria, pois ocupava um trecho que dava acesso ao cemitério de mesmo nome, Coração de Maria. Segundo Leitão (2005), a rua do Comércio correspondia ao quarteirão que defrontava com o Mercado Público que, em 1890, contava com apenas oito prédios todos eles destinados ao uso comercial. O trecho denominado rua Coração de Jesus tinha dez casas e a rua Coração de Maria, pequenos prédios residenciais, perfazendo o total de trinta e duas casas (Leitão, 2005, p. 18). É possível perceber a importância da atividade comercial pelo valor atribuídos às casas e quartos de comércio, alguns deles prontos para serem utilizados, além da importância da feira livre funcionando como principal ponto de encontro entre os habitantes das cidades vizinhas e do município de Cajazeiras.

Observando ainda o inventário do comerciante Francisco Beserra de Sousa, encontra-se uma enorme quantidade de mercadorias, provavelmente, configurando-se como o estoque de suas lojas. Segundo Figueiredo (2022), observa-se, principalmente, a dinâmica de venda de fazendas (tecidos), em algodão, chita ou retalho, sendo estes mais populares e com preço inferior aos tecidos importados a exemplo da cambraia. Suas lojas, assim como tantas outras existentes nesse mesmo período, se ocupavam em diversificar os seus produtos, não apenas vendendo apenas um seguimento, por isso encontrou-se também resmas de papel, envelopes, frascos de vidro, objetos para construção como aço, dobradiças, fechaduras e parafusos, itens de montaria, confirmando a variedade de produtos oferecidos ao comércio da cidade (Figueiredo, 2022, p. 68-69).

A cidade de Cajazeiras, não diferente de tantas outras localidades, freguesias e províncias, para esta mesma temporalidade vivia em uma espécie de fronteira entre o novo e o velho, o mundo colonial e o imperial. Não tendo o único pilar de desenvolvimento a sua localização no entorno de uma pequena escola e de um açude que auxiliava na sobrevivência

de alguns habitantes, se torna um distrito pertencente ao município de Sousa através da lei provincial de nº 5 em 29 de agosto de 1859. Em 23 de novembro de 1863, através da lei provincial nº 92 se eleva de distrito à categoria de vila e se desmembra de Sousa, tornando-se município da província da Parahyba do Norte, e por fim, de vila se eleva à categoria de cidade através da lei provincial nº 616 em 10 de julho de 1876. É um rápido crescimento que, como colocado, pode também ser justificado pela presença da escola e do movimento provocado por ela, mas que não é o suficiente para determinar o sucesso de sua ampliação. Sendo importante frisar, também, a configuração da cidade como um dos principais entrepostos comerciais da região do sertão.

Embora os inventários *post-mortem* permitam enxergar apenas uma pequena parcela da sociedade cajazeirense, aquela que tinha bens suficientes para serem legados e perpetuados entre seus descendentes, é possível perceber a quantidade de riqueza acumulada entre as famílias, principalmente, no que concerne aos bens semoventes (animais e escravizados) e bens de raiz (partes de terra, fazendas e sítios, casas de comércio, morada e vivenda). Como observado não era uma riqueza homogênea, dentro desta documentação foi possível localizar vários marcadores de riqueza, a exemplo dos bens de raiz, existiam casas de todos os tipos (taipa, tijolos), na rua ou na zona rural, mas que nem por isso deixavam de se configurar como bens que demarcavam um *ethos*¹⁹ social dentro daquele grupo. Não há espaço para julgamento para a variedade no patrimônio legado, ou seja, não cabe ao pesquisador julgar se determinado objeto ou bem deveria ou não estar na documentação, pois era o tipo de riqueza para a temporalidade estudada, apenas há espaço para a diferenciação e análise entre eles. Portanto, percebe-se que a riqueza também era bastante difusa e mesclada, ainda utilizando o exemplo das casas, a casa feita em taipa ainda tinha em si bastante valor agregado, mesmo sendo considerado um material não tão resistente.

As várias fontes aqui analisadas permitem o conhecimento da cidade de Cajazeiras a partir de vários olhares, pela lente acadêmica, através do olhar oficial do Estado, pela visão apaixonada que busca explicar o “mito de origem” da cidade, objetivando conhecer as origens, para se conhecer, enquanto indivíduo ou enquanto família que auxiliou no crescimento da cidade, e por isso, merece agradecimentos. Cajazeiras, assim como tantas vilas e cidades, se encaminhavam, ainda que a passos vagarosos, para uma nova ordem que se colocava no Brasil imperial, como Del Priore (2016) encerra o seu capítulo sobre as casas grande e os sobrados –

¹⁹ Conjunto de características e elementos que distinguem e diferenciam um determinado grupo social.

“Mudaram a rua, a casa e o jardim. Transformou-se a paisagem. O espaço urbano tradicional foi europeizado tanto no âmbito privado como no âmbito público, configurando-se em novo cenário para a cidade brasileira” (Del Priore, 2016, p. 165).

3 A CASA ESTÁ EM NÓS E NÓS ESTAMOS NELA

Pois a casa é nosso canto no mundo. Ela é como se diz frequentemente nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (Bachelard, 1978, p. 200)

O século XIX, no Brasil, veio acompanhado de diversas transformações, alguns autores chamam este processo de “reeuropeização”, outros falam sobre uma mudança de mentalidade, entre o passado colonial e o presente imperial, a consolidação do capitalismo, a ascensão de uma burguesia industrial. O fato é que essas mudanças transformaram não apenas as relações sociais, econômicas e políticas, mas impactaram também o espaço doméstico, principalmente, das famílias mais abastadas. Houve a compreensão e a separação entre o espaço público, representado pela rua, e o espaço privado, a casa; sendo este segundo, um dos principais espaços para a prática dos novos conceitos e sensibilidades envolvendo a família, os papéis sociais atribuídos para cada membro e as proibições.

3.1 O PRIMEIRO PASSO: DESVELANDO ESTUDOS SOBRE A CIDADE E O COTIDIANO IMPERIAL

O questionamento dos paradigmas tradicionais da História levou a uma série de novos questionamentos para a historiografia, ampliando as noções acerca de fontes históricas, métodos e colocando holofotes sobre questões sociais e culturais que estavam, até então, escanteadas. Uma dessas questões eram os estudos sobre as cidades e os seus habitantes e as relações estabelecidas e praticadas no espaço. Durante algum tempo a cidade foi entendida apenas como um receptáculo, um palco a ser utilizado como plano de fundo para outras ações acontecidas ali: no comércio, na economia etc. Nessas leituras, a cidade não se diferenciava muito da perspectiva congelada e suspensa que se tinha uma carta cartográfica, mesmo quando ela fornecia ações cotidianas, relações e manifestações sociais, culturais, de afetividade, e, de exclusão.

Nesta esteira de novos questionamentos e abordagens, a cidade ganha uma nova imagem sob a lente higiênico-sanitarista, como colocado pela historiadora Maria Izilda Santos de Matos (2002)²⁰, a “cidade-questão” ganha novos delineamentos entre o fim do século XIX

²⁰ Em obra intitulada Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

e XX sob o olhar médico conjugado à ação, observação e transformação de várias autoridades que, juntos ao Estado buscavam a neutralização do espaço, envoltos pela ciência e racionalidade rumariam ao progresso e o ser moderno. A historiadora também discorre sobre as categorias de “cidade-memória” e a “cidade-documento”, sendo esta segunda a possibilidade de ver a trama urbana enquanto um documento a ser lido, neste emaranhado de tempos-espaço e memórias, cabe ao historiador decifrar as várias camadas e os seus *enigmas*, como uma espécie de arqueologia social (Matos, 2002, p. 36).

O interesse por uma “cidade-questão” aproxima as historiadoras Maria Izilda Matos (2002) e Maria Stella Bresciani (1991) em seus estudos, de forma que esta segunda justifica, inclusive, em artigo intitulado *As sete portas da cidade* (1991) que o seu desejo e disposição para estudar as cidades é justamente no momento em que elas se problematizam, porque de acordo com a pesquisadora, é um ponto estratégico para se compreender a cidade no presente. Compreender de qual forma se construiu a rede de questões denominadas de questão urbana que, até o momento do presente continuam a guiar a questão técnica e social das cidades “problema”, em qual momento se pretendeu buscar soluções para os problemas de sujeira, de peste, das possíveis sublevações, imaginárias ou verdadeiras. É nesse sentido, que trazendo um artigo de François Beguin de 1978, Bresciani (1991) destaca que, a cidade vai ser pensada como um espaço que, após transformado se tornaria em um ambiente ideal para se formar homens saudáveis, moralizados e trabalhadores, portanto, bons cidadãos (Bresciani, 1991, p. 10-11).

É sob a perspectiva de uma arqueologia ²¹ não apenas social, mas também da cultura material que se lançará olhar para cidade de Cajazeiras, para os seus sujeitos históricos e para as relações ocorridas dentro do espaço de intimidade: a casa. Imaginando que, para se analisar as transformações realizadas no ambiente doméstico, e as novas práticas concentradas nesse espaço, se faria necessário a compreensão do contexto local, regional e nacional. Citando o prefácio escrito por George Duby em *História da Vida Privada*, Maria Izilda Matos (2002) diz que este destaca que o conceito de privado só adquiriu consistência no século XIX:

Sendo aí definido como “uma zona de imunidade, oferecida ao recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais convém nos munir ao nos arriscarmos no espaço público...”, coincidindo com o lugar de familiaridade – o doméstico, o íntimo. (Veyne, 1990 *apud* Matos, 2002, p. 38).

²¹ Importante destacar que, embora se intitule de uma arqueologia da cultura material, esses objetos não foram encontrados em escavações, mas nos inventários *post-mortem* utilizados pela escritora.

Matos (2002) ainda destaca a importância de se atentar à falsa universalidade dos limites entre público e privado que, ganha conotações mais claras e precisas a partir da era vitoriana quando foram construídos conjuntamente com a definição das esferas sexuais e a delimitação de espaço para os sexos. Segundo a autora, a moderna separação entre o público e o privado é algo histórico, portanto, não inevitável ou natural, sendo produto de uma forma de organização social. Outro elemento que merece destaque é que anterior à segmentação entre o público e privado já havia a distinção entre o doméstico e o público, sendo basicamente a separação entre a vida privada da família em detrimento ao restante da sociedade. Por fim, é válido mencionar que essas categorias não podem e não devem ser aplicadas a todas as sociedades e tempos, para não incorrer em anacronismos.

O caso do Brasil, no século XIX, não seria muito diferente. Ao considerar sobre a mulher castiçamente brasileira da década de 1850, “a sinhá da casa-grande, a iaiá do sobrado patriarcal”, Gilberto Freyre (2009) em a *Vida Social no Brasil: nos meados do século XIX* declara que, o padrão de moralidade de duas faces ²² prevalecia na década de 1850, ainda que, o Imperador Dom Pedro II tivesse fixados padrões rigorosos de moralidade para aqueles que formavam a sua corte ou que aspirasse ascensão política. Para Freyre (2009), Dom Pedro II foi uma espécie de Rainha Vitória de calças que fiscalizava os estadistas à maneira de um agente ou detetive de polícia: a polícia moral; polícia de costumes. Há de se levar em consideração que a corte imperial, assim como os estadistas, serviam de exemplos a serem seguidos. Em sua perspectiva, Freyre (2009) relata que a retórica seduzia as classes medianas, muito mais do que o gosto apurado para a literatura, o que corroboraria para a tomada desses grupos como exemplos de moralidade costumes.

Há aqui algumas ressalvas a serem colocadas. A primeira é que enquanto ocupando o seu lugar social, o sociólogo Gilberto Freyre trabalha com “tipos ideais” de sociedade. Ao colocar que as classes medianas não possuíam gosto apurado literário e a inexistência de uma elite intelectual, ele relega toda a sociedade a essa mesma categoria. E bom, não é bem verdade, como se observa com a inserção dos compêndios didáticos pelos presidentes de província ainda na década de 1830, inclusive aqui na Paraíba, no terceiro capítulo. É fato de que a maioria da sociedade brasileira do século XIX não era alfabetizada ou tinha acesso a essas literaturas,

²² Idolatrava-se a mulher pura enquanto os comportamentos sexuais do homem só eram reparados de leve. Não era raro homens jovens iniciarem suas vidas sexuais desvirginando escravas, e as engravidando.

principalmente, quando se considera os não livres ou recém libertos, mas não se acredita ser coerente a tentativa de homogeneização de um grupo. A segunda colocação a ser feita é que, embora discordando academicamente dos elementos trazidos por Freyre (2009), existe muita relevância em sua discussão, principalmente, no que tange à retórica seduzindo e sendo feita de exemplo prático a ser seguido.

Superada as considerações, se percebe que mesmo que as categorias de espaço público e privado não devam ser universalizadas sem a contextualização entre tempo e espaço, no caso do Brasil tínhamos uma “Rainha Vitória de calças”, disposto a colocar na ordem do dia, as reparações necessárias para o encaminhamento ao progresso. É nesse tocante, que se torna necessário observar que o país em sua territorialidade não possuía até então limites claros entre o rural e o urbano, entre o moderno e o “arcaico”, é um espaço em construção, na política, na economia, no social etc. Mas já demonstrava percorrer esse caminho de alguma forma, e em pés de desigualdade entre as províncias/estados, assim como se observará.

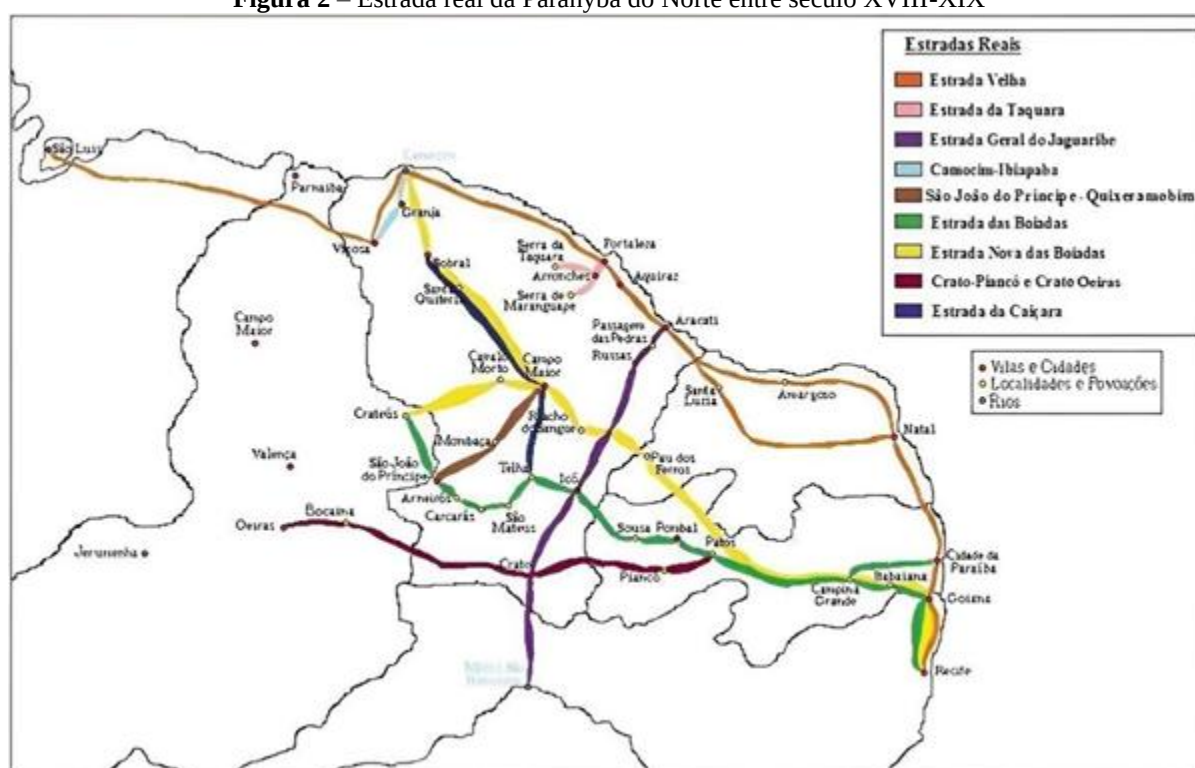
Em discussão elaborada por Buriti (2022), a cidade-discurso é um grande palimpsesto, ela muda suas linguagens, pois não pode ser vista apenas a partir de sua “fisicidade”, é uma vida que pulsa em si mesma. Nesse sentido, o historiador trabalha com a ideia de que é no Segundo Império (1840-1889) que o Brasil se encaminha efetivamente para novas territorialidades, devido ao aumento progressivo das tecnologias, de produtos inovadores industrializados e da emergência de novas práticas socioculturais: “O tráfico de “boas maneiras” foi intenso, principalmente através de leitores, viajantes e comerciantes ingleses e franceses.” (Buriti, 2022, p. 12). E ainda,

O Rio de Janeiro, sede do poder imperial, necessitava de transformações de ordens mais variadas para adquirir feições europeias (...), era preciso destruir a vila colonial e transformá-la em cidade, alterando as sensibilidades baseadas nas relações sociais senhoriais, recepcionando os trejeitos burgueses e munindo a cidade de infraestrutura urbana (água, iluminação e esgotamento sanitário), transporte (arruamentos, carruagens, bondes e trens), economia (instalação de fábricas e de estabelecimentos comerciais), comunicação (imprensa, correios e telégrafos), segurança (guarda-nacional, sistema judiciário) e cultura geral (bibliotecas, jardim botânico, escola de belas artes, faculdades, escolas de primeiras letras e secundárias, dentre outras) (Buriti, 2022, p. 14).

Mudança era a palavra de ordem no Brasil império, se tornava imprescindível acompanhar as nações que se encontravam em termos com a modernidade, com a ciência, a crítica cultural, e com um novo sistema de mundo, principalmente, no tocante econômico. O Rio de Janeiro precisava e deveria se apresentar como a vitrine brasileira da modernidade, vitrine vista não apenas por quem vinha de fora, mas para quem já estava dentro.

Como observado no primeiro capítulo, e também, em trabalho feito para conclusão do curso em História, intitulado *Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX)* (2022), a autora já trabalhava com a hipótese da cidade de Cajazeiras se apresentar como “pioneira” em alguns elementos, principalmente, nos seus modos de viver e nas relações comerciais, se mostrando como estando em congruência com as últimas modas e com elementos que faziam alusão ao moderno, muito embora estivesse localizada no sertão da Província da Parahyba do Norte, e logo, distante dos grandes centros. Podendo ser constatado adiante, que fazia conexões não apenas com a capital da província, a cidade da Parahyba, quanto com a cidade de Recife. Observe no mapa abaixo.

Figura 2 – Estrada real da Parahyba do Norte entre século XVIII-XIX



Fonte: NOGUEIRA, Gabriel Parente. Fazer-se nobre nas fimbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804).

É possível constatar a partir do mapa que a província da Parahyba do Norte já contava com uma estrada real – Estrada das Boiadas –, sendo assim através dela a circulação de animais, objetos, alimentos, escoamento de produtos agrícolas, entre outras coisas. Dessa forma, efetivando a ligação entre os sertões e o litoral, onde haveria o escoamento de produtos pelos portos, como é o caso do Recife. De acordo com o *Atlas histórico-econômico do Brasil no século XIX* (2024), as companhias de navegação a vapor contribuíram grandemente para o

incremento da economia brasileira na segunda metade do século XIX, pois possibilitavam a circulação de pessoas e mercadoria pelo território nacional.

Através do decreto nº 632 de 18 de setembro de 1851, houve o estabelecimento de regras gerais para a organização de companhia de vapores na navegação. O decreto autorizou o governo imperial a organizar as companhias, objetivando a utilização de vapores próprios para condução não apenas de passageiros e suas malas, mas de mercadorias. Criada em 1853 a Companhia Pernambucana, contendo três linhas, com trajeto de Pernambuco ao Sergipe; a segunda com trajeto de Pernambuco a Granja; e por fim, a terceira com trajeto de Pernambuco à Ilha de Fernando de Noronha. Portanto, conforme essas redes de comunicação que se tornaria viável encontrar casas e uma cultura material correspondente à localizada nos inventários *post-mortem* na cidade de Cajazeiras do século XIX.

3.2 O ESPAÇO HABITADO TRANSCENDE O ESPAÇO DOMÉSTICO

Em texto intitulado *Habitar: del espacio a los objetos* (2013), Isabel dos Guimarães Sá estabelece que para o estudo das habitações deve haver o seguimento de algumas premissas fundamentais, uma delas é que espaço e os objetos devem ser analisados levando o corpo humano em consideração, isto é, o espaço físico é inerente aos indivíduos – sua idade, o gênero, os seus gestos decorosos ou indecorosos, e os rituais que eles desempenham –, sendo tudo isso definido por uma cultura.

A segunda premissa diz respeito ao estudo das famílias que habitam esses espaços, e as formas que se consegue ter acesso a estas. Neste caso, a pesquisadora procura compreender os espaços e seus objetos no “Porta Adentro”²³ do tempo histórico moderno, e para isto, chama atenção para a importância de fontes históricas que possam revelar elementos acerca das famílias, em quantidade; e os objetos e espaços possuídos por estes. Como exemplo, a autora traz os inventários *post-mortem*, notas cartoriais, contratos matrimoniais etc. Por fim, a terceira premissa discorre sobre a importância de uma documentação que descreva a contabilidade interna de uma habitação, isto é, a quantidade de vãos constituintes.

Para Sá (2013) a expressão *porta adentro* era utilizada quando era admitida a entrada de alguém na intimidade intrafamiliar, ou, em outros casos se referia às relações ilícitas – “del tipo: “mantenía la amante puertas adentro”” (Sá, 2013, p. 116-117). O entendimento de que

²³ Citado pela autora enquanto um projeto em desenvolvimento sobre o estudo das formas de viver do cotidiano, buscando ir além disso, estudar as diferenças de gênero, a produção e o consumo de objetos e como se davam a distinção a partir da posse desses.

existia um porta adentro implicava na existência de porta afora, de modo que a porta (objeto) ganha a função de demarcar a linha limítrofe onde iniciava o espaço público (exterior) e iniciava o espaço privado (interior). Ao discorrer sobre os espaços domésticos, a autora diz que ao levar em consideração o contexto das residências se revela alguns aspectos das diferenças de gênero, principalmente no que tange às permissões dadas aos homens e mulheres, levando à exclusão das segundas dos espaços de autoridade. E, portanto, conclui que o espaço estrutura relações, delimita hierarquias sociais e impõe proibições.

Sob influência do pensamento fenomenológico de Gaston Bachelard em *A poética do espaço* (1957) sobre o que a casa representa, em sua própria constituição, Juhani Pallasmaa (2014) afirma que a arquitetura articula o encontro entre o mundo e a mente humana. A experiência de um lugar de qualidade condensa sentimentos de pertencimento, seguranças e os significados próprios de lugar. A arquitetura, assim, nasce da ideia e da experiência do lugar, incluindo as várias funções que lá podem acolher, a exemplo de trabalhos, reuniões etc., que derivam de uma essência mental de habitar. Pensando na perspectiva teórica ou intuitiva, há de se concordar que o espaço da casa além de sua função primeira de habitar, se configura também como uma zona de proteção, intimidade, de trabalho, além de oferecer delimitações hierárquicas e sociais, como se provará adiante. Assim, a arquitetura constitui como principal instrumento de orientação do indivíduo no mundo; a casa determina o significado de interioridade e exterioridade, o familiar e o estranho, o sentir-se em casa ou fora dela.

(...) la arquitectura acontece en el mundo real de las actividades cotidianas, en el teatro mismo de la vida. Por consiguiente, su papel ético consiste en dar soporte a la vida e intensificar nuestra experiencia existencial proporcionándole un marco específico de significado y comprensión (Pallasmaa, 2014, p. 157).

Como assinalado por Gaston Bachelard (1957) que, estabelece que a psicologia descritiva, a psicologia das profundidades, psicanálise e fenomenologia poderiam juntas com a casa, lançar bases para uma doutrina a que convém chamar de topoanálise, examinada a partir dos horizontes mais diversos. Em seus estudos fenomenológicos, existem as “imagens primeiras” que provocam em nós uma sensação de primitividade, isso significa dizer que ao sonharmos com a nossa casa, estaríamos sonhando com o nosso ninho; quando procuramos segurança e conforto em nossa habitação, estaríamos ansiando por nossa concha inicial. Portanto, a imagem se transformaria na topografia do nosso íntimo, sendo assim, para o autor existe um sentido em tomar a casa como um instrumento de análise para a alma humana.

Na fenomenologia *bachelardiana*, a imagem não está sujeita a um impulso, isto é, ela não é um elo com o passado, a criação de algo “novo” se configura como a explosão de uma

imagem, e esta existe antes do pensamento. A imagem tem um dinamismo próprio, é uma ontologia direta²⁴. Um outro elemento importante para o entendimento da fenomenologia *bachelardiana*, é que existe uma solidariedade ou relação entre a imaginação e a memória, de modo que se confundem, muito embora não sejam a mesma coisa. Levando em consideração o que seriam as imagens, estaria em nossa alma acomodados não apenas o nosso inconsciente, mas as lembranças e os esquecimentos²⁵, esquecimentos estes que nos trazem as imagens primeiras. Portanto, a nossa alma é morada, “e quando lembramos das “casas”, dos “aposentos”, aprendemos a morar em nós mesmos” (Bachelard, 1957, p. 197).

(...) É preciso tocarmos na primitividade do refúgio. E, além das situações vividas, descobrir situações sonhadas. Além das lembranças positivas que são materiais para uma psicologia positiva, devemos reabrir o campo das imagens primitivas que foram talvez os centros de fixação das lembranças deixadas na memória. (...) Em sua própria casa, na sala familiar, um sonhador dos refúgios sonha com a cabana, com o ninho, com os cantos que gostaria de se encolher como um animal em seu buraco (Bachelard, 1957, p. 216).

Sem querer recair em determinismos, mas imaginar a casa enquanto um espaço que fornece e se configura como um ninho, capaz de oferecer segurança e conforto, é uma imagem atemporal. Ou seja, independentemente do momento histórico vivido por aquele sujeito que sonha com a casa, no tempo presente esse sentimento pode ser tão válido quanto os sentimentos compartilhados pelos habitantes das casas do século XIX, que aqui serão trabalhadas. O ninho ou casulo pode, inclusive, ser também o que une os personagens históricos para além da temporalidade. Se propõe ao longo deste capítulo colocar a espacialidade da casa em perspectiva, buscar os ganhos e perdas de significados, os novos e antigos usos da casa no século XIX, as suas normas e condutas, tomá-la enquanto a manifestação de uma cultura materializada, e sendo assim, contextualizada juntamente com os corpos que ali habitavam, concordando com Pallasmaa (2014): “Distintas partes de la casa tienen un eco en el cuerpo humano” (p.166).

²⁴ Em Bachelard, a ciência e a poesia inauguram, cada uma em seu registro específico, realidades cuja efetividade é dada, por um lado, pelo jogo intensivo da ciência, e por outro, pelas vivências não menos intensivas dos devaneios artísticos-literários, pela solidão da leitura. É nesse momento que a ontologia emerge, encontrando uma unidade fundamental na oposição e diversidade naquilo que a valida, arte e ciência. Por sua vez, a ciência e a arte se colocam como condição de existência para o filosofar. O pensar em Bachelard se dá como uma ontologia. Sendo atrelado aos pensamentos de Heidegger, para este, a ontologia seria ciência dos entes, a totalidade de tudo aquilo que é.

²⁵ A espacialidade estudada por Bachelard lida com espaços sem periferia, não há horizontes ou direção, apenas o aqui. Do mesmo modo, o tempo da imagem não pode ser visto como um “antes” e “depois”, mas com o agora. O aqui e o agora definem o espaço-tempo da imagem poética, e neste alocam-se eternidade e imensidão. “É nesta eternidade e imensidão, neste espaço-tempo tão singular, que a experiência poética insere o leitor quando este, por exemplo, encontra refúgio nos “ninhos” e nas “conchas”, ou abriga nos “cofres” e nas “gavetas”; quando penetra enfim nos devaneios da leitura.” (Ferreira, 2003, p. 25)

3.3 A CASA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Se apropriando da discussão estabelecida por DaMatta (1985) em que trabalha com a ideia de que a casa enquanto espaço, é uma categoria que se define e se deixa apanhar ideologicamente com certa precisão quando colocada em oposição ou contraste a outros espaços e domínios. Para tanto, a casa enquanto categoria apenas faria sentido quando em oposição ao mundo exterior, como no caso do seu livro, com a rua. Ou melhor, com o universo da rua. De todo modo, a utilização da casa enquanto objeto de pesquisa histórica, sociológica ou antropológica, leva ao pesquisador ao entendimento de que ela delinea e nos guia a caminhos que levam à compreensão de muito mais do que um espaço físico ou geométrico, é uma entidade moral, uma esfera de ação social (DaMatta, 1985).

Dela irradiam-se modelos de comportamento, comandos, símbolos, relações, emoções e sentimentos. Como demonstrado acima, a partir das leituras de Bachelard (1957) e Pallasmaa (2014) a casa extrapola o seu significado de morada²⁶. A casa de morada brasileira do século XIX traz consigo, além de sua função óbvia de segurança e morada, cheiros, sentidos, códigos, etiquetas, louças, baús, escravaria, crianças, homens, mulheres, família, sociabilidade. É um espaço que se transforma, principalmente, na segunda metade do século XIX, como uma forma de acompanhar todas as outras mudanças que iam acontecendo, como trazido por Mary Del Priore (2016) em *Histórias da gente brasileira: volume 2 – Império*, acontece uma modificação dos gostos, dos hábitos e dos costumes brasileiros, aquilo que Gilberto Freyre (2021) vai chamar de “reeuropeização” que, no seu entendimento, foi um processo de imitação e assimilação dos hábitos de uma burguesia comercial e industrialmente rica.

Em pesquisa sobre louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro do século XIX, Tania Andrade Lima (1995) buscou estudar a partir da cultura material, a compreensão sobre a emergência de um modo de vida burguês, antecedendo a instalação de uma burguesia propriamente dita no país. Dessa forma, ela apresenta que o modo de vida burguês pode ser entendido como formas de comportamento decorrentes da ideologia de privatização que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, e trazendo alguns elementos que podem caracterizar modo de vida como, os avanços da industrialização, a valorização do individualismo, o estabelecimento de fronteiras entre o público e o privado, a aposta em um

²⁶ Ver SANTANA, Hava Mariana de Oliveira. Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários *post-mortem* (Cajazeiras, séc. XIX).

universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (real ou simbólico), os critérios de “respeitabilidade” e a fetichização do consumo e a ascensão social.

Para Lima (1995), o modo de viver burguês acompanhava novas formas de comportamento, ademais, uma espécie de estabilização do poder a partir de todas as formas disponíveis, e condizente com os interesses da burguesia ascendente. De modo que, a aristocracia se configuraria como o maior exemplo a ser espelhado pela burguesia, e ansiado por estes, que os tinha como imagem de poder, distinção e riqueza.

A riqueza rapidamente acumulada colocou em suas mãos um instrumento poderoso – o capital – para a tão almejada ascensão, agora obtido sobretudo com o trabalho e não apenas por hereditariedade. Ciosa de espaço conquistado, essa burguesia emergente empenhou-se em garantir suas novas posições, já que o poder não era mais conferido somente pela propriedade da terra, mas também pelas atividades comerciais, manufatureiras, financeiras, administrativas, etc (Lima, 1995, p. 131).

Se valendo da tese de que a cultura material se configurava para além da ideia de um indicador de *status* socioeconômico, como utilizada intensamente pela literatura especializada norte-americana dos anos 1980, Lima (1995) a coloca como um instrumento utilizado para demarcar as distâncias sociais entre todas as categorias sociais, não era apenas o possuir que entrava em questão, mas o seu uso dentro daquele microcosmo. Com a emergência de novas camadas e o seu amplo poder aquisitivo, novas estratégias surgiram ao redor dos objetos, mas formas sutis de comportamento diante de sua utilização e apropriação.

(...) Isto fazia com que a cultura material fosse ativamente manipulada para marcar as distâncias sociais entre todas essas categorias, num processo que se apoiou fortemente no sistema de objetos e no comportamento inerente à sua utilização, de tal maneira que este sistema está inequivocamente relacionado à hierarquia social (Lima, 1995, p 132).

Dessa forma, a casa pode ser concebida e lida enquanto a materialização de uma cultura ou uma cultura material, podendo ser encarada também como um objeto de investigação para análise de processos socioculturais, isso se deve por esta se comportar como um componente de um sistema social amplo, vinculada à complexas redes de relações sociais e, portanto, estando submetida às tensões e pressões que atuam sobre esse sistema, reproduzindo micro cosmicamente e internamente o que se passa no universo mais abrangente (LIMA, 1995, p. 134). Significa dizer, então, que a casa comporta e reproduz pressões, conflitos e comportamentos externos dentro de si e com os seus habitantes.

Como apresentado acima, o modo de vida burguês ou da burguesia implicava viver de acordo com a ideologia de privatização que se consolidou na Europa no século XIX, e tinha em si alguns elementos que marcavam essa mudança do modo de vida, como por exemplo, o estabelecimento de fronteiras entre o público e o privado, e a ritualização da vida cotidiana e o

universo familiar. Lima (1995) trabalha com a ideia de que o sentimento de se reservar, colocado principalmente pela divisão entre público e privado, vai se consolidar na arquitetura das casas possuídas pela burguesia em ascensão, influenciando fortemente a sua compartimentação. E acrescenta: “Funções antes comunitárias, exercidas pública e coletivamente, individualizaram-se, passaram para domínios reservados, privatizando-se e requerendo ambientes adequados” (Lima, 1995, p. 134).

Da mesma forma, a burguesia vai tomar para si a família e, por extensão, a casa – unidade doméstica e familiar – o fundamento para uma nova ordem. Os papéis sociais se especializaram, exigiram novas disposições espaciais, provocando profundas alterações na unidade doméstica que, por consequência, muda sua estrutura e funcionalidade. É possível perceber essas alterações a partir da separação espacial da casa, entre início-meio-fim, podendo ser lida assim: o início ou frente como zonas que se articulam com o público, o estranho, o estrangeiro; zonas estas que dispunham da presença de currais, alpendres frontais, gabinetes e escritórios, salas de estar, halls, vestíbulos etc. A zona intermediária como a que ficava longe das vistas do público e sob a vigilância das figuras de autoridade familiar, então havia os quartos, interligados entre si, corredores que comunicavam os espaços da casa, cozinhas onde aconteciam as refeições, e ainda, salas íntimas. E por fim, a zona posterior, a mais interior de todas, onde só tinha livre acesso os indivíduos que faziam parte da unidade familiar (componentes familiares ligados por sangue ou trabalhadores livres/compulsórios). Neles estavam presentes alpendres, cozinha suja, jardins para as mulheres fazerem suas costuras ou outras atividades.

Partindo para a documentação, os inventários do século XIX encontrados na cidade de Cajazeiras, observa-se a seguinte ocorrência no ano de 1876, existia uma casa na rua da Matriz, descrita desta maneira: “*tendo na frente um oitão²⁷ e um muro de tijolo, calçada de pedra e o mais de taipa com uma cozinha atrás, coberta de telhas, tem duas portas na frente e a sala de “seante” (sic) ladrilhada*”. Observa-se nesse caso, a existência da cozinha na parte posterior da casa, tal fato pode ser justificado pela forma a qual os alimentos eram preparados, se fosse em fogões à carvão, além do cheiro forte de madeira queimando, o resíduo (cinzas) era significativo o suficiente para sujar e incomodar os moradores da casa. Além disso, pode ser justificado pelos alimentos que eram preparados, os cereais e animais, geralmente, passavam

²⁷ Parede lateral de uma construção.

por higienização naquele local, era de extrema importância que houvesse a separação entre ambientes limpos e “sujos”.

o trabalho na cozinha era acalorado, sujo e cansativo (...) até os pratos mais comuns requeriam preparações laboriosas e sanguinolentas. (...) Cuidadosamente, escolhia o arroz, jogando fora os grãos de sujeira e lavando-o várias vezes. Com uma garrafa esmigalhava os torrões duros de sal, tornando-o fino. Ou ainda, batia o feijão para separar os grãos de sua fina vagem seca (Graham, 2005 *apud* Del Priore, 2016, p.205).

No ano de 1884 encontra-se diversas casas, provavelmente, casas que serviam como fonte de renda (locação), como visto no capítulo anterior, dentre elas têm-se: “*com três braças de frente e vinte e cinco de fundo, uma porta e duas janelas de frente e uma janela de fundo, duas salas, três quartos, cozinha e muro em branco*” localizada na rua da Aurora; “*casa de tijolo com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, duas salas, três quartos, cozinha em muro, em branco por dentro, tendo o chão mais contíguo, os quais juntos medem quatro braças e quatro palmas de frente e vinte e cinco braças de fundo em terras da Padroeira*” também localizada na rua da Aurora; e mais “*de tijolo com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, três salas e um alpendre, ainda em preto por dentro tendo vinte e seis palmos de frente e vinte e cinco braças de fundo*”.

Neste momento, a cidade já contava com a existência de sobrados – “*de tijolos, sob o número dezenove, com uma porta e duas janelas de frente, uma porta de fundo, quatro quartos, duas salas, cozinhas e alpendre no pavimento térreo, um sótão com duas janelas e duas salas, murada, em branco, carecendo de reparos necessários no oitão do nascente*” localizada na rua Nova; também na rua Nova havia “*de tijolo em construção, sob o número trinta, contendo a frente, as paredes laterais, as de compartimento para salas, alicerces para quartos, destinada a sobrado, na altura do travejamento que já tem compreendendo os materiais nelas existentes e constituintes de madeiras, soleiras de pedra e alvenarias*”; na rua da Boa Vista havia uma casa “*de tijolo, tendo a frente para a rua do Coração de Maria, duas portas e quatro janelas para a segunda, três salas, cinco quartos, sótão com duas janelas e varanda, cozinha, muro, parte em branco e parte em preto, tendo mais em sua compreensão um quarto apropriado à loja, com frente para a rua do Coração de Maria, situada em terreno de seis e meia braças de frente e dezoito de fundo*”.

Mais uma vez se constata a existência de uma cozinha separada da construção principal, e como dito anteriormente, por suas características e pelas atividades lá desenvolvidas, ficou conhecida como cozinha “suja”, esses espaços eram predominantemente preenchidos por atividades executadas por mulheres, sendo estas donas da casa, empregadas ou escravizadas.

Ambientes como este fugiam do olhar externo, assim como os quartos e pelo menos algumas das salas, em caso de existência de mais de uma. Enquanto isso, a sala de estar ou de visita, os alpendres, oficinas e currais eram espaços que faziam fronteira com a rua (espaço público) e diretamente ligados às atividades desempenhadas por homens.

Em análise feita por DaMatta (1995), sustenta-se a ideia de que existe uma profunda separação entre a casa e a rua, como apresentado anteriormente, o autor trabalhar com a ideia de que a complexa significação entre esses espaços só deve ser feita quando coloca em oposição a outro espaço. Nesse sentido, discute-se que existe uma série de códigos e condutas que estabelecem atividades que devem ser feitas apenas no espaço público ou no espaço privado, e exemplifica com a ideia de que podemos comer na sala de jantar ou na varanda, em caso de estar acontecendo uma festa, mas jamais trocaríamos de roupa na sala de visitas, pois isso seria no mínimo inadequado. E completa, o espaço da casa possui uma rigorosa gramática de espaços, e sendo assim, de ações e reações.

Se apropriando de leitura feita pelo cronista Saint-Hilaire entre o período de 1816-1822, DaMatta (1995) o elogia pela contundência de seu relato que diz assim:

Nas casas dos pobres, assim como nas dos ricos, existe sempre uma peça denominada sala, que dá para o exterior. É aí que se recebem os estranhos, e se fazem as refeições, sentados em bancos de madeira em torno de uma mesa comprida. A gente abastada tem o cuidado de reservar na frente de sua casa uma galeria ou varanda, formada pelo teto que se prolonga além das paredes, e é sustentado por colunas de madeira. (...) O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação das minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre. Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros (Saint-Hilaire, 1975 *apud* DaMatta, 1995, p. 44).

Percebe-se que há uma divergência entre a análise feita por Tania Lima (1995) e pelos escritos trazidos por DaMatta (1995) de Saint-Hilaire (1975), enquanto a primeira autora aposta em alguns elementos que caracterizam uma espécie de burguesia no Rio de Janeiro que acaba por influenciar, inclusive, a arquitetura de suas moradas, o cronista nos apresenta as semelhanças entre as casas de pessoas ricas e pobres. É preciso chamar atenção para o fato de que, ambos trabalham com temporalidades distintas, enquanto a primeira trabalha toda a extensão do século, o viajante tem seu relato com referências para a primeira metade do século. E ainda, embora existissem essas semelhanças, haviam também diferenças, as casas das pessoas de elite ultrapassavam a funcionalidade “básica” de uma casa, podendo haver diversos cômodos ou elementos que não existiam nas casas de indivíduos de outras camadas. Configurando a ideia de que havia a união entre elementos supérfluos aos úteis (básicos).

Um outro elemento que merece atenção é a influência oferecida por Bourdieu (1973) à pesquisa desenvolvida Lima (1995), que por sua vez relaciona a estrutura da casa com a estrutura da sociedade já existente, deixando entrever dicotomias simbólicas como alto/baixo, frente/fundo, exterior/interior, claro/escuro que estão, segundo Bourdieu (1973), inequivocamente ligadas a sociedade que as concebeu e materializou. De modo que todos os códigos recebidos e interpretados dentro do ambiente doméstico vinham da estrutura social que as concebeu, e refletiam em modos e atos de fazer que deveriam ser praticados por homens e mulheres, as atividades masculinas estavam ligadas ao intelecto, à vida pública, atividades ativas, ao asseado, ao firme etc. Enquanto as atividades desempenhadas pelas figuras femininas estavam ligadas aos ambientes íntimos, interiorizados, periféricos, de baixa ou nenhuma visibilidade, de acesso restrito ou proibido aos de fora.

Relacionar as dicotomias simbólicas retiradas de uma estrutura de sociedade já existente, como as apresentadas acima, direciona o pensamento para um paralelo interessante entre Bourdieu (1973) e Bachelard (1957). Em *A poética do espaço*, Bachelard estabelece uma fenomenologia da alma, e como já discutido anteriormente, utiliza a casa e oferece um sentido à sua utilização enquanto objeto de análise e pesquisa para a alma humana, e sendo assim, a casa seria uma grande alma e uma grande consciência, interna e externa a nós. Dentro desta fenomenologia sugere que a casa é como um corpo de imagens que dão ao homem razão e ilusão de estabilidade, e para compreender essas imagens é necessário colocar dois aspectos em discussão – a verticalização da casa e a sua centralidade.

O modelo explicativo de verticalização da casa pode ser atestado pela polaridade entre o sótão e o porão. O porão é um cômodo localizado na parte inferior das casas, em que se pode fazer a observação da estrutura acima; para Bachelard (1957), sem dúvidas, podemos encontrar uma utilidade para aquele espaço, mas ele é o primeiro obscuro da casa, “o ser que participa das potências subterrâneas” (Bachelard, 1995, p. 209). É um espaço escuro, por vezes úmido, falta ventilação. E existe o sótão, edificado ao alto, onde nossos sonhos são idealizados sob a luz que irradia. E relacionando essa ideia com a psicologia *jungiana*, Bachelard (1995) completa que no sótão a experiência do dia apazigua os medos da noite, enquanto no porão há escuridão dia e noite. Portanto, enquanto as polaridades observadas por Bourdieu (1973) e Lima (1995) apareciam no ambiente doméstico como reproduções feitas a partir das estruturas sociais, para o filósofo Bachelard (1995) essas dicotomias se apresentam e representam a nossa própria consciência, a nós mesmos.

Seja reproduzindo estrutura sociais pré-existentes ou um vislumbre da consciência individual, é fato que a casa do século XIX ganha a imagem de representação familiar, da família, do íntimo e do privado, mesmo que não signifique dizer que não haja mais atividades “públicas” dentro do espaço doméstico, como por exemplo, o trabalho ou o comércio. Dentro do escopo documental desta pesquisa, com os inventários *post-mortem*, é possível perceber, inclusive, a existência de casas de vivenda localizadas em zonas rurais da cidade de Cajazeiras, esses ambientes costumavam abrigar os seus moradores e serem espaço de comércio e fonte de renda.

Observe na tabela as casas de vivenda encontradas no ano de 1884, contendo diversas informações sobre os espaços lá existentes, suas funções, onde estava localizada, o valor atribuído no momento da partilha, além das características de suas estruturas físicas, isto é, se a casa era de taipa ou alvenaria, sobre o telhado etc.

Quadro 5 – Casas de Vivenda (1884)

Fazenda de criação	Com todas as terras, casa de vivenda, bolandeira, máquina de descaroçar algodão e mais pertencas, currais, cercado e quaisquer outras benfeitorias	Fazenda Arara	800\$000	1884
Sítio	Denominado Melão, com uma casa de vivenda construída de tijolo, um açude de terra, uma casa com engenho de moer cana, uma bolandeira, uma máquina de descaroçar algodão	Lavras, Província do Ceará	280\$000	1884
Sítio	Medindo trezentos braças de terra, águas fruteiras, casa de vivenda de tijolo e taipa	Sítio Alagoinha, Alagôa de São Francisco	400\$000	1884

Sítio	Medindo setenta e duas braças, contendo quatro açudes, uma casa grande de vivenda em sua maior parte de alvenaria, uma casa de engenho com seus utensílios técnicos e na qual existe um alambique de cobre com seus utensílios, e mais um pote de outro alambique, os utensílios próprios de fabricar farinha, uma casa uma casa de bolandeira com máquina para descaroçar algodão e suas pertencas, seis casas de taipa pequenas, cercados, currais, mobília e moveis rústicos, trastes e mais pertencas	Alagôa de São Francisco	3:200\$000	1884
-------	---	-------------------------	------------	------

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Enquanto Lima (1995) se refere às famílias burguesas do Rio de Janeiro, aqui prefere-se trabalhar com a ideia de uma elite local cajazeirense, eram famílias abastadas o suficiente para legarem bens aos seus herdeiros após o seu falecimento, e estes bens representando um bem viver a partir da posse de uma cultura material que demarcavam fronteiras de distinção entre este grupo e o restante das camadas existentes na cidade. Como se observa, ainda que a cidade de Cajazeiras se destacasse diante de suas relações políticas e comerciais, consequentemente, demonstrando que alçava caminhos diante da ascensão do moderno, a cidade não possuía limites bem definidos entre o velho e o novo, entre o antigo e o moderno, as zonas rurais e o urbano, entre nobreza, burguesia e proletariado, de modo que parece mais conveniente trabalhar com um conjunto de elementos que distinguem o grupo, ao contrário de os colocar em uma categoria.

E ainda, é possível constatar que no Brasil, como afirma Carvalho (2020), nas sociedades urbanas em crescimento, o modo de vida burguês instalou-se independentemente da existência de um parque industrial que pudesse determinar tais mudanças. As empresas estrangeiras traziam ao país novos hábitos, enxergando no país a expansão de seus mercados, junto aos grupos nacionais interessados na participação na economia pelos estrangeiros, vendo isto como um sinônimo de modernidade, crescimento e progresso. Ao olhar dos europeus estrangeiros, não importava o que era de fato um desenvolvimento da modernidade ou uma reação a ela, o fato é que alguns nichos brasileiros mais privilegiados puderam fazer parte deste consumo, como é o caso de Cajazeiras e sua elite.

Os bens de raiz encontrados para o período proposto, como visto ao longo do primeiro capítulo, demonstram ser variados, principalmente, as casas. Estas poderiam ser encontradas de diversas maneiras, feitas completamente em taipa, com a frente feita em tijolos e o restante em taipa, de alvenaria, com diversos vãos, com quintais, com diversas e absurdas quantidades de portas e janelas. E quando analisadas juntamente com os outros tipos de bens que as acompanhavam, como por exemplo os utensílios domésticos, o mobiliário, e os objetos de uso individual, podemos fazer diversas inferências sobre o cotidiano existente dentro daquele espaço, sobre as atividades de sociabilidade e sobre os possíveis encontros existentes. Observando a presença de algumas casas de vivenda, é possível inferir e associar alguns trabalhos existentes aos inventariados, de forma direta ou indireta. Por exemplo, a ocorrência de máquinas de descaroçar algodão pode ser associado à cultura do algodão, casas de engenho com todos os pertences, atividades que fazem referência tanto ao plantio (agricultura) quanto ao comércio destes itens.

A partir do levantamento feito no universo documental dos inventários *post-mortem*, encontramos cerca de 140 casas edificadas, 107 partes de terras, 17 sítios, além da presença, de uma (1) casa de farinha e um (1) quarto de comércio. Dentre estes bens de raiz, 91 localizadas na zona urbana e 180 localizados na zona rural. Observe abaixo.

Quadro 6 – Bens de Raiz (1876-1890)

Ano	Qtd. Casas/Casas de Vivenda	Qtd. Partes de Terras	Sítios/ Fazendas
1876	5	3	-
1877*	-	-	-

1878	1	2	-
1879	1	2	-
1880	18	38	-
1881	7	9	3
1882	2	1	1
1883	16	22	-
1884	81	22	13
1885	1	3	
1886	1	-	-
1887	1	1	-
1888	1	3	-
1889	5	25	
1990*	-	-	-

*Não foi encontrado inventários nestes anos. Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A partir do número expressivo de bens trazidos acima, a pesquisa se deterá, principalmente, na análise das casas de morada, pois são nelas em que se buscará detectar o desenvolvimento do novo tipo de mentalidade, a mentalidade burguesa. De modo que, se observará as mudanças e transformações ocorridas nas práticas, no comportamento e na passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês. Portanto, agora os modos são outros, vindos, principalmente, do estabelecimento uma nova educação, polida e contida para as figuras femininas, enquanto para as masculinas, havia solidez e expansividade.

3.3.1 Cultura material e papéis sociais

Um dos elementos chave para se compreender os papéis sociais exercidos por homens e mulheres dentro de suas casas, é o estudo da cultura material. Para Hilbert (2020), a cultura material pode ser entendida como o conjunto de objetos, artefatos, mercadorias, coisas, substâncias manipuladas e materializadas, que possuem valor, dentro de uma sociedade. Esse valor se refere muito mais ao valor simbólico empregado do que o monetário, que pode ser

definido por moedas e cédulas. Se trata, principalmente, de compreender o peso que esses objetos e artefatos agregam dentro da uma sociedade, pois eles são, em si mesmos, uma cultura, materializada.

Exercem e atribuem poder para aqueles com os quais se relacionam, não apenas por serem aquele produto “final”, mas como o próprio Hilbert (2020) propõe, por suas substâncias, pelo o material empregado na produção daquele objeto. A exemplo, pode-se observar alguns itens do mobiliário encontrados nos inventários, em que era contido na documentação os materiais que os constituía, porque fazer saber isto agregava valor ao bem. Existia nos montes *mesas de cedro de jantar com oito palmos de comprimento e com gaveta em bom estado* avaliado em 6\$000 (seis mil réis); *uma cômoda de cedro com quatro gavetas em bom estado* avaliado por 20\$000 (vinte mil réis); *um banco de pau d’arco* avaliado por 2\$500 (dois mil e quinhentos réis), são apenas alguns entre diversos outros móveis presentes na documentação. Tanto o cedro, o pau d’arco e o jacarandá, comumente encontrado na documentação também eram madeiras nobres, e para tanto, quem os possuía detinha um determinado poder simbólico e monetário.

A cultura material serve de elo e objeto de pesquisa para aproximar-nos dos pensamentos e da mente das pessoas, como colocado por Hilbert (2020), é uma parte fundamental do mundo vivido das pessoas e da sociedade, assumindo um papel importante na formação da identidade das pessoas e da sociedade como um todo. A partir das novas abordagens dentro do campo de saber da cultura material, entrou em cena a variável de que a cultura material não deve ser dissociada do seu contexto, pois existe uma relação estabelecida entre o sujeito, o objeto e o ambiente no qual ele está inserido. Como admitido por Carvalho (2011, p. 448): “A interação entre corpo e objeto se estabeleceria automaticamente e cotidianamente ou por meio do que Bourdieu denominou como *habitus*, fenômeno em que as ordens estabelecidas culturalmente seriam inculcadas como uma segunda natureza”.

Voltando a Hilbert (2020), percebe-se que alguns estudos de cultura material valorizam o significado das coisas e partem da ideia de que elas são como signos que auxiliam seus donos e usuários na comunicação entre as pessoas, além de expressar suas identidades. Sendo assim, a cultura material possuiria duas qualidades, a comunicativa e a expressiva. O autor propõe ainda, que um objeto colocado em seu contexto pode ser comparado a textos interligados. As coisas e objetos colocados como signos ganham significados mais sobre si, em estado individual, do que pelas situações nas quais foram produzidas e usadas.

Em prefácio da obra *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920* de Vânia Carneiro de Carvalho (2020), o professor e historiador Ulpiano Bezerra de Meneses chama atenção para a importância de analisar as questões de gênero juntamente à dimensão material que oferece viabilidade social, pois sem estas, seria o mesmo que reduzi-las a fenômenos psíquicos ou mentais enclausurados ou a automatismos sem raízes no chão concreto em que vivem os homens como seres sociais (Meneses, 2008, p. 12). E ainda, indo ao encontro da história da cultura material de matriz mais sólida e renovadora, é preciso ir além das meras preocupações funcionais e semióticas, para ao contrário, buscar definir a capacidade presente nos artefatos de agir e produzir efeito. Mais do que possuir a função expressiva, os artefatos moldam os indivíduos de várias formas e em graus variados, os constituindo também.

Percebe-se que o debate envolvendo os estudos de cultura material é bem variável e diverso, tendo muito a acrescentar ao estudo do uso sexuado dos objetos, principalmente, dentro do espaço doméstico, envolvendo relações de gênero e os padrões de organização material da moradia. Como discutido anteriormente, o espaço da moradia oferece um ambiente fértil e necessário para o desenvolvimento e constituição das identidades sociais e de gênero. Quando pensamos nas transformações pelas quais a casa brasileira, logo, a família brasileira passou entre os séculos XIX e XX, constatamos que era um ambiente complexo, pois na mesma medida que incentivava um maior caráter individual para os seus habitantes, com a separação de quartos de crianças e adultos, era também um espaço que valorizava os laços familiares de intimidade, de conforto, solidariedade, segurança.

A substituição das formas negativas de coerção baseadas na punição, a diminuição do número de pessoas estranhas no convívio familiar, o fim da escravidão, a ingerência do Estado por meio dos programas de saneamento e da figura do médico sanitaria – orientando os pais, mas especialmente as mães, quanto às formas de manutenção da saúde dos filhos –, o incremento urbano e com ele o interesse crescente pela educação dos filhos foram alguns dos fatores que concorrem para o enriquecimento dos laços de convívio familiar, para a diminuição das distâncias emocionais e para a existência do respeito às características psicológicas de cada um dos seus membros (Carvalho, 2020, p. 107).

É admissível, ainda, constatar que a partir dos sistemas de objetos o perfil psicológico da família tradicional de solidariedade, que privilegiava os interesses da família sobre os interesses próprios perdura na constituição da individualidade feminina. A função social da figura feminina dentro do espaço doméstico era a de apaziguar, estabilizar conflitos, equilibrar e extinguir tensões, sua individualidade era totalmente diluída dentro da casa, como colocado por Carvalho, 2020, p. 109: “A maleabilidade social feminina, que age como força diluidora

do poder de individualização, nasce de uma prática cotidiana que articula de maneira fluida personalidade, corpo e espaço doméstico”.

Em capítulo intitulado *Mulher e família burguesa*, Maria Ângela D’Incao (2004) discute que durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações – a consolidação do capitalismo, o incremento de uma vida urbana fomentando novas alternativas de vida social, a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade, a burguesa. Essa nova mentalidade reorganizou as vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas. O nascimento de uma nova mulher nas relações da família burguesa, passava a ser marcada pela valorização da intimidade e da maternidade, um ambiente familiar consolidado, um lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido e às crianças, desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão, um tesouro social essencial. A boa reputação financeira e a articulação com a parentela eram formas de proteção ao mundo externo, e marcaram o processo de urbanização no país (D’Incao, 2004, p. 187).

Seguindo esta esteira de discussão, a autora propôs que essa mentalidade burguesa demarcou a passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês, provando também um impacto na vida familiar que passa a se tornar um capital simbólico dentro desta sociedade, os homens passam a depender diretamente da figura feminina (esposas, amantes, mãe, tias, sobrinhas, e até serviçais) para a construção de uma boa imagem para si, eram elas que tinham a tarefa de consolidar para o mundo externo a imagem do homem público, bem sucedido. Portanto, embora esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estavam rodeados de um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D’Incao, 2004, p 191).

Na leitura dos inventários *post-mortem* em que os inventariados, ou seja, a pessoa falecida que está tendo os seus bens arrolados e partilhados a posteriori, são mulheres, a maioria dos bens inventariados são móveis, utensílios domésticos e joias, além de possuir neste montante também, os bens de raiz, os semoventes (animais e escravos), equipamentos, etc. É importante destacar que, ao analisar os bens partilhados não há o desejo de hierarquizar ou questionar a inclusão ou exclusão de bens no arrolamento, mas sim de buscar traços de individualidade ou não dentre eles. Nesta pesquisa, trabalha-se com famílias que possuíam riquezas suficientes para serem partilhadas, de forma que houvesse a prolongação e a perpetuação de riquezas construídas em vida com os herdeiros e familiares. Todos os itens encontrados demarcavam uma posição de prestígio social na sociedade, ainda que haja a

existência de objetos que, para os dias atuais, não determinem posição de destaque, esta era a forma de riqueza do tempo histórico trabalhado.

Utilizando o caso de Vitalina Maria de Jesus (1876), encontra-se: *uma mesa de cedro, quatro pés com gaveta, com seis palmos e meio de comprimento – 6\$000, caixa de pregaria em bom estado – 10\$000, banco de centro – 2\$000, uma cômoda de cedro com quatro gavetas em bom estado – 20\$000, um jogo de pregaria em bom estado – 16\$000, duas cadeiras de encosto – 3\$000, um banco de pau d’arco – 2\$5000. E ainda, um tacho grande – 20\$000, dois tachos em ferro já usado – 28\$000, dois tachos – 30\$000. Nenhum item deste mobiliário ou destes utensílios domésticos traz à luz quem era Vitalina Maria de Jesus, enquanto indivíduo, demonstra muito mais o que existia dentro do seu espaço doméstico, a baixa incidência de individualidade nesta cultura material leva à uma inferência: de que ela fazia parte da casa, o seu legado foi fazer parte de um espaço doméstico. Em uma tentativa de buscar por sua individualidade, encontra-se uma quantidade considerável de joias: *um anel – 6\$000, um anel dito rendado – 1\$000, um crucifixo grande – 24\$000, um cabeça de pentes de prata coberta de ouro já velhas – 1\$500, um “parzinho” de argolas lisas – 2\$000, um anelzinho roliço – 1\$000, um anelzinho com pedra azul – 1\$000, duas varas de colar já quebrado – 24\$000, um par de brincos – 2\$000.**

No entanto, pensar na capacidade de construir uma individualidade a partir de seus adornos foi tristemente derrubada ao se deparar com o seguinte fragmento retirado de “Interiores elegantes”, Revista Feminina (1918) encontrada a obra de Carvalho (2020):

[...] Uma senhora [...] não deve ocupar-se apenas com sua “toilette”, com a qualidade dos tecidos, com a graça dos ornatos, com a combinação de cores que deve presidir ao efeito do conjunto de suas roupas, mas também, e com igual carinho, deve ocupar-se com a elegância das suas roupas brancas internas e da “lingerie” da sua casa. Mas trataremos da “lingerie”. Quanta graça pôde haver numa toalha de mesa, num “chemin de table” posto enviezado sobre ella, numa colcha rescendendo um “chachet” [sic] fresco da gaveta onde esteve guardada [...] (Interiores Elegantes, Revista Feminina *apud* Carvalho, 2020, p. 85).

Como trazido pelo recorte da revista, a preocupação envolvendo suas lingerie ou roupas íntimas, não eram dissociadas dos itens domésticos, como podemos ver com a citação da toalha de mesa, da frescura da gaveta onde ela esteve guardada, que por sua vez, remete ao trabalho doméstico realizado por suas donas e empregadas domésticas ou escravaria, no caso de possuir. Demonstrando, acima de qualquer coisa, o baixíssimo poder de individualização da mulher. O corpo feminino aderido, misturado, sublimado aos cenários da casa, e como defendido por Carvalho (2020), a indicação de um fenômeno de fusão, a produção de uma ação

centrífuga, irradiadora, como um véu que cobre tudo da sua feminilidade – os objetos, os familiares, os empregados, e até mesmo o seu próprio corpo.

Importante chamar atenção para o fato de que isto não acontece em apenas um ou dois inventários, mas nos vários analisados e colocados em série, para o período supramencionado. Um outro elemento importante que corrobora a tese da síntese entre sujeito-corpo são as suas próprias substâncias, ou melhor, elementos constituintes. No inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (1883), encontra-se *um copo grande flôrado de prata – 28\$160*. Já no de Anna Maria Bizerra (1876) é possível encontrar *uma bacia de louça branca pintada – 1\$000*. Além do *anel rendado* de Vitalina de Jesus trazido acima. As decorações feitas em peças de cerâmica, utensílios domésticos, móveis ou até mesmo em roupas e tecidos, como flores e rendas, caracterizam e agregam aspectos de feminilidade aos objetos, graciosidade, leveza, além de associar os vários tipos de flores com os seus respectivos nomes, cheiros e características.

As cortinas, abajures e almofadas estão ali como partes ou extensões do corpo feminino, que juntos produzem o ambiente confortável e artístico oferecido para o aconchego masculino. A esses ambientes somavam-se mesinhas, toalhas, vasos, sofás, toucadores, banquetas, cadeiras e até mesmo a poltrona de couro, em “decorações artísticas” que dispensam a presença feminina mas estão dela impregnados (Carvalho, 2020, p. 105).

O inventário de Josefa Candida de Bezerra (1876) destoa dos demais no que se refere aos bens partilhados por haver nele *um violão avaliado em 10\$000* e *um tocador avaliado em 2\$000*, além de alguns móveis que são relacionados diretamente com a existência de ambiente de conforto dentro da casa, como *uma dúzia de cadeiras de palhinha – 40\$000*, *duas cadeiras de braço de palhinha – 12\$000*, *um sofá de palhinha – 30\$000*, *um marquesão de palhinha – 20\$000*, *duas bancas envernizadas – 8\$000*, *três mesas ordinárias - 1\$000*, *uma mesa grande para jantar tendo duas gavetas – 12\$000*, *um candeeiro grande de gás em mau estado – 5\$000*. Além de um ambiente de descanso ou de conforto a partir da presença desses móveis feitos em palhinha, ainda podemos afirmar a existência de uma sala de jantar, e por fim, têm-se *dois espelhos dourados avaliados em 4\$000*, em que poderiam ser utilizados para a finalidade óbvia de se observar ou de decorar ambientes. Josefa Candida Bezerra é a única personagem histórica feminina encontrada na documentação que possui bens como espelhos, sofá, tocadores e um violão.

Quando se volta para a análise dos bens possuídos outrora por homens, logo, em que estes eram inventariados, percebe-se que são objetos mistos, mesclados de significados, entre eles há a existência de alguns utensílios domésticos, como tachos de cobre, colheres e garfos,

mobiliários como jogos de caixas, em couro ou desencouradas, além de objetos de uso individual como *pares de óculos avaliados em \$640, livros (cinco unidades) avaliados em \$800, compasso avaliado em \$5000, casaca de pano fino azul – 40\$000*, e por fim, *uma caixinha de pinho contendo botões, pedaços de metais e vidros para óculos avaliado em \$80*. Esses bens pertenciam a Simão Nantua Cearense (1883) e a sua esposa Luzia de Tal (1883), apenas neste inventário para todo o recorte proposto encontra-se livros e instrumentos como óculos ou compasso, que muito provavelmente eram instrumentos referentes ao trabalho profissional exercido, não há como se afirmar com certeza pois este tipo de fonte não trazia a profissão dos inventariados.

O inventário de Francisco Bezerra de Sousa²⁸ chama atenção, mais uma vez, por sua grandiosidade, tio de Josefa Candida de Bezerra apresentada acima, o negociante tem sua ficha de dados cento e quarenta e três páginas só de bens partilhados, contando com bens de uso pessoal/individual, mercadorias, dívidas de seus credores, etc. Com o monte mor, valor final de todos os bens avaliados, em 193:798\$005, leia-se: cento e noventa e três contos, setecentos e noventa e oito mil e cinco réis. O negociante possuía uma casa *feita de tijolos com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janelas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a Rua Formosa ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e três de fundo avaliada em 2:700\$000*.

Possuía também *um sofá de amarelo – 20\$000, um sofá de anjico – 20\$000, um bilhar usado com todos os seus pertences constituintes em: quatro bancos com assento de palhinha, uma banquinha envernizada, duas cadeiras com assento de palhinha, uma mesa grande, um relógio de parede, cinco quadros grandes para enfeite de sala, um cabide, uma reispora, quatro bolas de manfeire, tacos marcadores, ceroudelas e quaisquer outros utensílios - 250\$000, um marquesão de amarelo – 6\$000, uma cômoda pequena de amarelo – 25\$000, e diversos outros mobiliários. Além de oito copos pequenos – 6\$000, oito talheres cabo de osso – 4\$320, vinte e sete colheres de arame – 3\$460*.

Observando os casos trazidos imediatamente acima, pode-se refletir sobre os objetos possuídos por indivíduos masculinos, eram objetos que eram diretamente associados à intelectualidade, como é o caso dos óculos, compasso e livros, ao trabalho, e à diversão, como

²⁸ Ver FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Bezerra de Sousa (1876-1900). Monografia, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2022.

observado pela mesa de bilhar citada acima. Enquanto a cultura material localizada nos inventários femininos faz remeter ao espaço doméstico, como a síntese do corpo-objeto, a cultura material masculina marcam o território da individualidade. Como defendido por Carvalho (2020), os repertórios cultura material masculina são como ações centrípetas, que sempre guiam para o centro, para o individual, para a construção de uma personalidade única. Já os repertórios femininos geram uma ação centrífuga, difusa como vimos, a integração do corpo feminino com os objetos domésticos tem como característica principal a inespecificidade.

É importante destacar que não é como se houvesse uma ordem inerente aos objetos, não existia uma qualificação do que eram artefatos feitos para mulheres ou feitos para homens, eles se tornam emblematicamente sexualizados. “Tal imanência, no entanto, deve ser entendida como um resultado da prática social cotidianamente reiterada pela prática social, momento em que se atribui o gênero aos objetos” (Carvalho, 2020, p. 44). Inclusive, há uma gama de objetos caracterizados como oscilantes, e que de acordo com o repertório em que ele era colocado, mudava o seu significado, como por exemplos os óculos. Problemas de visão não distingue gênero, mas os homens eram mais comumente vistos utilizando-os, e até mesmo partilhando, como vimos aqui, o que o faz ser um objeto “masculino”.

Outro exemplo são as selas de montaria, que poderiam ser diferenciadas por selas de montaria ou selas de montaria de “senhora”. Há também os objetos em couro, esta matéria prima quando utilizada em artefatos introduzidos no ambiente doméstico passam a remeter prestígio e poder masculino, era um material fácil de higienizar e com alta durabilidade, então era possível encontrá-los em casacos, cintos, poltronas, cadeiras, caixas de óculos, baús, caixas de pregaria, etc. Mas isso não significa que mulheres também não fizessem o uso deste material, como é possível atestar através de seus baús.

É razoável pensarmos que o incremento de objetos domésticos, ao final, permitia que todos os membros da família compartilhassem seus benefícios (e prejuízos). Isso quer dizer que se a poltrona é associada ao homem, não significa que a mulher não a pudesse usar, ou que, se o estofamento dos móveis está relacionado ao invento da poltrona, ele não se tenha estendido a outros móveis, como sofás, marquesas e todo tipo de cadeira, dele todos usufruindo. (...) O que nos interessa mostrar é como as formas de apropriação desses objetos parecem ter sido diferentes para homens e mulheres e quais as implicações de acreditamos ocorrer na produção, igualmente diferenciada, de ações corporais, valores, sentidos e funções sociais a elas relacionadas (Carvalho, 2020, p. 95).

Por fim, as reflexões construídas neste capítulo buscaram compreender como a casa se constituiu enquanto um ambiente de privacidade, intimidade e aconchego, em detrimento do da rua (espaço público), e como as transformações afetaram não apenas o seu espaço físico,

mas as relações estabelecidas e desenvolvidas lá dentro, no século que representa a família. Percebendo a partir da análise da cultura material que, existiam papéis sociais a serem desempenhados de acordo com o gênero, enquanto as figuras femininas deveriam personificar o papel de representar o nome que carregava, a sua família, com as ações centrífugas que desembocavam em uma feminidade difusa, que deveria ir ao encontro de todos os sujeitos históricos da família. As figuras masculinas conseguiam desenvolver a sua própria individualidade, representar a racionalidade, a inteligência, a força e o poder.

4 A TRADIÇÃO DA CIVILIDADE

A partir do Segundo Império (1840-1889) se propõe a construção imperial do Brasil, a ideia de nação se coloca em ação, a manutenção da ordem, o estabelecimento da civilidade, se primava pela quebra com o passado colonial do país, a ideia era de condicionar não apenas o espaço – limpo, estéril, higienizado, sanitizado, mas os seus habitantes. Os novos tempos implicava em um novo viver também, se o espaço civilizado era capaz de construir cidadãos bons e saudáveis, tornava-se necessário educa-los nos bons costumes, educar a si, o portar-se, o olhar, o sentar e o sentir. O presente capítulo busca mostrar como foi o desenrolar desse plano nacional e como isso impactou não apenas os espaços, mas os habitantes e as suas práticas do e no espaço.

4.1 O CONCEITO DE CIVILIDADE

Em obra intitulada *O processo civilizador* (1994), Norbert Elias estabelece que o conceito de civilização se refere a uma variedade de fatos – ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Podendo, ainda, se referir aos tipos de habitações, à forma como homens e mulheres vivem juntos ou o modo como os alimentos são preparados. Ao se pensar sobre as várias atividades ou elementos que caracterizam e dão significado ao que é civilização, chega-se a uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui caráter especial e aquilo de que se orgulha.

Observa-se que, acompanhando o conceito de civilização, se desenrolou um processo de transformação gradual de comportamento, das emoções, e principalmente, da aversão. Surge nesse contexto de mudança, um conjunto de códigos que estabelecem o que seriam as boas e más condutas, o que era socialmente aceito ou não. Este tipo de literatura ajuda a pensar os modos de comportamento em todas as idades históricas, o que cada sociedade esperou de seus membros, tentando condicioná-los a eles, envolvendo mudanças de hábitos, regras e tabus sociais.

Embora os manuais de comportamento, de bom tom ou de civilidade tenham adquirido maior difusão entre os séculos XVIII na Europa, e século XIX-XX no Brasil, a partir do aumento da alfabetização da população, e maior acessibilidade na escrita, ganhando uma linguagem didática, prática e com textos curtos, a sua existência pode ser observada ainda no

período da Idade Média. Em fragmento retirado de *O processo civilizador* (1994), podemos observar o poema de Tannhäuser sobre maneiras corteses no século XIII.

1. Considero homem bem educado aquele que sempre pratica boas maneiras e nunca se mostra grosseiro.
2. Há muitas formas de boas maneiras e elas servem a muitos bons fins. O homem que as adota nunca erra.
25. Quando comes, não esqueças os pobres. Deus te recompensará se os tratares bondosamente.
33. Um homem refinado não deve arrotar na colher quando acompanhado. É assim que se comportam pessoas na corte que praticam má conduta.
37. Não é polido beber no prato, embora alguns que aprovam esse grosseiro hábito insolentemente levantem o prato e sorvam como se fossem loucos.
41. Os que caem sobre os pratos como suínos quando comem, bufando repugnantemente e estalando os lábios... (Tannhäuser, século XIII *apud* Elias, 1994, p. 96).

Em sua obra, Elias (1994) faz uma viagem em diferentes épocas, observando várias pessoas falarem sobre a mesma temática, e assim, percebendo uma certa consonância a partir destes relatos. E percebe que, a partir do século XVI as mudanças apresentadas como uma modelação ou condicionamento dos indivíduos aparecem de forma ininterrupta, isso não significa dizer a mudança percorreu um caminho retilíneo, pois há várias flutuações e curvas individuais, mas segundo o autor, é possível perceber uma tendência global clara quando ouvindo as vozes do passado em conjunto.

Os escritos do filósofo e teólogo Erasmo de Rotterdam (1466-1536) auxilia a pensar um pouco sobre a educação dos modos, ele acreditava que a arte de educar jovens envolvia várias disciplinas, e que a aprendizagem da civilidade moral seria apenas uma delas, trazia um significado de mudança e a concretização de processos sociais. *Da civilidade em crianças* (1530) tratava do comportamento das pessoas em sociedade e do decoro corporal externo, falando de comportamentos que se teria tido anteriormente e que poderiam ser categorizadas como incivilizadas, que assemelharia a bárbaros, e de outro lado comportamentos aprendidos que parecem tão naturais. O livro que foi escrito para que definindo a civilidade, em oposição à voracidade do animal ou a rusticidade do camponês com o que estava escrito, fosse possível a transformação das pessoas indivíduos gentis e educados. (Azevedo, 2017).

O processo educativo de Erasmo vai ao encontro da tradição cultural humanista da época. Depois de muitos séculos em que apenas a dimensão teológica e religiosa do homem era destacada, nesse momento, os pensadores vão em busca da fundamentação do valor do homem em sua própria existência estrutural. O homem, vale por si e em si. Para Erasmo, a educação distingue o homem do animal, pois não há animal mais perigoso do que o homem

sem educação. Tinha como objetivo o ideal de uma humanidade pacífica e respeitosa, em que a condição humana e suas ações recebem abrigo e embasam a ordem social.

Tratava dos olhares indecorosos, das expressões faciais, a postura, os gestos e as vestimentas, pois aquilo que transbordasse ao externo seria uma reflexão do interior do indivíduo. Portanto, era preciso o maior cuidado para que se apresentasse como um “homem inteiro”. Ao fim do primeiro tópico que discorre sobre a construção do conceito de civilidade, Elias (1994) completa:

No estudo desse processo de civilização, não podemos deixar de sentir desconforto e embaraço. É bom estarmos consciente dele. É necessário, pelo menos enquanto estudamos esse processo, tentar suspender todos os sentimentos de embaraço e superioridade, todos os juízos de valor e críticas associadas aos conceitos de “civilizado” ou “incivil”. Nosso tipo de comportamento evoluiu daquilo que chamamos de incivil. Esses conceitos, porém, apreendem a mudança de forma excessivamente estática e grosseira. Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivil” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases de desenvolvimento que além do mais, ainda continuam (Elias, 1994, p. 72-73).

Se o civilizado não se configura como uma antítese de incivil, significa dizer que eles não se opõem mutuamente, mas que para existir um, é preciso passar para o outro, como um processo evolutivo ou progressivo. Essa é uma característica bem marcante no pensamento sociológico, a ideia de evolução social. E, portanto, para Norbert Elias (1994) compreende que o processo civilizador continua em curso, progressivamente, não está acabado.

Indo mais ao fundo da questão, Elias (1994) estabelece que Rotterdam não foi o primeiro a se interessar pela ideia, um elemento bem importante de ser comentado é que, os ensinamentos por muitos momentos foram transmitidos pela oralidade, a repetição do que seria um bom costume ou um costume socialmente aceito. De modo que, ainda na Idade Média foi constatado um montante de informações do que teria aceitação social, inclusive acerca dos momentos de refeições, que se constituíam como os principais momento de socialização naquele período, e alguns religiosos cultos conseguiam redigir alguns bons costumes que refletiam o momento histórico. Algumas das recomendações diziam sobre a higienização do corpo antes das refeições, como as mãos; a proibição do toque em outras partes do rosto (nariz, boca e ouvido) após tocar na comida; o cuidado ao escarrar ou assoar o nariz; não passar a mão suja nas roupas ou nas toalhas que podiam estar cobrindo as mesas, e muito menos, passar-lhe na boca, entre outras.

É importante destacar ainda, que as recomendações das boas maneiras eram destinadas, principalmente, à aristocracia da corte que, a partir do século XVI vai aglutinar vários elementos de várias origens sociais. Já no século XVIII, com o aumento da riqueza e a

progressão das classes médias, a aristocracia da corte intensificou a sua tentativa de fechar-se em si mesma, buscando diversas estratégias de distinção entre as outras camadas. No entanto, com a sociedade de corte já ampliada, misturando elementos aristocráticos e burgueses, não havia barreiras claras vedando a ascensão, compreendendo-a como uma elite hierarquicamente estruturada. A compulsão para penetrá-la ou imitá-la aumenta sem cessar juntamente com a interdependência e prosperidade dos estratos mais ponderáveis, os círculos clericais. A Igreja será a maior responsável pela difusão de bons costumes entre as camadas mais populares, levando a civilidade a um novo patamar religioso e cristão (Elias, 1994, p. 110-111).

4.2 O BRASIL E OS MANUAIS DO SÉCULO XIX

Estabelecendo-se como o século que representa a família, o século XIX traz consigo novos modos de viver, seja em âmbito individual ou coletivo – com a família, com os grupos sociais a que se pertenciam, na rua, em casa ou na escola. Para cada “viver” se colocava ritos e regras que deveriam ser executadas, acompanhando o ritmo de expansão das cidades e da crescente urbanização, surgiam manuais de convivência, boas maneiras e de “bom tom”, e eram destinados a homens, mulheres e crianças. Ditava-se a organização da existência feminina dentro do espaço doméstico (privado), das crianças no ambiente de aprendizagem formal, e da figura masculina nos espaços públicos. Um exemplo claro disto, são os compêndios didáticos difundidos pelas províncias brasileiras a partir da determinação dos presidentes de província.

No entanto, a ideia de civilidade que difundia na Europa com veemência no século XVI, ganha projeção apenas no século XVIII no Rio de Janeiro, com o estatuto da cidade passando de vila para a sede do Vice-Reino do Brasil, cidade que já vinha se desenvolvendo com o comércio intenso na região das Minas Gerais (Azevedo, 2003 *apud* Sena, 2017, p. 94). Os novos conceitos de civilidade extrapolam a barreira geográfica, importados de Lisboa e Paris, principais referências das novas modas, a elite política do Rio de Janeiro introduziam os novos hábitos e valores em seu cotidiano. O cotidiano assume um significado positivo a partir da sua conversão em ritos, como Anne Martin-Fugier (1987) indica, no espaço burguês a repetição não é rotina, ela ritualiza, e o ritual dilata o momento, sendo aguardado com prazer os momentos que pontuam os dias. Havia-se tempo para tudo e todas as coisas, sendo o espaço privado um dos maiores alvos de ritualização, moldando aos poucos os espaços que recebiam essas práticas. Dentro do espaço doméstico haviam os momentos de prazer, de descanso, de trabalho e de socialização pelos os seus moradores, e cada indivíduo possuía um papel a desempenhar nesta trama cotidiana.

O sucesso dos manuais de conduta ao longo do século XIX e XX pode ser compreendido pela necessidade de se acompanhar as mudanças que iam sendo apresentadas pela modernidade e urbanização, inventando não apenas um novo modo de viver, mas uma forma de felicidade. Pois, se as principais práticas seriam abrigadas dentro do espaço doméstico, juntamente com o círculo familiar, a felicidade seria resultado da equação de cumprimento dos ritos e uma boa organização do tempo e dinheiro. É interessante perceber que, embora os manuais tenham consonância entre si em diferentes momentos históricos, os ritos que comandavam a vida em sociedade pouco tinham a ver com o estabelecimento de limites do que seria humano ou “animalesco”, mas com o nível e a capacidade de diferenciação entre os grupos das mesmas camadas ou de camadas distintas. Um outro elemento é que, o objetivo desses guias passa a ser, de certa forma, um instrumento interessante para Estado normatizar as ações coletivas e individuais, como uma maneira de corresponder às mudanças que se impunham com uma tímida industrialização brasileira e a formação do país enquanto uma unidade nacional.

O Segundo Império (1840-1889) foi marcado por um novo momento histórico, novos problemas se apresentam diante das mudanças, e a palavra de ordem naquele período era a transformação, de si, do ser, do se portar, a educação do olhar, sentar, os cheiros – os bons e mal odores, o vestir, o comprar, etc. Uma combinação entre problemas que de fato se apresentavam conforme as cidades cresciam e com o capitalismo surgente, é nesse contexto que surgem além dos já citados manuais de boas maneiras, as revistas femininas que difundiam as novas modas, com artigos que traziam sobre o que era bom e bonito para ser usado, como o espaço doméstico deveria ser modelado e remodelado, como as mulheres deveriam orientar os seus maridos para o espaço público do trabalho, com a escolha do vestuário e do mobiliário. Além da presença de artigos de propaganda para compra de artigos decorativos, como executar uma boa refeição junto à família e amigos.

No entanto, a mudança não deveria ou não poderia acontecer de forma superficial, é nesse sentido que se fala na educação do olhar, falar, sentir; a educação dos sentidos, o tato, o olfato, o paladar e o visual. E para isso, contava-se com um time de profissionais e cientistas que regiam as novas condutas da sociedade, inspirados por ideais iluministas e com rumo ao progresso, era nesse sentido que se encontrava a presença de médicos sanitaristas, higienistas, arquitetos e engenheiros, que aliados ao Estado traçavam planos e medidas que os levassem à construção de uma nação forte e moderna. Sendo assim, “o conceito de civilização rege a

multiplicidade das ações do mundo [...], prescrevendo uma prática social e uma *hexis* corporal particular.” (Ortiz, 1991 *apud* Buriti, 2020, p. 17).

A medicina social será uma aliada neste projeto e terá como principal alvo a família burguesa que estavam nas cidades, buscando modificar as condutas física, moral, sexual e social, com o objetivo de acompanhar os sistemas políticos e econômicos. Trataremos sobre uma personagem histórica a qual se atribui certa importância para o momento, a protestante inglesa Sarah Pouthon Kalley (1825-1907) casada com o médico sanitaria Robert Reid Kalley (1809-1888), ambos vieram ao Brasil no ano de 1855 em missão congregacional. A sua importância para além de outros elementos, está nos seus escritos diários que, posteriormente, publicados tornaram-se manuais de condutas voltadas para o público feminino, discursava e descrevia diversas atividades que deveriam ser desempenhadas, como o asseio individual, do espaço doméstico, o cuidado a ser desempenhado em combate a diversas enfermidades, etc. Sendo adotado, inclusive, como compêndio didático nas escolas do Rio de Janeiro no ano de 1880.

Figura 3 – Capa do livro “*A alegria da casa*” por Sarah Kalley (9ª edição).



Fonte: Hinologia Cristã (2016).

O livro editado pela primeira vez em 1866 foi dividido em dez capítulos que versavam sobre a cozinha, o quarto de dormir, as salas, as janelas e o exterior da casa, as despesas da casa, o asseio do corpo, o vestuário, o tratamento dos doentes, o tratamento dos filhos, e por fim, sobre a relação entre homem e mulher, respectivamente. Muito embora esse tipo de literatura e de linguagem fossem destinados, principalmente, para as elites, os textos de Kalley possuíam o diferencial de serem curtos, com linguagem acessível e eram destinados também aos segmentos mais pobres, pois circulavam na Igreja Evangélica Fluminense, na qual vários estratos sociais frequentavam (Buriti, 2020, p. 21).

Observamos mais de uma vez a Igreja, enquanto instituição, em temporalidades distintas, agindo ativamente na transmissão de códigos de boa conduta, é válido mencionar que para os religiosos o decoro e a civilidade são elementos que elevavam a mente humana, podendo ser uma virtude relacionada à Deus, aos próximos e a nós mesmos. É por isso que boa parte da educação se encontrava nas mãos dos organismos eclesiásticos. Falando sobre o caso da França, Elias (1994) observa que “(...) através da mediação da Igreja que uma maré montante de civilidade inundou o país. Usados como manuais na educação elementar das crianças, esses livretos eram impressos e distribuídos juntamente com as primeiras lições de leitura e escrita.” (Elias, 1994, p. 111).

Como elaborado por Buriti (2020), as famílias ainda imersas nos códigos de um Brasil colonial, se via seguindo e praticando um discurso de cunho elitista, centrado na civilização do país, preocupados em limpar a nódoa dos sujeitos de um passado mal visto e mal dito pelos estrangeiros. A casa ganhava conotação de escola, era um edifício não apenas de aprendizagem, mas de “ensaio” para o mundo exterior, em nome da família e da nação, tornava-se imprescindível a atuação feminina dentro do espaço doméstico com atividades que envolviam o preparo de alimentos, a costura, a limpeza dos cômodos, dos corpos, das roupas, o ensino da moral aos filhos ou até mesmo na administração destas atividades que poderiam ser desempenhados por uma terceira pessoa, como serviçais ou escravizados. O trabalho desempenhado pelas mulheres, tornavam-se um reflexo da vida em matrimônio, a vida social, e o “sucesso” de si enquanto *didata*.

Os escritos de Kalley (1866) versavam ainda, sobre os procedimentos a serem desempenhados no espaço doméstico, sendo interessante observar como essas regras e guias acabavam por influenciar a dinâmica da casa, tanto as práticas quanto na sua estrutura física. Ao falar sobre a sala de jantar, a autora adverte que o espaço precisa ser bem limpo e arejado, no entanto, no verão o mais indicado era mantê-la um pouco mais sombria, pois a escuridão afastaria as moscas nos horários das refeições.

A sala, como um documento de identidade feminina, era um discurso que falava sobre o perfil de mulher que lhe governava. Como cartão de visita, deve ser livre de toda poeira, “lavada uma vez por semana, espanando primeiramente as paredes e o teto”. Dessa forma, “será sempre agradável e saudável”. [...] “Na sala de visita, como na sala de jantar, como em todos os outros lugares e aposentos de uma casa bem governada, a coisa principal é o asseio”, pois isto não confere somente “um ar de agradável conforto à morada, como uma boa ideia do morador (Buriti, 2020, p. 39).

Como mencionado anteriormente, os escritos diários da protestante inglesa são adotados enquanto compêndios didáticos nas escolas do Rio de Janeiro na década de 80 do

século XIX, mas não foi possível constatar relação ou presença deste material na cidade de Cajazeiras para a temporalidade proposta, ao menos não enquanto um compêndio didático adotado por determinação dos presidentes de província para as escolas públicas, mas atribui-se notável congruência com o que vêm sendo discutido ao longo do texto, sendo possível ampliar a discussão acerca deste tipo de escritos e de comportamentos aconselhados por eles. Um exemplo prático disto é o Código de Posturas da cidade, sob orientação da Câmara Municipal de Cajazeiras, que recomendava boas práticas a serem cultivadas em nome da higiene e da ciência, como se verá adiante.

Ainda trazendo à luz questões sobre a importância dos papéis desempenhados por mulheres, Gilberto Freyre em *Modos de homens e modas de mulheres* (2021) estabelece uma relação entre os trajes utilizados pelas mulheres com a prosperidade de seus maridos, inclusive se aproximando bastante do que a historiadora Maria Ângela D’Incao (2004) afirma sobre como o sucesso da imagem pública dos homens estava diretamente ligada às figuras femininas que estavam por trás deles, como trazido no capítulo anterior. Freyre (2021) revela que, nas sociedades ditas burguesas, o modo como as mulheres casadas se apresentavam em público se constituía como um dos meios de seus maridos se afirmarem prósperos ou socioeconomicamente bem situados. Era comum que essas mulheres, casadas ou não, ostentassem não apenas a sua beleza de rosto e as formas do corpo, como penteados requintados, faces bem retocadas, adornos que acentuassem os encantos naturais do seu próprio corpo, dessa forma, as modas de mulher, em sociedade burguesas, desempenhavam um papel valioso (Freyre, 2021, p. 29).

Discutindo o cotidiano feminino no Brasil a partir do olhar de viajantes do século XIX, Tania Quintaneiro (1995) estabelece relação entre o lar brasileiro em oposição à cultura florescente nos Estados Unidos e na Inglaterra, enquanto nesses dois lugares o lar da classe média era projetado para proporcionar conforto e segurança, contendo diversos espaços especializados – masculinos e femininos, para criados e hóspedes. Já os papéis desempenhados pelos membros da família, na relação matrimonial, da mulher ser uma boa esposa e dona de casa era um dever quase tão fundamental quanto o de produzir riquezas, de tal forma que, os cuidados com a família deveriam ser assumidos enquanto uma vocação e o trabalho doméstico como uma profissão – “à mulher foram conferidas qualidades altruísticas: devoção aos outros, fortaleza moral, afetividade, delicadeza e sensibilidade” (Quintaneiro, 1995, p. 46). Sobre o lar

brasileiro²⁹, Quintaneiro (1995) relata que a ordem espacial nos lares deixava transparecer a centralidade do poder masculino na sociedade, com o objetivo de evitarem serem vistas, as mulheres, crianças e criados eram destinadas aos fundos da casa. Enquanto na cultura anglo-saxônica a casa possuía um alto nível de especialização nos seus cômodos, o lar brasileiro parecia ser desprovido de comodidade e seus moradores inclinados a sacrificar o útil ao ornamental, de modo que os melhores cômodos eram reservados à ostentação.

A sala de jantar torna-se um espaço imprescindível para prática das refeições nas casas burguesas, era um espaço de exibição, predominantemente masculino, contando com a representação das louças familiares herdadas que simbolizavam prestígio e superioridade social. Enquanto o senhor da casa liderava esses momentos de encontro social, as mulheres ficavam responsáveis pela produção da alimentação e a administração de todos os atos que envolviam tanto os almoços quanto os jantares, sendo esta segunda refeição a mais importante do dia, escolhida como a que traria mais elementos formais e elaborados. Acontecendo ao término das jornadas de trabalho, enquanto o almoço geralmente acontecia de forma abreviada, curta, com refeições mais práticas.

Com a preferência de fazer a janta ser a principal refeição diária, as salas de jantar passaram a acolher e assumir uma série de regras e práticas a serem realizadas, a ritualização de uma cerimônia. “Deste modo a sala de jantar tornou-se uma cerimônia e a sala de jantar um espaço sagrado, no qual a celebração constante de ritos de comunhão, de partilha, assegurava a necessária coesão familiar.” (Lima, 1995, p. 138). Os ritos se tornavam poderosos meios de comunicação, atuando como marcadores e indicadores de posições sociais (Saile, 1985 *apud* Lima, 1995, p. 138), os manuais de conduta buscavam internalizar a partir da leitura e repetição de modos que distanciassem a sociedade ao máximo do seu modo de vivência natural, animalesca.

Enquanto no Brasil colônia perdurou-se, além de ser comum a prática de alimentação com as mãos por exemplo, a ritualização buscava inserir a sociedade em acordo com as novas modas e condutas, comer com talheres, não cuspir ou escarrar à mesa, não cheirar os alimentos,

²⁹ É importante destacar que a autora fala sobre os escritos de viajantes para todo o século XIX, principalmente, para o primeiro quartel do século. Observa-se mudanças significativas à medida que o século avança no que concerne à situação das mulheres no Brasil. Ver o tópico *Sexo segregado: recolhidas e religiosas*. In: Quintaneiro, Tania. Retratos de Mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

além de diversas outras recomendações. É interessante perceber que o dualismo ou recomendações estabelecidas sobre o que deveria ser desempenhado para homens e mulheres influenciam até a própria alimentação, o corte das proteínas animais eram uma função deliberadamente masculina, com seus instrumentos cortantes e conotação fálica de poder e força; para as figuras femininas eram destinadas carnes leves, para combinar com sua natureza frágil, como aves e peixes. Além da destinação de sobremesas e frutas, e da recomendação de não comer alimentos que pudesse comprometer o seu hálito, como queijos e temperos.

Um outro manual que ganhou notável sucesso e reconhecimento, além de ter se difundindo com certa rapidez foi o de José Ignacio Roquette, o *Código de Bom-Tom* (1885) lançado primeiramente em Portugal, utilizava-se da ideia de um gentil homem que aconselhava seus filhos e os criava para o mundo exterior, a partir de bons costumes, do conhecimento do mundo dos negócios e o trato com o homem. Para as meninas, recomendava-se o recato no tom de voz, docilidade, humildade e um pouco de acanhamento, jamais olhar diretamente e nem levantar a cabeça acima da altura dos ombros ao dançar com um homem, isso as levaria e representaria uma boa personalidade feminina. Em Carvalho (2020), a autora traz um fragmento de Roquette, edição de 1875, extremamente pertinente para discussão que se elabora:

O sexo dos convidados importa muito para a escolha das iguarias e disposições da mesa. Num jantar d'homens, devem ser os pratos de iguarias forte e succulentas, acepipes quentes, veação, lombo de vacca, presuntos de fiambre, assados com abundancia, nada de massas leves, e ainda menos pratos meio doces: geléas, pratos do meio aromatizados com licores, paios de lombo, salpicões, e boa carne ensacada; à sobremesa, duas qualidades do melhor queijo, frutas confeitas ou em calda com licor, pastilhas de chocolate, frutas novissimas, alguns doces seccos, só para ornato da mesa.

Num jantar de senhoras, deve ser o contrário: acepipes frios, peixe fresco, caça fria, muitas massas delicadas, verduras novas, cremes, natas aromatizadas de baunilha, de rosa; postres delicados e engraçados, muitos docinhos a que os Francezes chamão bonbons, de differentes especies, gostos e feitos. Inutil dizer que nos jantares em que há senhoras e homens se faz um sortimento de todas as cousas para que possa cada um escolher segundo o seu gosto e paladar (Roquette, 1875 *apud* Carvalho, 2020, p. 189).

A partir da análise das práticas alimentares da elite, Carvalho (2020) identifica a suavização da natureza feminina encontrada na decoração e utilização dos objetos femininos, como na experiência alimentar. Ao relacionar alimentos caracterizados enquanto leves ao paladar feminino, atribui-se conotações de fraqueza, superficial, inofensivo, já que ameno, brando, de pouco peso, de pouca importância, suave. Enquanto os hábitos alimentares masculinos poderiam ser mais próximos da natureza, com a permissão de misturas, presença

de sangue, carnes quentes e impregnadas de molho, simplicidade de processamento, etc. (Carvalho, 2020, p. 192-194).

O século XIX contribui para a fixação de identificação entre masculinidade, feminilidade e maternidade. Este é o padrão, conforme Rocha-Coutinho (1994), que irá orientar a existência emocional e social de homens e mulheres, padrão este que será reforçado a partir da segunda década do século XX, principalmente mediante as teorias médicas e psicológicas. A nova mãe que é esculpida no século XIX foi gestada de um duplo movimento histórico: de um lado ela se libertou de algumas amarras patriarcais e, de outro, passou a ser controlada pelos novos poderes, dentre os quais o poder do discurso médico [...] (Buriti, 2020, p. 43).

Por fim, a ideia de extensão da casa para os seus moradores corrobora com a tese de Carvalho (2020), sobre a ação irradiadora da personalidade feminina, constatada através dos objetos que formam a cultura material analisada, e por consequência, a difícil ou impossível capacidade de individualização feminina no século XIX. E ainda acrescentado por Buriti (2020), na arquitetura doméstica aprendia-se a partir da observação do que a figura feminina (mãe) fazia, administrando, dando ordens e governando. A pedagogia da governança, que reproduzia e reforçava diferenças e estereótipos de gênero, que prescreviam o que os filhos e filhas deveriam desempenhar não somente no ambiente doméstico, mas no espaço público, com suas carreiras profissionais.

4.3 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PARAHYBA DO NORTE

A instrução pública primária ficou em segundo plano frente aos problemas que o Brasil passava, D. João VI havia partido em 1821, deixando seu filho D. Pedro I como príncipe regente que proclama a Independência do Brasil em 1822. Com a nova nação, o regime monárquico enfrenta uma grande instabilidade política, crises econômicas e rebeliões em seu território, como é o caso da *Cabanagem* (1835) na província do Grão-Pará, a *Sabinada* (1837) na província da Bahia, a *Balaçada* (1838) no Maranhão, a *Revolta dos Malês* (1835) na Bahia e a *Revolta dos Farrapos* (1835) no Rio Grande do Sul. Nesse contexto de enfrentamento de diversos conflitos, surge a necessidade de uma sociedade fundamentada na civilidade e na ordem, e, principalmente, um Estado forte.

O império que contava com um vasto território decidiu por colocar ordem através das proeminências locais, já que por todo o Brasil a elite local temia mais a desordem do que o poder central. De modo que a ordem seria mantida através da nomeação dos presidentes provinciais com o Ato Adicional de 1834, a lei os denominava como a primeira autoridade das províncias (Graham, 1997 *apud* Sena, 2017, p. 101). Os presidentes de província contavam com chefes de polícia, sendo um para cada província, e delegados em cada município, além de subdelegados em cada paróquia. Os agentes dos presidentes tinham como principal papel fazer

cumprir a lei e reunir a inteligência política. No entanto, de acordo com Sena (2017), manter a ordem significava muito mais que isso, era também a manutenção da ordem que estava no âmbito da garantia de continuidade das relações entre senhores e escravos, da reprodução das relações com as nações capitalistas e civilizadas, do controle de responsabilidade pelo Soberano, e da preservação da integridade do Império (Sena, 2017, p. 101).

Os regulamentos e leis de instrução da Parahyba do Norte servirá de fonte histórica para conhecimento do discurso oficial do Império, através dos Presidentes de Província, pois eram através deles que se difundiam os valores ideológicos do Estado, da nação e da monarquia. Essa documentação oferece uma amostra do panorama social e político da Parahyba do Norte do século XIX, e também da cidade de Cajazeiras. Ao observar alguns jornais que circulavam na província naquele período, é possível notar que alguns deles também serviam como meios de comunicação entre o Estado e a população civil, reproduzindo os regulamentos, algumas leis e editais que concerniam ao serviço público. Entre os cerca 85 jornais que circulavam na província naquele período, chama-se atenção para esses: O Publicador, O liberal Parahybano, A união, entre outros. A princípio, existia uma preocupação sobre as informações não penetrarem na sociedade cajazeirense com tanto afincio por sua imprensa local só se desenvolver no século XX, mas constatou-se que outros jornais chegavam até a comunidade.

Como dito, embora a imprensa própria da cidade de Cajazeiras tenha surgido apenas no ano de 1923 com o impresso “A alvorada” fundado pelo Dr. Cristiano Cartaxo Rolim, anterior a este período, a circulação de ideais e notícias vinha com o jornal Gazeta do Sertão – Órgão Democrata, possuía publicação semanal, escrito na cidade de Campina Grande, tipografia e escritório na Praça Municipal, sob o número 24. Foi encontrado pela autora o nome do Capitão Jose Joaquim do Couto Cartaxo, que era responsável por receber os valores de assinatura da folha na cidade de Cajazeiras, comprovando a circulação do folheto na cidade.

Figura 4 – Correspondentes do jornal Gazeta do Sertão (1888-1891)

Por especial favor são nossos correspon-
dentes nas seguintes localidades :

Piancó.
Vigário Manoel Mariano de Albuquerque.
S. João do Rio do Peire.
Vigário Manoel V. da Costa e Sá.
Souza.
Vigário Francisco Torres Brazil.
Alagôa do Monteiro.
Vigário Manoel U. da Costa Ramos.
Alagôa-Nova.
Conego, vigário José Antunes Brandão.
Alagôa-Grande.
Vigário Luiz José de Araujo.
Guarabira.
Vigário Wallfrêdo S. Santos Leal.
Serra da Raiz.
Vigário Sebastião Bastos de Almeida Pes-
soa.

Araruna.
Vigário Manoel Correia de Sousa Lima.
Cajazeiras.
Capitão José Joaquim do Couto Cartaxo.
Pilões.
Tenente Manoel Maria da Silva.
Parahyba.
A. Augusto de Figueirêdo Carvalho.

A elles poderão os assignantes da *Gazeta do Sertão* pagar as suas assignaturas e en-
tender-se sobre qualquer assumpto referente
a esta folha.

Fonte: Gazeta do Sertão: PB (1888-1891) – Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: 15/02/2025.

Na edição do dia 4 de abril de 1890, na Gazeta do Sertão, se discute sobre a salubridade pública, trazendo os exemplos da epidemia de influenza ou gripe percorrendo o mundo e deixando traços assoladores por onde passa, o *cholera-morbus* aparecendo no Cáucaso e na Rússia, o Brasil se encontra em posição de ameaça por esses flagelos, principalmente com a febre que já desponta na cidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba. O autor da coluna continua dizendo que no ano de 1890, a população não está mais adiantada que quarenta anos atrás, quando pagou enorme tributo à febre amarela e ao cólera. No entanto, chama a atenção para a importância das câmaras municipais que, naquele momento atuavam como intendências, competentes para cuidar dos assuntos sobre a salubridade pública. O estado já sofreu bastante

por causa da fome e deve se precaver contra pestes, e ainda considera que o estado, apesar de tudo, ainda têm boa situação sanitária, mas não deve deixar de se precaver, principalmente no período chuvoso. De modo claro, se percebe a circulação das ideias sobre a salubridade pública, a higiene e sobre a própria instrução pública, a educação da população nos impressos que eram consumidos no estado.

Esse discurso traduzia as concepções sobre o tipo de Estado e de Povo que interessavam ao Império formar, qual seja “a instrução como meio de civilizar essa população, possibilitando a sua submissão às leis e à almejada ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado Imperial (Gouveia; Jinzeji, 2006 *apud* Sena; Pacífico Barbosa, 2012, p. 38).

Além de sedimentar a sociedade na ordem e civilização, um outro plano que se delineava enquanto objetivo a ser atingido era a educação dos jovens da província, a partir da contratação de professores, solicitação de livros, construção de escolas e a implantação de métodos de ensino. No caso de Cajazeiras, foi criada a primeira cadeira de instrução primária para o sexo feminino no ano de 1864 através da Lei nº 131 – 21 de outubro de 1864, mas anterior a esta data já havia o estabelecimento de uma casa que funcionava como escola, a do Padre Ignacio de Souza Rolim. De acordo com o Almanak do Estado da Parahyba (1899)³⁰, ao regressar para o sertão em 1857, o sacerdote abriu em Cajazeiras um curso com as seguintes disciplinas: latim, português, inglês e aritmética, suas aulas eram frequentadas não apenas por paraibanos, como também por “moços vindos das províncias limitrophes, onde chegava a notícia da illustração e proficiencia do já celebre padre Rolim” (Imprensa Oficial, 1899, p. 445).

Em trecho retirado do livro *Um cronista do Sertão no século passado* (1965) de Geraldo Joffily, é oferecido algumas informações referentes ao ambiente escolar quando fala que as salas serviam como dormitórios para alunos, funcionando como uma espécie de internato. “Pela manhã, após o copo de leite ao pé da vaca, desarmavam-se as redes, puxavam-se as bancas para o centro das salas, as negras retiravam os pinicos, e começavam as aulas. Em 1853, tinha 46 alunos.” (Joffily, 1965 *apud* Leitão, 2000, p. 57). Sendo importante mencionar que a casa de ensino era reconhecida pelo Presidente de Província Antônio da Costa Pinto³¹, quando ao passar a administração provincial para seu substituto assinala que “o colégio particular do

³⁰ De acordo com Leitão (2000) existe um conflito de informações sobre a vida do Padre Rolim e as atividades do colégio. Sabe-se que em 1855 e 1856, o Padre esteve em Recife, no entanto a escola não é fechada, tampouco o ensino é interrompido. Acredita-se que ele confiou a responsabilidade do funcionamento da escola, durante sua ausência, aos seus sobrinhos Padre José Tomás de Albuquerque e Vital de Sousa Rolim.

³¹ Exposição feita pelo Doutor Antônio da Costa Pinto Silva, Presidente da Província da Parahyba do Norte. Paraíba, Typographia José Rodrigues da Costa, 1857, p.18.

ensino secundário em Cajazeiras lecionou a 36 alunos.”. Em 1860, o Padre Inácio de Sousa Rolim chega a ser nomeado para o cargo de Diretor da Instrução Pública³² por ato do presidente Ambrósio Leitão da Cunha³³, datado de 8 de março de 1860. Como trazido por Leitão:

O presidente Luís Antônio da Silva Nunes, em sua mensagem ao Legislativo provincial, a 15 de junho daquele ano, dá notícia dessa nomeação, lamentando: “Até essa data não comunicou esse digno sacerdote se aceitava ou não a nomeação.” Instado pelo Presidente, em ofício de 4 de abril daquele ano, para que “decidisse se aceitava ou não o lugar com o que foi contemplado”, respondeu por fim ao presidente que, a 7 de agosto do mesmo, lhe dirigiu o seguinte ofício: “Acuso a recepção de seu ofício de 12 de junho ultimo, em que declara não aceitar o lugar de diretor de instrução pública, para que foi nomeado pelo antecessor, e oferece-se para o de regedor de gymnasio, e em resposta tenho a dizer a V. Revm. que sinto não poder por ora aceitar o seu offercimento e valiosa cooperação em relação ao mesmo gymnasio, visto os recursos atuais da provincia não comportam as despesas com esse estabelecimento (Leitão, 2000, p. 59).

Mais uma vez observa-se a educação entrelaçada com o sacerdócio, além de perceber que a doutrina religiosa e cristã estava no rol de disciplinas a serem aprendidas, juntamente com a moral, a ordem e as regras do bem viver. De acordo com o Regulamento de 17 de janeiro de 1848, fica a cargo do Diretor Geral de Instrução Pública o seguinte:

Art. 2º – Compete ao Diretor Geral:

§ 1º Inspeccionar todo e qualquer estabelecimento de instrução, assim como todos as aulas públicas provinciais, ou sejam seus professores providos pelo governo, ou seja particulares.

§ 2º Regular o ensino público nacional, designando, segundo seus diferentes ramos, as matérias e método, que se deve nele seguir, promover a composição de compêndios para o mesmo ensino, distribuir as diversas aulas, atendendo as localidades mais convenientes; organizar regulamentos escolares, e ocorrer finalmente com ilustrações, e mais providências necessárias, a bem da instrução, submetendo tudo previamente a aprovação do Presidente da Província.

§ 3º – Informar ao governo sobre a conduta dos empregados na instrução pública, e pedir medidas coercitivas contra aqueles, que se afastarem de seus deveres.

§ 4º – Enviar todos os anos à Assembléia Legislativa Provincial um relatório circunstanciado, por intermédio do governo, de todos os estabelecimentos de instrução e aulas da Província, acompanhando-o de observações tendentes ao melhoramento da mesma instrução. (Cury; Pinheiro, 2004, p. 20-21).

De acordo com Leitão (2000), o colégio atinge sua culminância na década de 60. O relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente Francisco de Araújo Lima, a 31 de maio de 1862, dá notícia de um colégio em Cajazeiras que havia funcionado com três aulas (Latim, Francês e Geografia), frequentado por oitenta e cinco alunos, número bastante expressivo se considerar que o Liceu Paraibano, nesse mesmo período, contava com cento e quatro estudantes. Em relatório de 3 de abril de 1862, o Diretor da Instrução Pública,

³² Assume o cargo de Diretor da Instrução Pública Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque.

³³ Barão de Mamoré, foi um advogado, juiz, além de político brasileiro. Esteve no cargo de presidente da província da Parahyba do Norte entre 4 de junho de 1859 a 13 de abril de 1860. (Galvão, 1894)

Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, registra que “Ensino secundário – continua a funcionar com regularidade e crédito o collegio de Cajazeiras, sujas aulas forão frequentadas no anno findo por 85 alunos” (Paraíba, 1862, *apud* Leitão, 2000, p. 60).

Em caso de escolas em outros municípios da província, e na falta de um prédio público para o acontecimento das aulas, recomendavam-se casas sadias, com salas grandes e bem arejadas, ambientes limpos, com janelas que ficassem abertas durante a execução de lições e com boa circulação de ar. A escola deveria ainda, possuir todos os acessórios necessários como uma pedra preta para a escrita em giz, cadeiras, mesa para o professor ao centro da sala, e uma imagem de Jesus Cristo Crucificado, além da imagem da S. M. Imperial, como observado no regulamento de 20 de janeiro de 1849. Por fim, nenhuma escola deveria ser admitido meninos que não estivessem vacinado ou que já tivesse tido bexiga – “Art. 9º – Nenhum menino será admitido nas escolas sem que prove ter tido bexigas, ou sido vacinado. Para ser admitido é preciso ter pelo menos 6 anos de idade. Nenhum professor receberá maior número de alunos, que o proporcionado às dimensões da sala.” (Pinheiro; Cury, 2004, p. 22).

É possível perceber que nos regulamentos de instrução pública para o ensino educacional já incorporavam os discursos e saberes médicos e higienistas do século XIX, a partir das recomendações de ter um espaço sadio, limpo e varrido diariamente, com janelas abertas, uma boa iluminação, crianças vacinadas, etc. Assim como era também recomendado que as crianças viessem bem asseadas, penteadas e limpas para o ambiente escolar. Era uma educação de base para inserção da sociedade na civilização.

Como mencionado acima, a cidade de Cajazeiras recebe sua primeira cadeira de instrução primária para o sexo feminino no ano de 1864, e com base na Lei nº 439 - Província da Parahyba do Norte. Palácio da Residência na cidade da Parahyba em 15 de dezembro de 1858 que, estabelecia a Escola Nossa Senhora das Neves um internato para meninas, segundo o seu regulamento o seu fim era a instrução, educação moral e religiosa. De acordo com o artigo 7º, no colégio serão ensinadas as seguintes matérias: leitura escrita; aritmética até a proporções, inclusive; doutrina cristã; gramática nacional; noções de geometria; coser, bordar, marcar e demais prendas domésticas; geografia e história; traduzir, escrever e falar francês e italiano; música, desenho e dança. Já o estudo na escola primária para meninos compreendia as seguintes disciplinas: a instrução moral e religiosa; a leitura; a caligrafia; a aritmética até proporções; os elementos da gramática portuguesa; noções da geometria prática sem demonstrações.

4.4 OS COMPÊNDIOS ESCOLARES

Como discutido por Sena (2012), os relatórios dos presidentes de província possibilitam observar os procedimentos adotados na metodologia de ensino, a exemplos dos compêndios escolares, como principal instrumentos para efetivar, uniformizar e controlar a instrução pública, além de demonstrar a relação estabelecida entre o Estado e os livros didáticos, prática que ainda perdura na educação brasileira. A escolha dos compêndios ia ao encontro dos princípios do Estado para o momento histórico analisado, versando, principalmente, sobre a moral, os bons valores, regras que regiam um bem viver, pautados na ideologia cristã.

Tanto a estruturação quanto o controle do estado provincial sobre a instrução pública e particular se efetivou em meado da década de 1830, como é possível constatar através dos regulamentos e normas contidos nos relatórios de presidente de província. De acordo com Ananias; Cury; Pinheiro (2016) a partir da segunda metade dos anos 1840 é que se percebe através da documentação e da historiografia que, os governantes passaram a olhar a instrução como um importante canal no auxílio de construção de um Estado Nacional, bem como, da conformação de uma identidade nacional que conseguisse apagar as diferenças locais. Assim, pretenderam que a implementação da instrução pública e o controle sobre a instrução particular cumprissem a difícil tarefa sem precisar dispendir uma enorme quantia para sua efetivação (Ananias; Cury; Pinheiro, 2016, p. 101). Em 1 de agosto de 1849, sobre a uniformização da instrução, o presidente João Antonio de Vasconcelos apresenta em relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte:

desejar que [a] uniformidade fosse em todo o Império, para que se estabelecesse melhor a nacionalidade pela identidade de ideias, e sentimentos entre todos os cidadãos, como se fosse de uma mesma família. [...] o mestre deve ensinar o menino, e conduzi-lo pela brandura da palavra, e pelo exemplo, aproveitando com habilidade as ilusões próprias da idade para ensinar a boa doutrina. Um mesmo regulamento para todas as escolas, e uma mesma matéria de ensino é um passo para a uniformidade da instrução. (Província da Parahyba do Norte, 1849, p.13 *apud* Ananias; Cury; Pinheiro, 2016, p. 113).

A preocupação de uniformização da mesma matéria de ensino era também uma preocupação pela inexistência de controle dos estabelecimentos existentes anteriormente a meados da década de 30, principalmente, nas vilas e cidades do interior da província, onde ainda não havia escolas públicas as disciplinas eram montadas de acordo com o conhecimento do professor, sendo assim bastante comum a adoção de compêndios diferentes dos que eram adotados nas escolas públicas, por determinação do presidente de província.³⁴ Esse problema

³⁴ Ver BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A influência francesa nas escolas da província da Paraíba no Século XIX. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, Anais, 2009.

se justificava, principalmente, pelas pouquíssimas verbas destinadas ao ensino público, e era vivenciado também por outras províncias como Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Minas Gerais, não havia dinheiro para educação, nem para bibliotecas, nem professores preparados nas escolas, fato que perdurou até os anos finais do século XIX (Ferreira, 2014, p. 3). Recorrendo a memorialistas, Ananias; Cury; Pinheiro (2016) encontram informações sobre a existência de aulas públicas de primeiras letras, entendido como um tipo de forma escolar, desde antes de 1821 na Província da Parahyba do Norte, segundo Horário de Almeida havia duas escolas públicas na capital da Paraíba: “[...] nenhuma no interior. [...] Só as vésperas de ser proclamada a Independência foi que o governo criou dez escolas de primeiras letras para o sexo masculino, distribuídas pelo território da Província” (Almeida, 1890 *apud* Ananias; Cury; Pinheiro, 2016, p. 102).

Na resolução 26 – fevereiro de 1846, sobre o Liceu Paraibano³⁵, fica estabelecido no capítulo 14 sobre as disposições gerais que, os compêndios a serem utilizados pelos professores são: 1º Cadeira – Gramática Latina do Pe. Antonio Vieira, Cornélio, Vida dos Imperadores, Fábulas de Fedro, Salustii e Virgílio, e Arte Poética de Horácio. 2º Cadeira – Gramática Francesa – por Emílio Seven Aventuras de Telémaco e Teatro de Voltaire. 3º Cadeira – Retórica do Pe. Marinho, Poética de Pedro José da Fonseca, Geografia por Úrculo, Cronologia pelo Pe. Miguel e História, principalmente a do Brasil, por Belegarde. 4º Cadeira – Gêneses Filosofia. 5º Cadeira – Aritmética por Bezout, Álgebra por Lacroix, Geometria e Trigonometria por Legandre. No art. 90 diz que se os compêndios fixados no artigo precedente não puderem ser adquiridos, podem ser substituídos por outros designados pela Congregação com aprovação do Presidente da Província.

Na resolução nº 288, Palácio da Presidência da Província da Paraíba em 11 de novembro de 1885, o Liceu passa por restauração, passando a funcionar independente da escola normal, sob direção de um Reitor e será exclusivamente destinado ao ensino das matérias que constituem a instrução secundária. Conforme o art. 2, o plano de ensino do Liceu compreenderá as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Latim, Matemática, Geografia geral corografia do Brasil e especialmente da Paraíba, História geral e História do Brasil,

³⁵ O Liceu Paraibano foi criado pela Lei Provincial nº 11 de 24 de março de 1836, e tornou um colégio de prestígio na província.

especialmente da Paraíba, Retórica, poética e literatura nacional, Filosofia e Elementos de ciências físicas e naturais.

§ 1º Para cada uma dessas disciplinas haverá cadeira especial com professor distinto e o programa de ensino será o mesmo que for aprovado pelo governo para ser adaptado ao do Imperial Colégio de Pedro II, salvo o de desenvolvimento exigido quanto à Província da Paraíba nos programas de geografia e história.

§ 2º O ensino de música, do desenho e da ginástica ficará reservado para quando a Assembléia Legislativa Provincial conceder o necessário crédito. (Cury; Pinheiro, 2004, p. 111).

Voltando ao ano de 1850 o presidente de província da Parahyba, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra³⁶ mandou comprar 60 exemplares do compêndio de *A história de Simão de Nântua* (1818) e alguns do *Tesouro das Meninas* (1757) para fazer competente distribuição. O *Tesouro das meninas* tem como autora a francesa Pauline de Montmorin, conhecida também como Madame Leprince de Beaumont, e teve sua primeira publicação em 1757. Este compêndio se dá sob forma de diálogo entre as personagens da narrativa, uma mestra e suas discípulas sendo instruídas sobre a história sagrada, a geografia e as boas maneiras (civildade). “Além do objetivo explícito de incutir nas meninas a docilidade, a obediência e a virtude, a autora ainda tem como objetivo incutir-lhes o desejo de saber e instruir-se.” (Sena, 2008 *apud* Sena, 2012, p. 43).

Embora fossem uma literatura destinada às crianças, buscando introduzi-las de forma prematura na boa educação e nas regras de civilidade, os livros poderiam ser destinados também para os mestres, pais e educadores, um trabalho feito de forma conjunta, de modo que todo aquele grupo, familiar ou não, estivesse em sintonia nos valores que estavam escritos e sendo repassados através da educação literária. Um importante elemento presente neste livro é o fato de que o nome das personagens revela a sua personalidade e os desafios com os quais elas vão encarar ao longo das histórias³⁷.

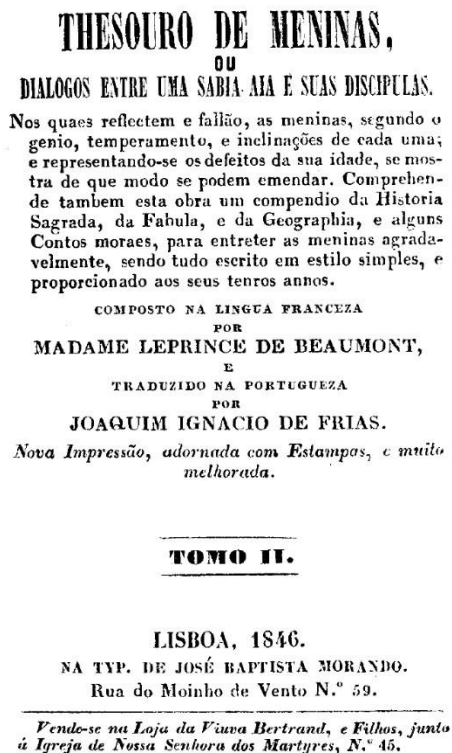
A História de Simão de Nântua, por sua vez, tem autoria do francês Laurent Pierre Jussieu, e a tradução feita pelo português Felipe Ferreira de Araújo e Castro, que o publicou em Paris, em 1830. O compêndio versava sobre os princípios da religião cristã, da moral e da prudência, orientando a conduta de homens, mulheres, jovens e/ou crianças. Ao contrário do *Tesouro das Meninas*, o personagem de Simão não é o mestre, mas o leitor a quem o livro é endereçado, um mercador de feira que passa por algumas situações cotidianas e que têm por

³⁶ Militar e magistrado, foi nomeado Presidente da Província da Parahyba do Norte por carta imperial em 31 de dezembro de 1849, ficando no cargo de janeiro de 1850 a setembro do mesmo ano. (Galvão, 1894)

³⁷ Ver SENA, Fabiana. A tradição da civilidade nos livros de leitura no império e na primeira república. EDUEPB: Campina Grande, 2017.

objetivo oferecer conselhos e transmitir ensinamentos para as pessoas com as quais ele encontra no caminho percorrido para vender suas mercadorias.

Figura 5 – “Thesouro das meninas” (1846)



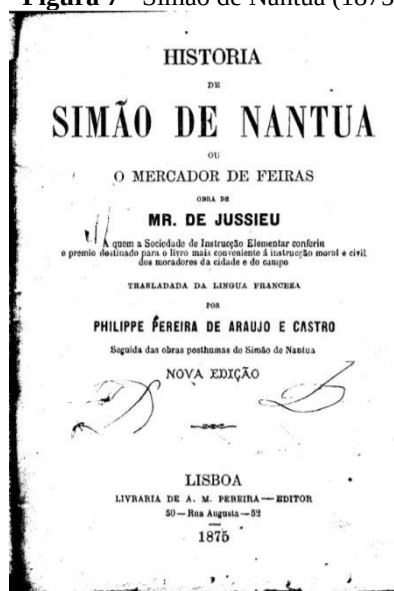
Fonte: Caminhos do Romance - Memórias de Leitura (FAPESP).

Figura 6 – Contracapa “Thesouro das meninas” (1846)



Fonte: Caminhos do Romance - Memórias de Leitura (FAPESP)

Figura 7 - Simão de Nântua (1875)



Fonte: Caminhos do Romance - Memórias de Leitura (FAPESP)

Em estudo desenvolvido por Cláudia Engler Cury (2018), a pesquisadora procura estabelecer uma relação entre os manuais de civilidade na imprensa da Paraíba Oitocentista, como indícios de práticas educativas e constituição do saber histórico escolar. Partindo do

pressuposto de que havia a existência de um circuito cultural estreito entre os donos de tipografias; a publicação de impressos jornalísticos; de compêndios e de livros escolares, assim como de manuais de civilidade. Como eixo desse circuito cultural, haveria a divulgação de ideias em torno de projetos de instrução e civilização, entendidos pela autora como uma vertente liberal que pretendia chegar a um número cada vez maior de leitores, mesmo de forma indireta, as ideias da desejada “modernidade pedagógica” e as “luzes do saber” (Cury, 2018, p. 533).

Estudando as tipografias paraibanas oitocentistas, a relação com a produção dos jornais, a divulgação e publicação dos compêndios didáticos e manuais destinados à formação das crianças e jovens, a pesquisadora chegou aos seguintes resultados, especificamente os anúncios publicados no jornal O Publicador:

Figura 8 – Anúncio de venda de livros e manuais de civilidade no jornal O Publicador

Tabela 1 – Anúncios de venda de livros / manuais de civilidade

Título:	Livro dos Meninos	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 4 vezes em anúncios de venda no jornal
15 de abril de 1864/ 485	1\$200	Compõem uma lista de livros.
29 de abril de 1864/ 497	1\$200	Compõem uma lista de livros.
31 de dezembro de 1864/ 698	Valor não indicado	Compõem uma lista de livros.
05 de agosto de 1865/ 875	1\$200	Compõem uma lista de livros.
Título:	Thesouro de Meninos	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 7 vezes em anúncios de venda no jornal
15 de abril de 1864/ 485	2\$000	Compõem uma lista de livros.
29 de abril de 1864/ 497	2\$000	Compõem uma lista de livros.
05 de agosto de 1865/ 875	2\$000	Compõem uma lista de livros.
25 de outubro de 1865/ 942	2\$000	Compõem uma lista de livros.
06 de julho de 1866/ 1146	2\$000	Compõem uma lista de livros.
23 de julho de 1866/ 1160	2\$000	Compõem uma lista de livros.
09 de dezembro de 1869/ 2153	2\$000	Compõem uma lista de livros.
Título:	Thesouro de Adultos	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 2 vezes em anúncios de venda no jornal
15 de abril de 1864/ 485	7\$000	Compõem uma lista de livros.
29 de abril de 1864/ 497	7\$000	Compõem uma lista de livros.
Título:	Thesouro de Meninas	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 6 vezes em anúncios de venda no jornal
05 de agosto de 1865/ 875	4\$000	Compõem uma lista de livros.

25 de outubro de 1865/ 942	4\$000	Anuncia que são dois volumes e compõem uma lista de livros.
06 de julho de 1866/ 1146	4\$000	Anuncia que são dois volumes com estampas e compõem uma lista de livros.
23 de julho de 1866/ 1160	4\$000	Anuncia que são 2 volumes e compõem uma lista de livros.
04 de julho de 1869/ 2005	4\$000	Anuncia que é 1 volume e compõem uma lista de livros.
04 de julho de 1869/ 2005	4\$000	Anuncia que são dois volumes e compõem uma lista de livros.
Título:	História de Simão de Nantua	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 2 vezes em anúncios de venda no jornal
29 de abril de 1864/ 497	1\$600	Compõem uma lista de livros.
06 de julho de 1866/ 1146	1\$600	Compõem uma lista de livros.
Título:	Código de Bom Tom	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 5 vezes em anúncios de venda no jornal
14 de abril de 1864/ 486	3\$000	Compõem uma lista de livros.
28 de abril de 1864/ 496	3\$000	Compõem uma lista de livros.
04 de agosto de 1865/ 847	3\$000	Compõem uma lista de livros.
29 de maio de 1866/ 1115	3\$000	Compõem uma lista de livros.
9 de dezembro de 1869/ 2153	5\$000	Compõem uma lista de livros.
Título:	O Livro do Povo	Observações:
Data/ Edição:	Valor:	Apareceu 31 vezes em anúncios de venda no jornal
02 de junho de 1864/ 524	1\$000	Possui o mesmo anúncio nas edições 526, 532, 535, 538, 541, 543 e 545.
02 de julho de 1864/ 548	1\$000	Possui o mesmo anúncio nas edições 552, 558, 570, 576, 582, 587, 593, 599, 604, 622, 626, 634, 640, 657, 663, 669, 681, 687, 694 e 698.
03 de novembro de 1864/ 651	X	"Vende-se na pequena estante de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha".
05 de agosto de 1865/ 875	1\$000	"Vende-se na pequena estante de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha".
11 de julho de 1869/ 2011	1\$000	"Vende-se na pequena estante de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha".

Fonte: Tabela organizada Carolina Rocha a partir de pesquisa no jornal *O Publicador*.

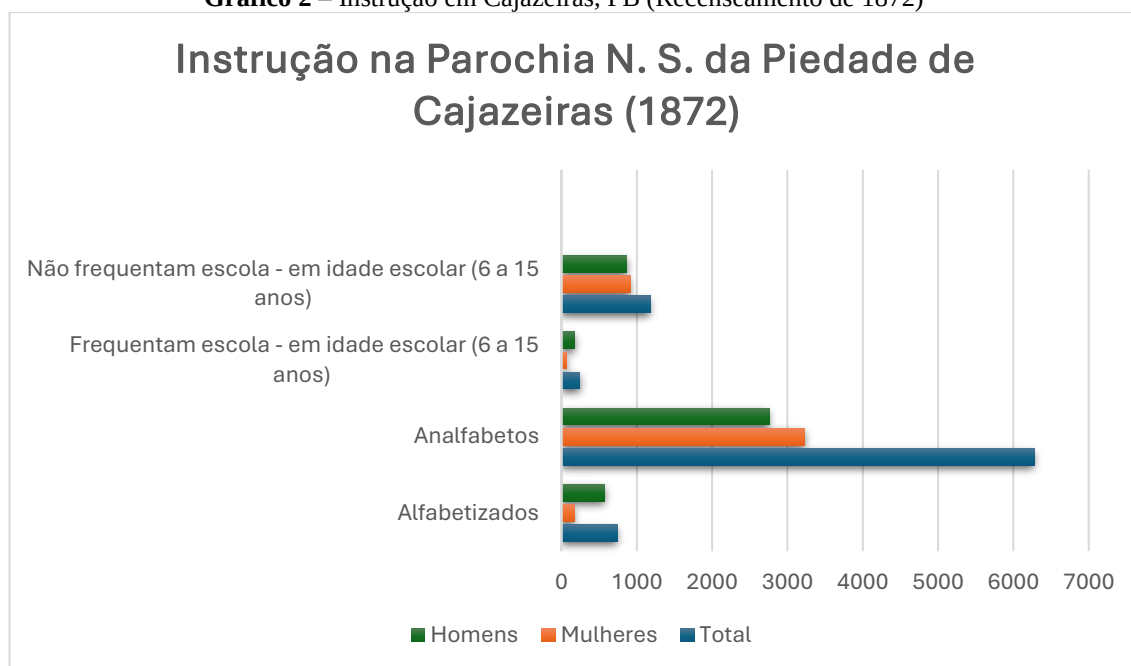
Fonte: Cury, Cláudia Engler. Manuais de civilidade na imprensa da Paraíba oitocentista (1862-1886): indícios de práticas educativas e constituição do saber histórico escolar. In: Castro, César Augusto. Castellanos, Samuel Luis Velásquez (org.). História da escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura. São Luiz: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.

Depreende-se dessa tabela que havia pelo menos sete títulos entre livros e manuais de civilidade, são eles: Livro dos Meninos, Tesouro de Meninos, Tesouro de Adultos, Tesouro de Meninas, História de Simão de Nantua, Código de Bom Tom e o Livro do Povo, inclusive alguns destes tendo sido mencionado anteriormente como compêndios didáticos adotados pelo Presidente de Província no ano de 1850. É possível perceber um consumo cultural e literário desses artigos, e uma possível popularização deste tipo de literatura, tanto por veículos oficiais, quanto por não oficiais, como é o caso da imprensa, que no século XIX assume também um

papel de educador da população civil. Com base nos relatórios dos presidentes de Província, dar-se conta também, de como o trabalho de unificação e de ordem da instrução pública não foi uma tarefa fácil entre as esferas oficiais do governo, é possível perceber mais de uma vez nos regulamentos e normas mudanças referentes ao currículo, as disciplinas e aos compêndios escolares/didáticos a serem utilizados pelos professores com os seus alunos, isso se justificava por algumas particularidades do cargo de presidente de província como, ausência de tempo de mandato definida, ordenados diminutos, inexistência de uma carreira para o Presidente e pouca moralidade dos empregados executores subalternos (Sena, 2012, p. 37).

Quando se fala no universo de leitores existentes tanto na Província da Parahyba do Norte, quanto na cidade de Cajazeiras, de acordo com o Recenseamento do Brasil no ano de 1872, na Parochia de N. S. da Piedade de Cajazeiras, da população total de 7.020 almas, 744 pessoas sabem ler e escrever, todas elas livres. São analfabetos 6.276 pessoas, 5.993 livres e 283 escravizados, entre eles homens e mulheres. A população escolar de 6 a 15 anos de idade total é de 2.023, desses 246 frequentam a escola e 1.179 não frequentam, todos livres.

Gráfico 2 – Instrução em Cajazeiras, PB (Recenseamento de 1872)



Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872. Elaborado pela autora (2025).

No quadro geral da Província, a população total livre é de 354.700 almas, os homens são melhores instruídos – 35.854 sabem ler e escrever e frequentam a escola, 14.837 são analfabetos; enquanto as mulheres – 15.882 sabem ler e escrever e frequentam a escola, 33.842 são analfabetas. Na prática, a porcentagem de homens alfabetizados e frequentando escola

ficou em 14,29%, enquanto a porcentagem de mulheres alfabetizadas era de 14,01%, não ficando tão desproporcional. Como trazidos no primeiro capítulo, esses números não devem ser considerados como absolutos devido aos problemas que envolviam o recenseamento naquele período e nos anos posteriores, mas servem como elementos que descortinam e lançam luz sobre questões importantes para o estudo da sociedade oitocentista. Embora os números referentes aos alfabetizados não possuam tanto expressividade, não enfraquece a presente pesquisa tampouco, trabalha-se com a ideia de consumo de uma cultura material, relacionando os costumes incorporados por manuais de civilidade e com a instrução pública nascente de uma pequena elite local do município de Cajazeiras, provavelmente, esta mesma elite era a que já havia recebido e estava recebendo instrução para conseguir ler e escrever.

4.4.1 Coleção de Leis Provinciais (1887-1888): Código de Posturas na cidade de Cajazeiras

Ao discorrer sobre os espaços de vigilância nas vilas sertanejas da Parahyba do Norte, Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu³⁸ afirma que os códigos de posturas se constituem como uma articulação senhorial para preservação do espaço de tensão onde os escravos circulavam, e para ele, isso se devia pelo fato de que os escravizados não eram livres, mas propriedades e que não podiam circular por onde quisessem e pelo tempo desejado. Somado a isso, traz alguns artigos existentes no primeiro Código de Posturas da Vila de Cajazeiras do ano de 1864, o primeiro código da cidade, ainda no século XIX.

Embora havendo concordância que os códigos de posturas deviam e podiam ter servido para o controle social por parte dos senhores de escravos, os escravizados não eram o único grupo alvo de recomendação de posturas. Como visto, a homogeneização das condutas, a necessidade de ordem e de civilidade se construiu como um plano a nível de nação, o ensejo de controlar a população em geral, de evitar maiores conflitos (além dos já existentes), e de acompanhar as grandes nações civilizadas, que caminhavam a passos largos e acelerados para uma nova ordem mundial. Um outro elemento importante de ser mencionado é que não foi possível localizar essa documentação nas várias instâncias de salvaguarda documental que poderiam estar em posse do Código de 1864 da cidade de Cajazeiras, as quais foram regulamentadas pela lei nº 180 de 30 de novembro de 1864.

³⁸ Dissertação: ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

Diante da dificuldade de localizar a documentação acima mencionada, felizmente se pôde localizar no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão do Centro de Formação de Professores³⁹, na cidade de Cajazeiras, a coleção de leis provinciais dos anos de 1865 e 1887-1888. No ano de 1888, Pedro Francisco Côrrea de Oliveira⁴⁰, Presidente da Província faz saber que a Assembleia Legislativa Provincial, sob proposta da Câmara Municipal da Cidade de Cajazeiras tomou algumas medidas em relação ao seu próprio funcionamento, assim como de posturas a serem incorporadas por seus habitantes. Os códigos de postura ou códigos municipais surgem no século XIX com a necessidade de um novo delineamento jurídico que fosse capaz de reestruturar as relações sociais, as relações de produção e a convivência nas cidades.

A partir da segunda década do século XIX, as cidades passaram a contar com um extenso corolário de medidas acerca do espaço urbano, responsáveis pela criação de um modelo e condutas aproximadas da administração pública (Ghirardello, 2013, p. 48). As medidas contidas nos códigos de posturas tinham por principal objetivo a difusão de técnicas de controle e vigilância que pudessem coibir a desordem e propiciar uma nova ordem de convívio social. O espaço, e por consequência, a cidade se configurava como um ambiente com condições favoráveis para o desenvolvimento de doenças, e para isso, era necessário regulamentá-las. A questão da higiene pressupõe a questão disciplinar, e para que essa fosse regulamentada foi necessária a ação do Estado e da sociedade, a disciplina promoveria a profilaxia do comportamento (Silva, 1997 *apud* Schmachtenberg, 2008, p. 6).

Nesse sentido, podemos considerar que os códigos de posturas e regulamentos, criados a partir do século XIX, podem ser analisados como uma forma de normalização da sociedade, normatização do espaço urbano, de organização do ambiente citadino e ainda como uma legislação da cidade, que tenham efeitos regulamentadores e disciplinares, visto que os códigos estão dentro de uma visão jurídica, do cumprimento de normas e regras de convívio, como uma nova forma de socialização, normas de civilidade e sociabilidade e que pressupõe um saber (Schmachtenberg, 2008, p. 5-6).

De acordo com Ghirardello (2013), a elaboração dos códigos de posturas que, a princípio, eram intitulados de códigos de posturas policiais, pelas câmaras municipais passa a ser uma exigência após a promulgação da Constituição de 1824, amparado na Lei de 1 de outubro de 1828, o chamado Regimento das Câmaras Municipais. O Regimento era dividido em cinco títulos: “Forma da eleição das câmaras”, “Funções Municipais”, “Posturas Policiais”, “Aplicação das rendas” e “Aplicação dos empregados”. A partir disso, o código passou a ser a

³⁹ Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras.

⁴⁰ Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdade de Direito da Cidade de Recife. (Galvão, 1894)

lei básica do Império a guiar a formação e manutenção das cidades. O quadro físico urbano, o domínio edificado, higiene e salubridade preventivas, os serviços urbanos, o quadro administrativo e finanças municipais eram alguns dos aspectos que deveriam ser contemplados (Ghirardello, 2013, p. 47).

Embora produzidos pelas Câmaras Municipais, os códigos deveriam ser encaminhados para a Assembleia Provincial que, poderiam fazer alterações no texto, adicionando ou retirando artigos. Percebe-se que, durante o Império, os municípios além de tutelados, contavam com as suas câmaras apenas como corporações meramente administrativas, além disso, a dependência da Assembleia era tamanha, até questões “irrelevantes” deveriam passar por ela. Questões de responsabilidade municipal deveriam passar por aprovação e sofrer ingerências dessa instância maior, a exemplo da criação das escolas de primeiras letras, desapropriações, impostos municipais, nomeação para cargos, entre outros assuntos.

As preocupações relacionadas ao espaço da cidade eram produto não apenas das questões reais, como por exemplo a salubridade, a contaminação e proliferação de doenças, como também por questões ideológicas que versavam sobre o ser civilizado, principalmente, quando pensamos na vinda e estabelecimento da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, se tornando a capital do Império. A regulamentação das boas posturas, das maneiras de relacionamento social, a limpeza e o decoro faziam parte deste novo viver, pois como colocado por Elias (1992), os elementos que caracterizam a civilidade convergem para uma única conclusão ou assertiva: a forma como o Ocidente vê a si e como se coloca em lugar de alteridade com os outros lugares, povos e cultura. Portanto, a produção de códigos de postura e sua reprodução, do que era legal (pois o que ia ao contrário disto, era submetido a uma pena), nada mais é do que a criação de uma nova forma de olhar a si, as práticas de e no espaço, e por fim, de se colocar no lugar de oposição e superioridade com quem não estava de acordo.

A lei n. 875 possui 29 capítulos, elencados em ordem crescente e em número romanos, os capítulos I ao VI discorrem acerca da Câmara Municipal de Cajazeiras e dos seus empregados – o secretário, o procurador, o fiscal e o porteiro –, além de contar com as suas atribuições. O capítulo VII – Do alinhamento e regularidade das edificações traz regulamento acerca da construção de edificações, como o próprio título diz.

Art. 9º. Ninguém poderá edificar casas nesta cidade sem previa licença da Camara e alinhamento dado pelo Fiscal.

Art. 10º Nas casas que se edificarem, no perímetro da Cidade, se observará o seguinte:

§ 1º Serão de tijolo ou de pedra e coberta de telha.

§ 2º Altura da frente a contar da soleira á base da cornija será de trez metros pelo menos

§ 3º As portas terão pelo menos dez palmos de altura e cinco de largura.

§ 4º Terão calçadas de pedra ou tijollo nas frentes e travessas com a largura de oito palmos: exceptuão-se porem as ruas estreitas. Em todo caso deverão estas conservar entre si um declive com tal semetria que não fiquem degrãos de umas para as outras.

§ 5º As frentes serão caiadas, coloridas ou guarnecidas de azulleijo, e serão retocadas de quatro em quatro annos. (...) (Coleção de Leis Provinciais, 1888).

É possível perceber que além de versar sobre problemas que surgem no espaço, por exemplo, a troca das casas feita em taipa, por casas feitas em tijolo ou em pedra no perímetro da cidade, justamente pelo primeiro modelo de casa ser mais suscetível a possuir brechas e animais se esconderem lá. Como também, entra o fator estético da cidade, com a normatização dos elementos constituintes nas edificações, como as portas terem um determinado tamanho em altura e largura, não possuir grandes declives entre uma edificação e outra, e por fim, estarem sempre sendo retocadas as pinturas de quatro em quatro anos com as seguintes possibilidades: “caiadas”, isto é, pintadas em branco com cal; coloridas ou com azulejos.

Dos capítulos VIII ao X versam sobre a limpeza e o asseio das ruas, edifícios ruinosos e insetos nocivos, respectivamente. Chama-se atenção para o Capítulo VIII – Limpeza e asseio das ruas: o Art. 14 diz que “Os proprietários de casas n’esta Cidade ou os inquilinos são obrigados:”:

“§1º. A caiar, colorir ou limpar as frentes e travessas das casas de quatro em quatro annos. O infractor soffrerá a multa de dez mil reis (10\$000)

§2º. A conservar as calçadas sempre em perfeito estado.

§3º. A limpar as testadas de suas casas, arrancando os mattos até o meio da rua, deixando porém as relvas; esta obrigação é extensiva aos foreiros de terrenos para edificação, e o sachristão da Matriz e Capella do Coração de Jesus (...)

§6º. A dar sahida pelo seu terreno ás aguas estagnadas nas ruas e quintaes. Os infractores soffrerão a multa de dois mil reis (2\$000), com excepção do §2º. Que pagarão quatro mil reis (4\$000)” (Coleção de Leis Provinciais, 1888.).

O Art. 15 proibia ainda, colocar entulhos nas ruas e travessas sob pena de dois mil reis (2\$000), conservar materiais em frente do edifício em construção, com prejuízo ao trânsito público, criar porcos soltos nas ruas da cidade, lançar águas servidas e imundices nas ruas, ter vacas de leite nos muros e currais feitos nas ruas que “deitão” para de frente de outras ruas. Já o Art. 16 do capítulo IX proibia dar tiros dentro d’esta cidade, salvo por ocasião de festejos, equipar ou correr a cavalo nas ruas, amansar animais bravos e ter cães notoriamente bravos soltos.

O capítulo XI tratava sobre os médicos e boticários, determinando que ninguém naquele município poderia exercer a profissão de médico, cirurgião, dentista ou boticário sem ter apresentado a respectiva carta ou título para ser registrado na Câmara ou ao seu Presidente. O Art. 21, parágrafos 1 ao 4, proíbem a venda de substâncias venenosas a pessoas desconhecidas

ou suspeitas; vender drogas ou remédios velhos, deteriorados ou falsificados; substituir as receitas um remédio por outro; e por fim, deixar pessoas não habilitadas em seus lugares. Os infratores de qualquer um dos artigos e parágrafos estão sujeitos a multa de vinte mil reis (20\$0000).

Mais medidas em relação à limpeza, salubridade e higiene estão no Capítulo XII – Do Matadouro e do Açougue, no artigo 24 determina que os talhadores de carne são obrigados a: “§1º Conservar sempre limpas as tarimbas, bancos e qualquer outro utensílio empregado na venda das carnes; §2º A conservar a camisa dentro da calça; §3º Apresentar-se ao açougue com roupa limpa quando fôr talhar a carne.” (Coleção de Leis Provinciais, 1888). Os infratores pagarão a multa de dois mil reis (2\$000). Além de determinar o horário de matança das 6 às 8 horas da manhã, no curral do matadouro; vender carnes corrompidas de animais encontrados mortos, entre outras medidas. O Capítulo XIII versava sobre o açude da cidade, propriedade do Padre Ignacio de Souza Rolim, proibindo a pescaria senão de anzol; a proibição de banhar-se no açude, poços ou águas vizinhas, o infrator maior de 10 anos pagará a multa de 2\$000; proibido lavar cavalos, intestinos de animais e “cortir” couros e lançar qualquer imundice nas bebidas dos habitantes, sob pena de 2\$000.

A ideia de uma cidade civilizada não combinava com a falta de regras, principalmente, no espaço público com vistas a todos os moradores e transeuntes. Não deveria mais fazer parte do cotidiano atividades ligadas ao estado de “natureza” do homem, e que definitivamente, não combinavam com os novos sentidos. Não era agradável aos olhos e ao nariz a limpeza de animais e de suas entranhas na rua, além do horário de abate que deveria acontecer de forma regulamentada. Um outro elemento interessante é a saúde pública que entra nessa nova lógica, com a recomendação de não manter águas de quaisquer tipos paradas. Além da educação dos novos sentidos, percebe-se que os códigos também possuíam o objetivo de prevenção de condutas que fizessem mal à sociedade, “inibindo o indivíduo e a população em geral de cometer desvios que possam colocar em risco o ambiente salubre da cidade” (Schmachtenberg, 2008, p. 11), sendo assim, as multas se encaixavam na prevenção e na coerção prévia.

Os capítulos XV ao XX regulamentam a feira, os pesos e medidas, as estradas e caminhos, as fontes, açudes e terrenos de uso comum, a agricultura e criação, respectivamente. No capítulo XXI – Loucura, embriaguez e ofensas a moral, o artigo 59 diz que “Os que, em estado de embriaguez proferirem palavras obscenas pelas ruas ou insultarem e injuriarem a qualquer pessoa soffrerão 48 horas de prisão.”. O artigo 60 declara ser “§1º proibido praticar

atos reputados obscenos; §2º estar na própria casa de modo desonesto e praticar atos ofensivos ao pudor de modo que possam ser presenciados por pessoas de outras casas ou transeuntes; §3º andar pelas ruas indecentemente.”

O último artigo do capítulo XXI demonstra de forma clara e concisa a capacidade de coesão e aderência dos códigos de condutas no cotidiano dos seus usuários, neste caso, os habitantes da cidade de Cajazeiras. Pois até mesmo os atos que fossem classificados como desonestos, imprudentes ou ofensivos, praticados dentro da sua própria casa, poderiam estar sob penalização dos envolvidos. Era um movimento que funcionava tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro. Ou seja, as boas condutas apreendidas dentro de casa ou nas casas de ensino, com os compêndios escolares, por exemplo, deveriam ser colocadas em práticas no ambiente externo; de igual modo, as recomendações estabelecidas pelo Presidente de Província por intermédio da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal, deveriam ser obedecidas tanto no espaço público (externo) quanto no espaço privado (interno).

Por fim, uma outra percepção conclusiva retirada dos manuais e códigos corroboram ainda com a sua alta capacidade de coesão e adesão, quando pensamos nos rituais estabelecidos e recomendados para o ritmo doméstico, com as celebrações de grande a pequeno porte, os afazeres recomendados, é possível perceber como o sucesso da execução dos ritos diziam a respeito dos homens e, principalmente, das mulheres que estavam por trás da sua organização. Mais uma vez, se constata o poder de irradiação da figura feminina para o espaço doméstico, não sendo possível uma separação entre a mulher enquanto indivíduo e o seu o lar. Sendo assim, uma pedagogia da governança que reforçava estereótipos de gênero, demarcando os papéis a serem desempenhados pelas filhas e filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais objetivos dessa pesquisa tinha por compreender de forma mais aprofundada a cidade de Cajazeiras, localizada no sertão paraibano, no século XIX. A pesquisa sobre a cidade vêm sendo gestada desde o ano de 2018, quando houve o primeiro contato desta pesquisadora com as fontes judiciais – os inventários *post-mortem*, embora sejam sete anos estudando a história da cidade, buscando por indícios que comprovassem ou contradissem as hipóteses conjecturadas em trabalho de monografia, projeto de pesquisa, e por fim, na dissertação, se teve a percepção de que o conhecimento sobre a história local era mínimo, e seria um longo caminho para a sua total compreensão, se é que isto é possível. Foram diversas fontes históricas consultadas – os inventários, o almanak do Estado da Paraíba, o recenseamento de 1872, os relatórios dos presidentes de província, a coleção de leis provinciais e ainda, a synopse do recenseamento do Brasil de 1890. Além de todo o arcabouço teórico, metodológico e bibliográfico para compreender tanto as fontes, o objeto de pesquisa e o contexto histórico do século XIX.

Foi possível olhar para cidade, compreender desde sua fundação, a importância de alguns personagens históricos para o desenvolvimento da cidade, as suas atividades comerciais, educacionais e sociais. Descoberta do fluxo de influência proporcionada por viajantes e pela imprensa que chegava até o sertão, contestando a ideia de que Cajazeiras só tinha tido contato com a imprensa no século XX, na ocasião de inauguração de seu primeiro impresso. Além da importância da cidade para as cidades e províncias vizinhas, além de sua importância para a província da Parahyba do Norte, como destacado pelo almanaque, se configurando como uma das principais cidades daquele período.

Os inventários forneceram informações sobre o cotidiano das famílias de elite, trazendo consigo os bens mais relevantes que foram deixados como herança a ser partilhada, logo, ser perpetuada em vida. Muito embora não tenha havido contato direto com a cultura material localizada nessa documentação, possibilitou a visualização e compreensão do cotidiano das famílias a partir dos artefatos, dos semoventes, dos bens de raiz, dos equipamentos de trabalho. Os inventários, como câmeras, levaram a pesquisadora para dentro das casas de morada, as casas de comércio, e de vivenda, enxergou-se indivíduos dentro desses ambientes, cosendo panos, limpando cereais e tratando de animais. Sentiu-se o vento balançando as vestimentas no alpendre, os jantares servidos em louças pintadas, com copos florados, e colheres e garfos de

prata. Enxergou-se os tachos de cobre nas cozinhas. Enxergou-se vida, cotidiano, comportamentos, permissões e proibições.

A visão caleidoscópica proporcionada pelos inventários permitiu ir além da estrutura do espaço físico, com o apoio das outras fontes históricas observou-se homens e mulheres, entre escravizados e livres, alfabetizados ou não alfabetizados. Por questões metodológicas, a lente focou nos livres, aqueles que tinham oportunidade de frequentar escolas e casas escolares, de se instruírem, ao menos com uma formação primária. De consumir textos, sejam livros, compêndios didáticos ou colunas de jornais, modas, vivências, novos costumes. Observar e compreender, pelo menos, o que acontecia no mundo, no seu próprio país e na sua província. Saber que existiam doenças se espalhando e também haviam formas de preveni-las.

Por fim, esta pesquisa demonstrou que se os espaços existiam, com eles também existiam regras a serem seguidas, dentro e fora de casa, no espaço privado e público. Os ambientes domésticos eram regidos por ritos de um novo viver, cada espaço possuía sua função e seu propósito, incluindo, a quem era destinado este propósito. Fora de casa, o espaço era regido por códigos de postura que decretavam as permissões e proibições – a destinação dos espaços públicos, o seu funcionamento, os usos, a limpeza de sua própria propriedade e também da propriedade em comum, como as casas deveriam ser construídas, com quais materiais, e o cuidado com os seus próprios atos dentro do ambiente doméstico, para que não fossem vistos no espaço público. Além, da percepção da relação existente entre a cultura material, os indivíduos e as formas de conduta fomentadas pelos manuais de civilidade.

Embora uma cidade, geograficamente, longe dos grandes centros, Cajazeiras possuía vislumbres de novos tempos, em muito se aproximando do que era moderno, embora com demarcados hábitos sertanejos e ar de cidade pacata. O entendimento da absorção dos bons costumes por homens e mulheres a partir de manuais de civilidade, seja no ambiente escolar com os compêndios escolares, ou através do fluxo de influência da imprensa, que se pretende dar continuidade na temática com a primeira revista feminina da cidade de Cajazeiras e uma das primeiras do Estado da Paraíba, no século XX. A Revista Flor de Lis teve seu lançamento na década de 20, com publicações mensais, e possui 15 volumes disponíveis.

Um dos aspectos que caracterizam a escrita da história é a sua capacidade de, mesmo com uma pesquisa feita com responsabilidade e robustez, ser lacunar. É preciso imbuir-se de uma certa honestidade acadêmica para admitir que alguns espaços dentro desta narrativa não foram preenchidos, naturalmente. Não foi possível, por exemplo, localizar exemplares físicos

dos manuais de civilidade citados neste trabalho, tampouco os compêndios didáticos recomendados pelos Presidentes de Província, para serem adotados pelas escolas de instrução primária e secundária. Não foi possível comprovar que, embora recomendados, esses compêndios eram de fato utilizados pelas escolas ou casas de ensino, justamente pela não tão competente fiscalização desses estabelecimentos, portanto, trabalhou-se com a idealização de que o que fora recomendado, era cumprido de fato. Essas lacunas não enfraquecem a presente pesquisa, mas encoraja a realização de pesquisas futuras pela autora ou por quaisquer outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. Universidade Federal de Campina Grande: Campina Grande, 2011.
- ANANIAS, Mauricéia. CURY, Cláudia Engler. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. “Dai a todas as escolas Estatutos uniformes”. *Escolarização na Província da Parahyba do Norte: as aulas de primeiras letras e cultura material escolar (1834-1849)*. *Portugueses Studies Review* 24, (2), 2016, p. 99-117.
- AZEVEDO, Ricardo Charters D'. Códigos de bom-tom ou de civilidade. *Actas do 1º Colóquio de “Saudade Perpétua”*, 2017, p. 134-187.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única. Obras escolhidas: volume 2*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo soc.* 17 (1), jun. 2005, p. 321-341.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaços e debates* nº 34 – Cidade e História, Revista de Estudos Regionais e Urbanismo, ano XI, 1991.
- BURITI, Iranilson. Limpos e educados: instrução moral e práticas médico-educativas nos manuais de civilidade do segundo império. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (org). *Paisagens híbridas: fontes e escrituras da história*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- BURITI, Iranilson. *A alegria da casa: Higiene e história dos costumes no Segundo Império*. São Paulo: e-manuscrito, 2022.
- Caminhos do Romance, Brasil, séculos XVIII-XIX. Memória de Leitura*, FAPESP, 2005. Disponível em: :: [Caminhos do Romance :: \(unicamp.br\)](http://Caminhos do Romance :: (unicamp.br)) Último acesso em: 12/08/2024.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sér. V. 8/9, p. 293-324, 2000-2001.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Cultura material, espaço doméstico e musealização. VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 27, n.46, p. 443-469, jul/dez 2011.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: O sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*. 1.ed, 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2020.
- CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (org.). *Coleção documentos da educação brasileira – Leis e regulamentos da instrução da Paraíba do período imperial*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- CURY, Cláudia Engler. *Manuais de civilidade na imprensa da Paraíba oitocentista (1862-1886): indícios de práticas educativas e constituição do saber histórico escolar*. In: Castro, César Augusto. Castellanos, Samuel Luis Velásquez (org.). *História da escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura*. São Luiz: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo, SP, 1985.

DEL PRIORE, Mary. História da gente brasileira: volume 2: Império. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla (org.). História das mulheres no Brasil. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

Diretoria Geral de Estatística do Império (org.). Recenseamento de 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – Volume 1: Uma história dos costumes. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALEI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla (org.). História das mulheres no Brasil. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Fábio. O valor ontológico do pensamento bachelardiano. Cronos, Natal-RN, v.4, n.1/2, p. 23-31, jan./dez. 2003.

FERREIRA, José Flávio Paulo. O ensino na Paraíba no século XIX. RBFH (Pombal – PB, Brasil), v.3, n.1, p. 1-6, jan.-dez., 2014.

FIGUEIREDO, Ayrle Alves. Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Beserra de Sousa (1876-1900). Cajazeiras, 2022.

FREYRE, Gilberto. Vida social no Brasil nos meados do século XIX. 4 ed. revista - São Paulo: Global, 2009.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15 ed. revista - São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. Modos de Homem e Modas de mulher. São Paulo: Global, 2021.

FUGIER, Anne Martin-. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michele. História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GALVÃO, Miguel Archanjo. Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1894, 194 p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GHIRARDELLO, Nilson. Os códigos de postura e as cidades paulistas do século XIX. In: MAGAGNIN, Renata Cardoso; SALCEDO, Rosio Fernández Baca; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (org.). Arquitetura, urbanismo e paisagismo: contexto contemporâneo e desafios. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

HILBERT, Klaus. Estudos de cultura material: sobre coisas e substâncias na arqueologia. Oficina do historiador, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-jun. 2020.

Hinologia C. ristã: Memórias - Sarah Pulton Kalley (1825-1907). Disponível em: <https://www.hinologia.org/sarah-kalley/>. Último acesso em: 18/07/2024.

Imprensa Oficial. Almanak Administrativo, mercantil e industrial do estado da Parahyba. Paraíba, 1899.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. Nebulosas do pensamento urbanístico, v. 1, p. 206-234, 2018.

LEITÃO, Deusdedit. Vida e obra do Padre Rolim: Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim - Brasília: Senado Federal.

LEITÃO, Deusdedit. Ruas de Cajazeiras. Gráfica Ideal: Cajazeiras, PB, 2005.

LIMA, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N.Ser.v.3, p. 129-191, jan./dez. 1995.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Bol. Mus. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v.6, n.1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla (org.). História das mulheres no Brasil. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Noções de corographia do Brasil (Segunda Parte). Rio de Janeiro: Typ. Franco-Americana, 1873.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e sequestros: fontes para a história social. Revista do Departamento de História. 9 (1989): 31-45.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. Fazer-se nobre nas fímbrias do império: prática de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza., 2010.

OFFICINA DA ESTATÍSTICA. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, Rio de Janeiro, 1898.

OLIVEIRA, Ana Victória de Medeiros. A cidade e o povo: composição espacial e relações sociais em Cajazeiras, (1872-1903). Cajazeiras, 2023.

OLIVEIRA, Francisco Álisson de. Patrimônio material de Cajazeiras – PB: discursos além do concreto e do cimento. Cajazeiras, 2015.

PALLASMAA, Juhani. La imagen corpórea: imaginación e imaginario en la arquitectura. Editorial Gustavo Gilli, SL, Barcelona, 2014.

PERROT, Michele. Maneiras de morar. In: PERROT, Michele. História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRIORE, Mary Del. História da gente brasileira: volume 2: Império. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

QUINTANEIRO, Tania. Retratos de mulher: a brasileira vista por viajeros ingleses e norte-americanos durante o século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RECLUS, Elisée. Estados Unidos do Brasil: Geographia, ethnographia, estatística. H. Garnier: livreiro-editor – Rio de Janeiro, 1900.

ROMERO, José Luis. Las ciudades burguesas. In: ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

ROTTERDAM, Erasmo. De pueris (dos meninos) - A civilidade pueril. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, Editora Escala.

SANTANA, Hava Mariana de Oliveira. Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX). Monografia: Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2022.

SARAIVA, Luiz Fernando. NABARRO, Wagner. GOLDFEDER, Pérola. (org.). Atlas histórico e econômico do Brasil no século XIX. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA – Vestígios do Passado: a história e suas fontes – ANPUH-RS, 2008, p. 1-13.

SENA, Fabiana. A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na primeira República. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SENA, Fabiana; PACÍFICO BARBOSA, Socorro de Fátima. Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para leitura escolar no Império. Educação Unisinos, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 36-47. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. Na cidade da Parahyba – o percurso e as tramas do moderno (1892-1923). Recife, 1999.

SILVA, Maria Larisse Elias da. Para além dos “fatos”: o morticínio eleitoral em Cajazeiras – PB (1872-1877). João Pessoa, 2022.

ANEXO A – Coluna sobre Salubridade Pública no jornal Gazeta do Sertão (1890)

GAZETA DO SERTÃO

CAMPINA-GRANDE, 4 DE ABRIL DE
1890.

Salubridade publica.

Na quadra actual, quando a epidemia da influenza ou grippe percorre o mundo, deixando traços assoladores por onde passa ;

Quando o cholera-morbus apparece na Persia e transpondo o Caucaso, já invade a Russia, seguindo a sua primitiva marcha do oriente para o occidente ;

Quando o Brazil acha-se debaixo de terrivel ameaça de taes flagellos ; especialmente nós das febres de mau character, que já grassam na cidade de Cajazeiras deste estado ;

Cumpre que sejam tomadas todas as medidas aconselhadas pela experiencia e pela sciencia, para prevenir o apparecimento de taes epidemias ou ao menos para minorar os seus terriveis effeitos .

A hygiene publica neste estado apenas existe nominalmente ; nunca se ouvia fallar que tomasse a iniciativa em tal assumpto, prescrevendo ou aconselhando qualquer medida salutar, como é de sua restricta obrigação.

A tal respeito não estamos mais adiantados que, quarenta annos atraz, quando a Parahyba pagou enorme tributo á febre amarella e ao cholera.

Mas, como alem dessas autoridades especiaes, existem as camaras municipaes, hoje intendencias, competentes para providenciar sobre tão palpitante assumpto; a ellas de preferencia dirigimos nossas reclamações, tomando por base as medidas mais urgentes a empregar-se nesta cidade, que são pouco mais ou menos as que precisão todos os centros de população deste estado.

Se não fosse a terrivel fome, que soffre o povo, obrigado a alimentar-se de plantas nocivas á saude, do que tem succumbido muitas pessoas, podia-se dizer, que é excellente o estado de salubridade publica desta comarca; pois que epidemia nenhuma tem apparecido, a não ser um ou outro caso de varíola em pessoas vindas de fora, sem o menor incremento.

Entretanto é axioma popular que os tres flagellos da humanidade, — fome, peste e guerra, andam sempre juntos, isto é, um segue sempre o outro.

Já soffremos a mais horrivel fome, devemos agora nos precaver contra a peste; pois quanto á guerra não a julgamos provavel, e quando seja, só nos cumpre fazer votos para que ella nunca

appareça.

Julgamos que o nosso bom estado sanitario é devido a duas causas :

1.^a. terem seccado as aguas estagnadas, ver ladeiros focos de infecção, que existiam em muitas partes da cidade e de seus arredores ; 2.^a. q não ter havido grande agglomeração de sa-

mintos andrajosos nas ruas e praças, como na secca de 1877.

Mas estas favoraveis condicções hygienicas serão profundamente alteradas na estação chuvosa, que principia.

As enxurradas arrastarão para os barreiros e para outras escavações, que existem pelos quintaes das casas e ruas, o lixo e todas as especies de detritos vegetaes e animaes ; e ali se formarão os microbios de todas as epidemias.

Urge pois que a intendencia municipal tome pelo menos a medida mais elementar de hygiene que é a limpeza : os barreiros e quaesquer outras escavações, que possam servir de deposito de aguas immundas, devem ser aterradas, as ruas devem ser varridas ; convidando os habitantes á que pratiquem os mesmos actos de limpeza e accio nos quintaes de suas casas.

Entre os deveres da policia municipal nenhum outro de tanta necessidade pelos seus immediatos resultados de beneficio publico, como os attinentes á hygiene.

O que reclamamos é uma medida muito pouco despendiosa e de immenso alcance, sendo ao mesmo tempo do rigoroso dever do conselho municipal, e a elle cumpre pois, sem demora pol-a

Parece-nos que esta rudimentar medida hygienica será bastante para preservar do mal a esta elevada região da Borburema, onde o ar é mais puro do que no littoral, e não é tão quente como alem das vertentes occidentaes da serra.

Fonte: Gazeta do Sertão (PB): 1890. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-sertao/213667>. Último acesso em: 20/02/2025.

ANEXO B – Quadro geral da população da Parochia N.S. da Piedade de Cajazeiras

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Etnias				Estado civil			Religião		Nacionalidade		Instrução				
			Brancos	Pardos	Pretos	Caboções	Solteiros	Casados	Viúvos	Católicos	Acatólicos	Brasileiros	Estrangeiros	Sabem ler e escrever	Analfabetos	População escolar de 6 a 15 annos		
																Preparados escolas	Não frequentam escolas	Total
Livres	Homens....	3342	1884	1339	101	8	2901	647	84	3332		3330	2	672	2790	177	697	1044
	Mulheres....	3405	2001	1388	110	8	2780	649	77	3401		3405		171	3233	69	912	981
	Somma....	6747	3885	2927	211	14	5681	1196	161	6733		6735	2	744	5993	246	1779	2025
Escravos	Homens....	139		63	86		189			139		139			139			
	Mulheres....	144		63	81		144			144		144			144			
	Somma....	283		126	167		208			283		283			283			
Somma geral		7030	3885	2743	378	14	5889	1196	161	7016		7018	2	744	6276	246	1779	2025

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf.

ANEXO C – Quadro geral da população livre da Província da Parahyba do Norte

[illegible]

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf

ANEXO D – Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890

Estado da Parahyba						
ÉTAT DE PARAHYBA						
MUNICIPIOS MUNICIPES	DISTRICTOS DISTRICTS	PAROCHIAS PAROISSES	População das parochias Population des paroisses			População dos municipios Population des municipes
			Ho- mens Hom- mes	Mu- lheres Fem- mes	Total	
11 Cajazeiras.....	23 Cajazeiras.....	11 N. S. da Piedade.....	2436	2707	5143	5143
	24 Campina Grande.....					
12 Campina Grande... ..	25 Pocinhas.....	12 N. S. da Conceição.....	10251	11224	21475	21475
	26 S. Sebastião... ..					
13 Catolé do Rocha,	27 Catolé do Rocha.....	13 N. S. dos Remedios.....	4764	5431	10195	10195
	28 Jericó do Catolé.....					

Fonte: Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Oficina da Estatística, 1898. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>.